UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DMITRI FELIX DO NASCIMENTO

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): O ESTADO DE PERNAMBUCO VIGIADO

RECIFE
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DMITRI FELIX DO NASCIMENTO

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): O ESTADO DE PERNAMBUCO VIGIADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Abreu e Lima

RECIFE
2013

Catalogação na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

N244s Nascimento, Dmitri Felix do.
O Serviço Nacional de Informações (SNI): o Estado de Pernambuco vigiado / Dmitri |Felix do Nascimento. – Recife: O autor, 2013.
115 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Abreu e Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós –Graduação em História, 2013.
Inclui referência e anexo.

1. História. 2. Golpe militar de 1964 – Brasil. 3. SNI - Pernambuco I. Abreu e Lima, Maria do Socorro. (Orientadora). II. Titulo.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2013-108)

DMITRI FELIX DO NASCIMENTO

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): O ESTADO DE PERNAMBUCO VIGIADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História. Apreciada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

(x) Aprovado
( ) Reprovado

Data 18 /07 /2013 .

BANCA EXAMINADORA

PROFa. DRa. MARIA DO SOCORRO ABREU E LIMA - UFPE (ORIENTADORA)

PROF. PHD. PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES – UFPB

PROF. DR. CARLOS MIRANDA - UFPE

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Lenini Felix e Luzimar Candido pelo ato de fé inabalável em crer em mim e em meus irmãos Tiago Felix e Rafael Felix na realização de nossos sonhos.

À minha companheira e esposa Isabelle Maria Mendes por cultivar o amor e a harmonia em nossas vidas, semeando a dedicação pela luta e pelos estudos no solo fértil de nossos dias.

Aos companheiro(a)s Everton Luís, Jeferson Vanzella (Jeimes), Félix Jácome, Vamberto Júnior e Alessandra Maria pela solidariedade e amizade com mãos firmes, independente do tempo chuvoso.

À organização Consulta Popular, aos seus militantes e movimentos sociais pela dedicação na construção de um Projeto Popular para o Brasil.

À minha orientadora Maria do Socorro Abreu e Lima pela compreensão com este orientando sonhador.

E as esclarecedoras conversas com Roberto Numeriano e Paulo Geovani.

Pátria Livre, Venceremos!

RESUMO

Após o golpe civil-militar de 1964 e a queda do Governo João Goulart, as Forças Armadas se apressaram na formação de um aparato de repressão, um serviço de informações, que pudesse servir aos interesses dos detentores do regime. Foi preciso então a aprovação do projeto de lei nº 4.341 de junho de 1964 enviado ao Congresso Nacional engessado pela ditadura nas mãos do Presidente Castelo Branco que criava assim o Serviço Nacional de Informações (SNI). O *Serviço*, como era chamado, substituía o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), e havia sido criado com poderes de grande envergadura, respondendo na cadeia hierárquica de poder apenas ao Presidente. Nos anos de 1964-1967 do Governo Castelo Branco, o chefe do SNI era o General Golbery de Couto e Silva, que havia projetado as funções do SNI para todas as esferas de poder dentro e fora do Estado. O papel de investigação e espionagem eram apenas umas das funções de que tratava o SNI. O objetivo maior seria construir uma ampla rede, uma comunidade de informações, que pudesse controlar as ações dos inimigos do regime (sindicatos, partidos de esquerda, intelectuais, estudantes), aqueles que se opunham ao mesmo, partindo da subordinação dos ministérios civis, Forças Armadas, autarquias e Polícias Estaduais. O SNI tinha a autonomia de abrir agências regionais nos pontos estratégicos do país. Pernambuco e sua capital, Recife, estavam entre as prioridades junto com outros centros urbanos na construção das agências regionais do SNI, facilitando assim a circulação das investigações e espionagem. A partir dos nossos estudos, observamos que no processo de consolidação do SNI em âmbito nacional, o centro das informações seria a Agência Central do Rio de Janeiro, que recebia informações diretamente das estruturas de repressão de Pernambuco, sendo isto fundamental nos primeiros anos da repressão.

Palavras-chave: História, Golpe militar de 1964 – Brasil, SNI – Pernambuco.

ABSTRACT

After the civil-military Push of 1964 and the fall of the government João Goulart Forces Armed hastened the formation of an apparatus of repression, a service of information that could serve the interests of the holders of the dictatorship. It took then approval the law project nº 4.341 June 1964 sent to Congress National by the dictatorship in the hands of President Castelo Branco which created the National Information Service (SNI). The Service, as it was called, replaced the Service of Federal Information and Counter Information (SFICI), and had been created with major powers, answering in the chain of power only to the President. In the years 1964-1967 the Government Castelo Branco, SNI chief was General Golbery Couto e Silva, who had designed the functions of SNI to all spheres of power within and outside the state. The role of research and espionage were just one of the features that was the SNI. The ultimate goal would be build a broad network, a community of information, which could control the actions of the enemies of the regime (unions, left parties, intellectuals, students), those who oppose it, based on the subordination of civilian ministries, armed forces, local authorities and Police State. The SNI had autonomy to open regional offices in strategic points of the country. in Pernambuco and its capital Recife were among the priorities along with other urban centers the construction of the regional offices of the SNI, facilitating the movement of investigations and espionage.

From our studies, we observed that in the process consolidation of SNI nationwide, the center of information would be the Agency Central Rio de Janeiro, received information directly from structures repression of Pernambuco, and this is crucial in the early years of the fundamental repression.

SIGLAS

SNI - Serviço Nacional de Informações

2ª SEC Ex – Segunda Seção do Exército

2º SEC AER - Segunda Seção da Aeronáutica

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência

AI-2 - Ato Institucional número 2

AI-5 - Ato Institucional número 5

ALN - Aliança Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

ARE - Agências Regionais do SNI

ASI - Assessoria de Segurança Interna

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CGI - Comissão Geral de Investigações

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

CIA - Agência Central de Inteligência

CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CONCLAP - Conselho Superior das Classes Produtoras

CONSINTRA - Conselho Sindical de Trabalhadores

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DSI - Divisão de Segurança Interna

DSI/MJ - Divisão de Segurança de Informações do Ministério da Justiça

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

DST - Direction de la Surveillance du Territoire

EME - Estado Maior do Exército

EMFA - Estado Maior das Forças Armadas

ESG - Escola Superior de Guerra

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM - Inquéritos Policiais Militares

KGB - Komitet gosudarstvennoi bezopasnosti (Serviço de Inteligência da URSS)

LSN - Lei de Segurança Nacional

MI-5 - Security Service (Serviço Secreto Inglês)

MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes

OEA - Organização dos Estados Americanos

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PST - Partido Social Trabalhista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contra-Informações

SIs - Seções de Informações

SISNI - Sistema Nacional de Segurança de Inteligência

SSI - Subseção de Segurança Interna

SSN - Seções de Segurança Nacional

SSN/MTPS - Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social

SSP/PE - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco

STASI - Ministerium für Staatssicherheit (Serviço de Inteligência Da Alemanha Oriental)

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNE - União Nacional dos Estudantes

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

DE QUE SERVE A BONDADE

1

De que serve a bondade
Se os bons são imediatamente liquidados,ou são liquidados
Aqueles para os quais eles são bons?
De que serve a liberdade
Se os livres têm que viver entre os não-livres?
De que serve a razão
Se somente a desrazão consegue o alimento de que todos necessitam?

2

Em vez de serem apenas bons,esforcem-se
Para criar um estado de coisas que torne possível a bondade
Ou melhor:que a torne supérflua!
Em vez de serem apenas livres,esforcem-se
Para criar um estado de coisas que liberte a todos
E também o amor à liberdade
Torne supérfluo!
Em vez de serem apenas razoáveis,esforcem-se
Para criar um estado de coisas que torne a desrazão de um indivíduo
Um mau negócio.

Bertold Brecht

SUMÁRIO

SIGLAS **8**

INTRODUÇÃO **11**

CAPÍTULO I **22**

1. Questão militar: golpe, guerra, choque. **22**
2. Questão econômica. **31**
3. Conspiração política **37**

CAPÍTULO II **45**

1. O serviço secreto **45**
2. O caso brasileiro **47**
3. A formação dos agentes **53**

CAPÍTULO III **59**

1. Desvendando os arquivos **59**
2. Destruição dos arquivos da ditadura: Obra do Serviço Nacional de Informações (SNI) **61**
3. O Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) **61**
4. Estruturação da rede de espionagem em Pernambuco **72**
5. Ação integrada contra o sindicalismo combativo **79**
6. O CENIMAR vigia os estudantes **93**
7. O SNI nos passos de Julião **98**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **105**

REFERENCIAS

ANEXOS

Introdução

A História contemporânea brasileira nos traz uma série de acontecimentos, fatos e processos que nos leva a desafios enormes na prática do resgate da memória e da construção histórica. Observamos que a necessidade da relação que há entre a cultura historiográfica crítica e o acesso a novas fontes até então obscurecidas, renovam a busca incessante da verdade na lente do historiador. Como bem observou Hobsbawm, *"não podemos pedir ao passado respostas diretas para quaisquer perguntas que já não lhe tenham sido feitas, embora possamos usar nossa inventividade como historiadores para ler respostas indiretas naquilo que deixou para trás*[1]*"*.

Buscando os desafios da observação e compreensão das transformações sociais ocorridas em nosso país, pesquisar e interagir com os estudos sobre o processo que desencadeia na ditadura civil-militar de 1964-1985, permanece com sua relevância histórica por tais motivos: pelo grau de participação e radicalismo das forças sociais envolvidas no período, pela dimensão dos projetos político - ideológico conflitantes em nível nacional e internacional em nossa realidade, e pelo longo período de duração do regime dirigido pelas Forças Armadas.

Diante destes pontos observamos a diversidade de temas, estudos e análises que são possíveis serem trabalhados neste longo período sombrio de nossa História. Desta forma, neste estudo destacamos em nível nacional, o processo de construção do aparelho de repressão que teve o papel de espionar a vida de milhares de cidadãos brasileiros e estrangeiros, desmantelar organizações populares, partidárias, sindicais e estudantis, e de criar informações para os vários braços armados do regime militar.

O processo que antecedeu os fatos que levaram o Brasil à ditadura militar iniciada no abril de 1964 constitui um conjunto de análises bastante estudado em nossa historiografia, porém não exaurido dado à riqueza de vertentes de pensamentos e embates fundamentais para o aprofundamento do tema.

O golpe militar de 1964 representa na história republicana brasileira um fato marcante, em que os aparelhos de repressão passam a intensificar sua inserção político-

1 HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ideológica e a se desenvolverem com perspectivas de aperfeiçoamento em conflito intenso com as classes populares, e com outros segmentos organizados que se configuravam na realidade de nosso país. Estes aparelhos que tiveram por base estrutural tanto o Estado quanto uma vertente paraestatal, seja no aparato policial, nas forças armadas militares ou instituições civis-empresariais, constituíram em seu cerne práticas organizativas, ideológicas e doutrinárias, ao passo que os interesses das classe dominante iam se moldando entre as relações de poder regional/nacional e internacional.

Foi trabalhado o objeto de estudo que se materializou num lento processo iniciado mais concretamente após a II Guerra Mundial, a formação do serviço secreto (ou de inteligência). De uma forma tardia, em comparação com outros países, o Brasil passa a ter seu serviço secreto no ano de 1946, apenas simbolicamente, sendo só no ano de 1956, no governo Juscelino Kubitschek, que passa a ter uma estrutura mínima de funcionamento, denominando-se Serviço Federal de Informações e Contra-Informação (1956-1964).

O *Serviço,* como era então chamado, teve suas raízes desde a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), baseada no contexto de conflito da guerra fria, ou seja, no embate contra o comunismo e na influência geopolítica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS):

> Assim em 1949 os EUA forneceram o apoio logístico e a inspiração para a criação da ESG, uma academia de alto nível para militares baseada do National War College americano. Sediado no Rio, a ESG seria uma espécie de útero do serviço secreto brasileiro.[2]

O fator importante desde a criação da ESG é que neste momento as forças armadas brasileiras passam a demonstrar que é necessário construir sua própria doutrina, no intuito de formar seus quadros para a intervenção em diferentes âmbitos das estruturas sócio-política nacional,

> A construção doutrinária da ESG pauta do princípio de que toda a ação racional pressupõe dois elementos: fins a atingir e meios a empregar. Assim ocorre em todos os níveis de atividades. Desde as ações individuais às altas decisões do Estado.[3]

---

2 FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio:A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula- 1927-2005.* Ed. Record, Rio de Janeiro, 2005, p.55.
3 Manual Básico/ESG – Ed Rev. Rio de Janeiro, 1983, p.18.

Nesta perspectiva, a criação e a idealização de um serviço secreto amplo e irrestrito de poder passa a ser a peça fundamental para a realização de um projeto político maior, não excluindo a tomada de poder do estado.

Dentro deste princípio, logo após o golpe de 64, cria-se um novo serviço secreto com uma amplitude de atribuições e poder, o Serviço Nacional de Informações (SNI), no decreto assinado pelo então Presidente General Castelo Branco, a Lei 4.341 no dia 13 de junho, onde:

> A lei permitia que o SNI se instalasse em todos os Ministérios e que seus funcionários tivessem acesso a todos os gabinetes do governo para fiscalizar mais facilmente a política oficial.[4]

No Nordeste, a movimentação política associada à situação sócio-econômica da região, transforma-se em palco de conflitos já em processo bastante avançado, em que o Estado pós-64 passaria a ter um interesse imediato no controle e espionagem das forças sociais progressistas que ali se apresentavam, tendo por necessidade uma atuação coordenada pelas forças armadas.

No intuito de entender este processo, de como se deu a centralização, por meio da institucionalização da polícia política e da espionagem a partir do SNI, temos por desafio maior esclarecer e expor o embate de ideias que havia desde o embrião deste órgão até sua implementação no primeiro período do Governo Militar de Castelo Branco (1964-1967), e em especial, seus impactos no estado de Pernambuco.

Um dos grandes desafios da realização do embate historiográfico desta pesquisa está em tentar focar o trabalho na relação direta entre o pensamento da elite brasileira, especificamente a que se identificava com as forças armadas, suas justificativas para o golpe e construção do SNI. E utilizar como contraponto autores identificados com o pensamento crítico a partir da matriz marxista.

Ao tratar desta contextualização da formação e do papel dos militares brasileiros na reflexão sobre a história da sociedade brasileira, inseridos "no tratamento do material histórico com as lentes do materialismo histórico, uma compreensão teórica da particularidade brasileira"[5] resgatamos as obras de Nelson Werneck Sodré a *História*

4 SKIDMORE, Thomas. *Brasil:de Castelo a Tancredo.* Ed. Paz e Terra, RJ, 1988, p.120.
5 NETO, José Paulo. *Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. Ed.

Militar do Brasil[6] e *O Governo Militar Secreto*[7].

De grande importância neste trabalho foi desenvolver os aspectos da construção dos fundamentos ideológicos da doutrina de segurança nacional (DSN), já bastante trabalhados no campo da reflexão: "a evolução deste tipo de pensamento se processa pela passagem das considerações econômicas para as considerações políticas como ponto central de análise"[8]. O tema foi abordado na obra do Pe. Joseph Comblin *Ideologia da Segurança Nacional*[9], onde além de trabalhar os fundamentos e os conceitos desta ideologia, coloca o advento do *militarismo* na América Latina.

Numa outra perspectiva do pensamento crítico acima exposto, está em relacionar o embate teórico em que o pensamento conservador tem por princípio partindo de sua própria perspectiva. Mesmo sendo um período histórico breve desde a criação da ESG até o golpe de 64 e a criação do SNI, verificamos uma produção historiográfica considerável por aqueles que apoiaram e exerceram papel preponderante na criação do serviço de inteligência.

Neste sentido destaca-se o General Golbery de Couto e Silva em sua obra *Geopolítica do Brasil* e *Conjuntura Política Nacional: Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*[10], que trata de uma análise de conjuntura e os aspectos dos caminhos e descaminhos da identidade e do futuro nacional, alicerçados naturalmente na aliança com as nações ocidentais.

Existe também uma obra básica na criação e operacionalização dos serviços de inteligência do militar americano Washington Platt, *A produção de informações estratégicas*[11]. Ainda, dentro desta linha, as obras do General e ex-Presidente João Batista Figueiredo, *O serviço nacional de informação*[12], o Coronel Ustra, *Rompendo o silêncio-*

Cortez, SP, 2004, p.80.
6 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1979.
7 Idem. *O governo militar secreto*. Ed. Bertrand Brasil, RJ, 1987.
8 RIZZO, Eliezer. *As forças armadas no Brasil.* Ed. Espaço e tempo, RJ, 1987, p.90.
9 COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Ed. Civilização brasileira, RJ, 1980.
10 SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Ed. José Olympio, RJ, 1967.
11 PLATT, Washington. *A produção de informações estratégicas.* Biblioteca do exército, RJ, 1967.
12 FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. *O Serviço nacional de informações.* ESG, RJ, 1965.

Oban-DOI/COI[13], e os manuais da Escola Superior de Guerra (ESG) como *ESG: História de sua doutrina*[14], de Antônio de Arruda.

Os textos produzidos pelo IPES (Instituto de Pesquisa e estudos Sociais) e IBAD(Instituto Brasileiro de Ação Democrática), também nos fornecem um amplo material bibliográfico onde se encontram temas abrangentes das problemáticas referentes do pensamento liberal-conservador e reacionário pré-64. Esses órgãos eram comparáveis a serviços secretos paralelos, no intuito de formar uma "força social empresarial em um bloco burguês de poder" pela atuação das nossas elites orgânicas, bem analisado na obra de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do estado – Ação política, poder e golpe de classe*[15], incorporando a expressão "golpe cívico-militar" na bibliografia acadêmica. De forma oposta ao conteúdo do IPES e IBAD, estudamos os materiais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e as obras relacionadas a este instituto, coordenado primeiramente pelo Hélio Jaguaribe, como *ISEB: fábrica de ideologias*[16], de Carlos Navarro de Toledo, e *A verdade sobre o ISEB*[17], de Nelson Werneck.

Recorreremos também a autores que, de forma específica, trabalham o nosso objeto de pesquisa de forma mais atualizada, pela oportunidade que tiveram de dispor de fontes históricas mais recentes, referentes à abertura de algumas pastas de arquivo que só agora se tornaram disponíveis para a pesquisa.

Este é o caso da obra de Lucas Figueiredo, *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005*, que nos permite entender a criação e a atuação do SNI, o processo inicial de sua estrutura centralizadora como um órgão de novo tipo, e suas ramificações e segmentos dentro das estruturas dos órgãos estatais, públicos e privados, forças armadas, na coleta e repasse de informações para os outros aparelhos da repressão.

Outro recente e importante trabalho é a obra de Priscila Carlos Brandão Antunes,

13 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio-oban-doi/codi/29 set. 70-23 jan. 74*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.
14 ARRUDA, Antônio de. *A ESG-História de sua doutrina*. São Paulo: GRD: Instituto Nacional do livro: Fundação Nacional Pró-memória, 1983.
15 DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 1981.
16 TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. Ed. Unicamp, 1977.
17 SODRÉ, Nelson Werneck. *A Verdade sobre o ISEB.* Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1978.

SNI & ABIN: Entre a teoria e a prática[18]. A partir de uma sistematização concisa percebemos a difícil teia ou rede de informações que foi criada a partir do SNI nos primeiros anos do Governo Castello Branco, principalmente na relação que havia com outros órgãos de inteligência das forças armadas, o CIE (Centro de Informações do Exército), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica).

Livros e artigos do historiador Carlos Fico, o primeiro pesquisador a ter acesso aos documentos que foram disponibilizados momentaneamente em 1998, foram utilizados,a exemplo de seu livro *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e polícia política*[19]. Ao enfatizar que o golpe foi estritamente militar, não "cívico-militar", este autor expressa a totalidade da estruturação do Estado e principalmente do SNI pelos militares, responsáveis diretos pela comunidade de segurança e informações feito por um "corpo de especialistas".

Dentro desta discussão está Maria Helena Alves onde aponta quais as bases para a prática autoritária da doutrina de segurança nacional,

> Os três primeiros fatores de estruturação do Estado de Segurança Nacional no primeiro ano foram a criação do SNI, as reformas administrativas do primeiro Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as diretrizes de controle salarial.[20]

No âmbito regional é nossa preocupação a forma como foi realizada a atuação que este aparelho exerceu no estado de Pernambuco, sua articulação com a Agência Central no Rio de Janeiro, e as informações produzidas pela Agência Regional de Recife para os vários setores da repressão do estado controlado pelo regime.

A relevância deste estudo reside também no fato de que a atualidade do tema posto em questão está no cerne da problemática sobre as ações do Estado Brasileiro no período do regime ditatorial civil-militar, que de forma arbitrária, estruturou e disseminou um conjunto de ações ilegais e criminosas com agentes públicos utilizados contra seus

18 ANTUNES, Priscila Brandão. *SNI & ABIN: Entre a teoria e a prática*. Ed. FGV, RJ, 2002.
19 FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e polícia política.* Ed. Record, RJ, 2001.
20 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Ed. Vozes, Petrópolis, 1984, p.71.

próprios cidadãos, reforçando a arbitrariedade no conjunto das Forças Armadas e da comunidade de informações (SNI) frente a sociedade brasileira.

O trabalho tem por horizonte desenvolver, dentro dos aspectos da formação do pensamento conservador, da *elite orgânica,* defensores do golpe de 1964, as razões que os levaram a construir um novo aparelho de repressão e de inteligência, que pudesse, além de centralizar e coletar as informações das atividades ditas "subversivas" ao sistema, também ser o centro de consulta e elaboração das políticas do novo regime.

Identificando que os primeiros anos deste regime estiveram sob o comando do presidente Castelo Branco (1964-67) percebemos que foram anos turbulentos e de grandes embates internos mesmo dentro das forças armadas. É necessário apontar qual horizonte e quais as perspectivas de atuação que o regime deveria tomar, o caráter de operacionalização direta do Serviço Nacional de Inteligência na vida política do país foi fundamental neste momento. Pois este, tendo por base as informações coletadas anos anteriores pelo extinto Sfici, pelas agências de inteligências internas das forças armadas (CIE, Cenimar e Cisa) e do complexo Ipes/Ibad, já cumpria seu papel preponderante repressivo no que veria a ser o "monstro" citado por Golbery.

As agitações políticas no estado de Pernambuco, estudantis, sindicais, populares e, principalmente, camponesas, capitaneadas pelas Ligas Camponesas, e organizações partidárias como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), eram de imediata preocupação para o novo regime pós-64. Primeiramente por serem movimentos de massa, identificados em maior ou menor grau com propostas transformadoras das estruturas sociais do país, segundo pela radicalidade que estas lutam iam dimensionando naquela conjuntura. Um período de muita resistência, onde destaca a tentativa de ações mais fortes, como o episódio da bomba do aeroporto e mais outras seis eclosões que aconteceram em Recife.

Consequentemente, os aparelhos de repressão foram construídos para acabar com a influência que os principais líderes apregoava sobre as camadas populares, assim como de desestruturar as organizações a partir da repressão direta, com métodos mais sistemáticos, colocando em prática os ensinamentos que a doutrina de segurança nacional exercia no plano ideológico, e principalmente, as ordens que o novo serviço de inteligência viera para acionar.

O viés teórico desta pesquisa compreende conceitos trabalhados no campo da História Política contextualizados com aspectos da História Regional.

Utilizando elementos do materialismo histórico percebemos à necessidade das classes subalternas lutarem por transformação das esferas sócias, econômicas e políticas, tendo como foco a disputa e controle do Estado como elemento central de nosso debate. Pois como descreve Atílio Boron,

> Nas sociedades classistas, a política é a principal –embora não a única- esfera da alienação e enquanto tal espaço privilegiado da ilusão e do engano. O estado "realmente existente" – não o postulado teoricamente por Hegel, e sim aquele contra o qual Marx teve de haver-se em seus escritos juvenis- é na realidade um complexo dispositivo institucional posto a serviço de interesses econômicos bem particulares e garante o final de uma estrutura de dominação e exploração que a política convencional jamais põe em questão.[21]

Como nosso estudo se concentra na forma de opressão do aparelho ideológico do estado, sendo o SNI fruto deste conceito, com uma especificidade de que sua estrutura transitou da classe para o estado, o pensamento de Althusser exemplifica tal fenômeno:

> Podemos ser mais precisos e dizer que todo aparato de estado, seja repressivo ou ideológico funciona por vezes mediante a violência e a ideologia, mas com uma diferença muito importante que impede confundir os aparatos ideológicos do estado com o aparato (repressivo do estado). Consiste em que o aparato (repressivo) do estado, por sua conta, funciona massivamente com a repressão (incluso física), como forma predominante, e apenas secundariamente com a ideologia.[22]

Dentro desta perspectivas utilizamos os conceitos descritos por Gramsci como persuasão e força, *coerção e consenso*, onde a hegemonia é construída a partir destes elementos interligados onde haja um equilíbrio de forças, para que a dominação seja consensual o quanto possível nas estruturas do poder do estado em relação à sociedade civil:

> Además, en la medida en que Gramsci sugería a veces que el consentimiento pertenecía principalmente a la sociedad civil, y la sociedad civil poseía la primacía sobre el estado, permitía extraer

21 BORON, Atílio. Teoria Política Marxista ou Teoria Marxista da Política. In: *A Teoria Marxista hoje: problemas e perspectiva*s. Boron, Atílio e Amadeo, Javier e Gonzalez, Sabrina(org). Ed. Clacso, Buenos Aires, 2006. p.175.

22 ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparatos ideológicos do Estado, Freud e Lacan*. Graal editora, rio de janeiro, 1985. P. 67

> la conclusión de que el poder de clase burgués era ante todo consensual. De esta forma, la idea de hegemonía tiende a dar crédito a la noción de que el modo de poder burgués dominante en Occidente –»cultura»– es también el modo determinante, bien sea eliminando esta última, bien sea uniéndolos. De ahí que omita El papel en última instancia inapelable de la fuerza.[23]

Ao inserirmos nele a importância do aspecto do estudo sobre a Ideologia, no sentido de ser o componente intrínseco referente às forças sociais, estaremos reafirmando e abrindo portas para identificarmos como as estruturas do Estado são provenientes de determinadas visões de projetos de sociedade em conflito mútuo entre estas diferentes propostas:

> É impossível teorizar sobre "a política", como o fazem a ciência política e o saber convencional das ciências sociais, assumindo que aquela existe em uma espécie de limbo posto a salvo das prosaicas realidades da vida econômica. A "sociedade", por sua vez, é uma enganosa abstração sem ter em conta o fundamento material sobre o qual se apóia. A "cultura" entendida como a ideologia, o discurso, a linguagem, as tradições e mentalidades, os valores e o "sentido comum" somente pode sustentar-se graças a sua complexa articulação com a sociedade, a economia e a política.[24]

Desta forma, nos interessa neste estudo representar uma interpretação além dos moldes que direcionam os agentes e atores da história como apenas aqueles "grandes homens" e autoridades, pensadores vinculados à máquina estatal e a produção histórica (ahistórica) de uma pequena elite. Pois consideramos que as formas não oficiais da construção da interpretação histórica dos que estavam à margem da própria expressão literária do momento histórico que trabalhamos, e tantas outras que vão surgindo, nos aponta uma tradição literária vigorosa sobre o tema ao qual nos debruçamos. E com a ajuda de Mészaros observamos que,

> Uma vez adotados tais paradigmas e regras como o quadro de referência comum do que é ou não um legítimo objeto de debate, tudo o que entra nos parâmetros aceitos é necessariamente restringido, não só pela pequena extensão do quadro geral, mas também pelas suposições ideológicas não explícitas sobre cujas bases os próprios princípios metodológicos foram constituídos. Por isso, as ideologias pretensamente "não-ideológicas" que, com tanto sucesso, exercem sua função apologética sob o disfarce da metodologia neutra são duplamente mistificadoras.[25]

---

23 ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci*. Ed. Fontamata, Barcelona, 1981. p.34.
24 BORON, Atílio. Teoria Política Marxista ou Teoria Marxista da Política. In: *A Teoria Marxista hoje: problemas e perspectiva*s. Boron, Atílio e Amadeo, Javier e Gonzalez, Sabrina(org). Ed. Clacso, Buenos Aires, 2006, p.179.
25 MÉSZAROS, Istvan. *O poder da Ideologia*. Ed. Boi tempo, 2004, p. 303.

As concepções que as forças políticas e militares idealizavam e se baseariam para criar o SNI foram diversas, e o processo histórico foi forçando a mudanças para suprir as necessidades do próprio Estado. Porém, podemos interpretar que dentre estas concepções que focamos neste estudo, entendemos que um dos objetivos principais estava em aprimorar um aparelho de repressão do Estado, que se desenvolveria em uma concepção de controle sobre os seus próprios órgãos civis e militares (Ministérios, Forças Armadas, Justiça, Autarquias, Empresas Estatais), como primordialmente frente aos diversos setores da sociedade organizada (Igreja, Sindicatos, Partidos, Associações, Escolas e Universidades) e cidadãos comuns.

O interesse sobre por este objeto está relacionado a um conjunto de fatores de ordem pessoal e política. O foco no período está intrinsecamente ligado ao fato que, no tempo da ditadura, nos estados da Paraíba e Pernambuco muitas pessoas deixaram suas casas, trabalho e cidade depois que o golpe foi instalado em 1964, sendo que meus avôs da cidade de Sapé na Paraíba, onde a organização das Ligas Camponesas era de fato muito forte, foram obrigados a se auto-exilar dentro do próprio país, muitos outros integrantes das Ligas sofreram perseguições semelhantes na várzea paraibana e foram assassinados, como as lideranças de João Pedro Teixeira, Nego Fuba, e Pedro Fazendeiro.

Outra experiência que me faria ter interesse pelo meu objeto foi o breve tempo em que estudei em Moscou. Na Rússia pude perceber que o serviço de espionagem, a conhecida ex-KGB, era um tema discutido desde em livros de História escolares, universidade, filmes, e em debates abertos, ou seja, havia uma presença histórica real no cotidiano daquela sociedade. Ao contrário do que podemos ver na sociedade brasileira, não está em aberto o debate sobre o SNI, ou muito menos sobre sua herdeira a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), seja na sociedade ou na academia.

Dividimos o corpo deste trabalho em três capítulos. No **capítulo I** desenvolvemos um estudo mais teórico para nos orientarmos sobre o papel das Forças Armadas no golpe civil-militar de 1964. Debatemos sobre os projetos em disputa pelo poder, sobre o papel do projeto liberal defendido pelos setores hegemônicos dos militares na condução da economia. Relacionamos a isso o impacto do golpe no Estado de Pernambuco.

No **capítulo II,** descrevemos brevemente a criação dos serviços de inteligência no mundo, e quais suas influências na criação do SNI. A história do serviço secreto

brasileiro, a criação dos serviços de inteligência das Forças Armadas, e o projeto de poder do *Serviço* na defesa ao regime. Enfocamos o papel da formação político-ideológico que os militares acumularam durantes anos nas academias militares, e a influência estrangeira nos cursos e manuais utilizados no preparo dos agentes. Utilizamos os arquivos dos agentes secretos vindos do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFIC) e do SNI, com base na pasta do Fundo do Informante militar (X-9).

No **capítulo III** destacamos o trabalho com as fontes sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília. Parte dos processos produzidos pelas estruturas da comunidade de informações são encontrados na pasta da Divisão da Seção de Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), onde trabalhamos com os processos de incriminação e perseguição a militantes e organizações populares, documentos antes de difícil acesso que esclarecem parte do processo de repressão em Pernambuco. Descrevemos o modo de operacionalidade que o SNI utilizou para moldar os aparatos de repressão, e como a circulação de informações eram tratadas nos diversos âmbitos das estruturas do regime militar.

Capítulo I

1. Questão militar : golpe, guerra, choque

O golpe militar de 1964 abre-nos portas diversas com interpretações conflitantes e espaços ainda a serem explorados pela historiografia. As razões que levaram a estruturação do golpe, sua eclosão perante a quebra da institucionalidade vigente, a manutenção do projeto de poder das classes dominantes e dos setores conservadores da sociedade brasileira, colocando as Forças Armadas como protagonista da reação conservadora, ainda levanta debates e lacunas a serem preenchidos em nossa história.

Verificando o processo do período da ditadura civil-militar de 1964-1985, reconhecemos que durante este contexto histórico foi-se estruturando dentro do Estado e na sociedade uma série de políticas de caráter liberal e autoritária, formando enraizamentos nas estruturas sócio econômicas políticas no Brasil até a nossa contemporaneidade.

O debate sobre o projeto de poder implementado pelos militares a partir de sua aliança de classes, e sua hegemonia neste projeto frente a outras forças sociais foi derivado por vários fatores interligados, sendo em termos ideológicos alicerçados pela visão liberal-capitalista complementada com a força e controle da sociedade a partir de um aparato de guerra técnico-burocrático-militar.

Procuramos fazer uma leitura anterior às causas do processo político do golpe e do período do General Humberto Castelo Branco entre 1964-1967, trabalhar o sentido da filosofia de guerra impressa no golpe de 1964, percorrer o terreno do pensamento militar com seus princípios frente ao golpe e a construção do aparato de inteligência e informações.

O golpe de 64 foi uma declaração de guerra contra os setores populares organizados e o Governo João Goulart, pois a justificativa do golpe por mais das vezes tem a palavra “guerra” aberta ou indireta na sua construção ideológica. Uma variedade de expressões compostas se colocam no conteúdo de tais justificativas: guerra ao comunismo, guerra ao governo Goulart, guerra aos terroristas, guerra ao ateísmo, guerra

aos subversivos, guerra ao bloco soviético, guerra ao populismo, guerra preventiva, guerra ao inimigo interno, guerra à infiltração estrangeira, guerra à corrupção, guerra à república sindicalista, ou simplesmente "operação limpeza".

É evidente que tais justificativas empregadas no período possuíam um caráter propagandístico e de firmeza política de posições definidas contra os opositores, durante todo o período pré e pós-64. Estas expressões são recorrentes nos discursos, em jornais, artigos, manuais da ESG (Escola Superior de Guerra), e em obras dos oficiais militares.

Trazemos este exemplo para apontar a relevância dos estudos sobre o ideólogo da filosofia da guerra, General prussiano Carl Von Clausewitz, fazendo um breve diálogo com sua obra *Da Guerra*[26], relacionando com a formação dos militares brasileiros e o contexto do golpe de 64.

Tornamos pertinente o estudo de Clausewitz, servindo de base primordial nos círculos militares desde o século XIX, inovando e criando a base do pensamento dos exércitos modernos daquele século e permanecendo até nossos dias. Sua obra *Da Guerra* é tida tão importante quanto *O Príncipe* de Maquiavel, ou O *Capital* de Marx. Sua forma de análise observa o ato da guerra como algo mais amplo do que uma ação violenta entre dois estados, ele nos traz elementos necessários para entendermos a guerra sobre uma proporção intranacional e nacional com elementos sob influência internacional. De início conceitua a guerra como "um ato de violência planejado com o objetivo de forçar o adversário a executar o nosso desejo[27]", indo mais além, vendo a guerra com perspectiva de ser "instrumental, racional e nacional" onde os interesses devem ser muito bem calculados no complexo sistema de tática e estratégia.

Ainda sobre a natureza da guerra o pensamento clausewitziano defende que "a guerra é uma simples continuação da política por outros meios" e torna-se mais enfático quando descreve que "vemos, pois, que a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro ato político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios[28]".

A relação entre política e guerra é uma constante no pensamento clausewitziano,

26 Clausewitz, Carl Von. *Da Guerra*, 2003.
27 Rappaport, Anatole in Clausewitz, Carl Von. *Da Guerra*. p. XIV.
28 Clausewitz, Carl Von. *Da Guerra*, 2003. p. 8.

primeiro no que diz respeito à diversidade da natureza das guerras, sendo que muitos destes conceitos utilizados neste trabalho;

> quanto mais grandiosos e poderosos forem os motivos de guerra, quanto mais afetarem a própria existência da nação, quanto mais violenta for a tensão que precede a guerra, tanto mais a guerra será conforme à sua forma abstrata; e quanto mais ela procurar a destruição do inimigo, quanto mais a finalidade militar e os objetivos políticos coincidirem, tanto mais a guerra parecerá puramente militar e menos política[29]

Porém é colocada uma ressalva;

> mas, quanto mais fracos forem os motivos e a tensão, tanto mais a tendência natural do elemento de guerra, a tendência para a violência, coincidirá com as exigências políticas, e tanto mais a guerra se afastará da sua tendência natural, mais se aprofundará a diferença entre o desígnio político e a finalidade de uma guerra ideal, e mais a guerra parecerá política[30].

Um dos intérpretes da obra de Clausewitz, Anatole Rapaport, tenta situar conceitos clausewitzianos em vários momentos da história. As batalhas napoleônicas, a I e II Guerra Mundial, as lutas revolucionárias por libertação e a expansão militar americana, são exemplos de como esses conceitos dialogam com sua obra.

Em uma das passagens sobre a leitura do *Da Guerra*, Anatole Rapaport nos traz uma passagem sobre o papel dos militares nas sociedades modernas, tornando uma analogia a militarização na América Latina:

> Nas primeiras décadas após as guerras napoleônicas, a burguesia, absorvida em objetivos pacíficos e lucrativos, não podia sentir-se muito inclinada para a vida militar. No entanto, depois do esmagamento das revoluções de 1848-49, os militares apareceram-lhe sob uma luz favorável, particularmente como um baluarte contra a ameaça crescente de revolução. Ao mesmo tempo as classes médias passaram a interessar-se mais pelos objetivos comerciais e políticos, tais como portos marítimos nacionais, canais, privilégios mercantis, etc., com as suas novas formas de prestígio, o que só podia ser obtido e conservado com o auxílio dos militares[31].

29 Clausewitz, Carl Von. *Da Guerra*, 2003. p. 28.
30 Idem. p. 28.
31 Rappaport, Anatole in Clausewitz, Carl Von. *Da Guerra*. p. XXVII.

Uma nova militarização em larga escala do Estado torna-se uma necessidade vital para os interesses da nova classe, a burguesia, que se aponta como a mais dinâmica na construção do Estado e dos interesses econômicos destas, porém havia resistências a este processo, como coloca Rapaport;

> A França - também aprendeu (com Clausewitz) desta vez com a sua derrota. Depois de ter esmagado a Comuna de Paris, de curta vida, e consolidado o seu poder político, a burguesia francesa, tal como a germânica, entrou no caminho da militarização. Derrotada por um exército de massas, a França arriscou o seu futuro num exército de massas[32].

A filosofia clausewitzeana permeia quase um senso comum no pensamento militar, pela característica de sua estrutura, que é ver o Estado como um corpo único onde existe um "interesse nacional" que está acima de qualquer interesse particular de classe. Este pensamento tão propagado no início da I Guerra Mundial, nas ditaduras nazi facistas, e em nosso caso em Vargas (1935-45), mostra-se insuficiente para se fazer uma leitura abrangente. Anatole Rapaport traz um outro exemplo histórico sobre a contrariedade de tal filosofia, chama-o de *o paradigma de Lenin,* onde as linhas principais da luta pelo poder já não são as fronteiras nacionais, mas passam pelas divergências que separam os interesses das classes sociais. Em cada Estado existem duas classes principais: os explorados e exploradores. Os últimos controlam o aparelho de Estado e utilizam-no para fazer progredir os seus interesses de classe. Note-se esta diferença fundamental: na imagem clausewitziana, o Estado é uma entidade autônoma, tem os seus interesses; na imagem leninista, as classes é que têm seus interesses, e a classe governante utiliza-o (o Estado) para promover os seus[33].

Este salto de análise sobre o papel do Estado descrito por Lenin, coloca-se em como a guerra passa a ser vista no papel das forças sociais nele inserido, sobre o exemplo da eclosão da I Guerra Mundial;

> La guerra actual es, por partes de ambos grupos de potencias beligerantes, una guerra imperialista, es decir, la hacen los capitalistas por el reparto de los beneficios que proporciona la dominacion mundial, por los mercados del capital financiero(bancario), por el sometimiento de los pueblos débiles, etc. Cada día de guerra enriquece la burguesia financeira e industrial y arruina y agota las fuerzas del proletariado y del campesinato de todos los países beligerantes y, tambien, de los

32 Idem. p.XXVIII.
33 Idem. p.XXXVI.

países neutrales[34].

Com este pensamento é abordada não só a preocupação clausewitziana sobre a natureza das guerras, mas também o seu caráter, colocando de forma clara a utilização das forças militares na luta política interna e externa às fronteiras nacionais, proporcionando a esta força um papel decisivo para os interesses econômicos.

Sendo defensor da tradição do pensamento militar do conceito do *monolítico Estado militar* a questão do Estado e da relação política da autoridade são interpretadas considerando os interesses do Estado e do exército como coincidentes. Contudo, na sua filosofia da guerra, Clausewitz dá prioridade à autoridade civil sobre a militar, partindo do princípio de que os militares devem servir ao Estado e não vice-versa[35].

Logo após a II Guerra Mundial a polarização do mundo entre dois blocos – capitalista e socialista – foi mudando o conceito de guerra, das intervenções militares, assim como o papel do Estado. Através de uma disputa geopolítica, os EUA e a URSS foram posicionando suas forças de acordo com seus interesses, e assim como coloca Rapaport, depois da II Guerra Mundial um certo número de potências europeias empenharam-se em suprimir revoluções. Desde os anos de 1960 só uma grande potência se empenhou ativamente em suprimir revoluções fora de suas fronteiras, na realidade de acordo com uma política explicitamente declarada: os Estados Unidos[36].

Havia então no mundo pós guerra *o ressurgimento da filosofia política de guerra,* e esta poderia ser travada em qualquer parte do mundo, pois os países passariam a ser satélites de interesses de uma das duas grandes potências. Desta maneira é verificado que a ameaça total não desaparecera com a derrota do Eixo, sucedendo-lhe outra ameaça total que era a concebida (ou imaginada), a ameaça do 'Domínio Comunista do Mundo'. Simultaneamente o conceito de aliados era alargado ao 'Mundo Livre', agora definido como o mundo inteiro com exceção dos países com governos comunistas bem entrincheirados; e o conceito de ataque estendeu-se a qualquer mudança de regime que se considerasse ter sido instigado pelos comunistas[37].

34 LENIN, V. I. *Obras Escogidas – 2 tomo. Resolucion sobre la guerra*. Moscou: Editorial Progresso, 1981, p. 112.
35 Rappaport, Anatole in Clausewitz, Carl Von. *Da Guerra*. p. XXVI.
36 Idem. p. LVII.
37 Idem. p. LIX.

Esta doutrina de guerra começava a atuar em várias frentes, surgindo um verdadeiro complexo industrial-tecnológico-administrativo, onde os aspectos ideológicos davam a dimensão de atuação contra o revolução social em potencial que levaria ameaça ao modo de vida ocidental. Na luta pelo equilíbrio de poder o problema consistia em conservar e ampliar o poder dos EUA contra a intrusão de um inimigo permanente e implacável que está em toda a parte e que desafia os EUA, não só por possuir uma máquina militar comparável, mas também por corromper as populações, isto é, induzindo nelas o desejo de derrubar a presente ordem mundial...segue-se que todas as revoluções sociais devem ser encaradas como hostis aos EUA[38].

A continuação desta doutrina foi muito bem reproduzida entre os militares brasileiros, mesmo antes da II Guerra Mundial (o caso do levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935), pois já havia um forte sentimento anti-comunista, sendo uma constante a oposição a uma provável revolução social no Brasil, temida pelo alto-oficialato. Os militares brasileiros logo após 1945 sofreram uma forte influência norte-americana entre seus quadros, fazendo com que fosse construída a Escola Superior de Guerra (ESG) aos moldes da escola americana.

O que então passa a ser prioritário nesse novo quadro de formação de militares brasileiros pós-II Guerra é a construção da Doutrina de Segurança Nacional, sendo desde suas raízes um projeto de poder visualizado para o conjunto da sociedade brasileira, considerando o papel do Brasil frente ao mundo bipolarizado. Como bem define Eliezer de Oliveira, havia uma predisposição e dependência das Forças Armadas perante a atuação decisiva da ESG na definição dos novos rumos políticos, o que se deveu tanto à sua posição estratégica das Forças Armadas (a qual lhe garantia, inclusive, o estabelecimento de vínculos políticos e ideológicos da instituição militar com as 'elites civis') quanto ao desenvolvimento de uma doutrina que propugnava a subordinação política da classe trabalhadora e a firme participação do Brasil na defesa do 'mundo ocidental', sob a hegemonia dos Estados Unidos[39].

A visão que as Forças Armadas desenvolveram a partir da ESG trouxeram fortes implicações para o bloco político que estava em formação, sendo importante focar qual a linha de interesse que estava na base da doutrina. O caráter de identificação com a

38 Idem. p. LXVI.
39 OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. Forcas Armadas : politica e ideologia no Brasil, (1964-1969). Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, p. 15.

burguesia nacional e internacional demonstrava que o caráter de classe desta atuação da ESG torna-se mais claro à medida que essa instituição aumentava sua importância nos contextos políticos posteriores. Como procuramos demonstrar, a mobilização política e ideológica levada a efeito pela ESG reveste-se do significado de um reforço da tendência à predominância do grande capital (no meio do qual ressalta o capital estrangeiro) como meio indispensável ao desenvolvimento econômico e à implementação de uma política de segurança nacional. Resulta daí, no plano econômico e no político, o estabelecimento de limites 'toleráveis' à organização e participação política dos setores populares[40].

A clareza deste pensamento é evidenciada durante todo o período até o Golpe militar de 64. Mesmo sendo breve o tempo para que haja um amadurecimento dentro dos quadros do oficialato e de civis, estavam dados os apontamentos para a estratégia de conquista do Estado, com formulações táticas que dependeriam da assimilação tanto interna quanto para o conjunto da elite civil. Já no regulamento da ESG encontramos em letras imperativas tal estratégia;

> sistematização da análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares que condicionam a formulação de uma política de segurança nacional, (objetivando-se a difusão do conceito de segurança nacional) que servisse de base à coordenação das ações de todos os elementos, civis e militares, responsáveis pela formulação e execução da política de segurança nacional[41].

Um dos principais ideólogos do pensamento estratégico do golpe civil-militar de 1964, o general Golbery de Couto e Silva, em seu livro Geopolítica do Brasil oferece a imagem desta nova conjuntura no paradigma apocalíptico;

> Essa é a guerra – total, permanente, global, apocalíptica – que se perfila, desde já, no horizonte sombrio de nossa agitada época. E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé.[42]

É possível considerar análise de Alain Rouquié de que "O exército brasileiro não é somente o que está em jogo e o campo de luta de conflitos civis; ele é também um espelho das tensões da sociedade, mas um espelho deformador[43]". Mesmo que Rouquié levante a questão de que não se pode colocar o papel dos militares de forma redutiva nos

40 Idem. p. 21.
41 Idem. p. 23.
42 SILVA, Golbery de Couto e. *Geopolitica do Brasil.* Rio de Janeiro: *Ed. J. Olimpio,* 1967, p. 89.
43 ROUQUIE, Alain(coord). *Os Partidos militares no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, p. 20.

jogos de "cooptação ou de aliança com setores econômicos ou politicos civis. Os militares naturalmente se dividem em função dos grandes problemas nacionais, mas segundo procedimentos próprios e com consequências singulares ligadas às diversas pressões a que são submetidos e aos múltiplos papéis que desempenham." Pretendo fazer este embate entre a ótica dos militares mas também a sua relação com o projeto liberal autoritário na construção do Serviço Nacional de Informações, como mesmo coloca Rouquié "após haverem abraçado desde 1964 o credo liberal"[44].

Esta discussão chega a um ponto culminante, como bem avalia João Roberto Martins:

> O golpe de 1964 deixou tragicamente claro que as forças políticas civis – à direita ou à esquerda – pecaram ao subestimar a capacidade das forças armadas de intervir de maneira autônoma nos destinos do país. Nesse sentido, não apenas a vitória do movimento golpista, mas a forma como os chefes militares trataram seus aliados da classe política depois da derrubada do regime civil, mostram um desembaraço imprevisto das forças castrenses.[45]

Apontadas as bases da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), nos vem a tona um outro debate: que a formação do pensamento conservador e autoritário da fatia majoritária do exército brasileiro alinhada com a elite civil e econômica não foi algo homogêneo e sem conflitos, sobretudo com a diversidade de forças sociais de direita e de esquerda que lutavam para exercer influência dentro das forças armadas.

Para se entender melhor a disputa das forças políticas de esquerda dentro do exército temos os exemplos históricos do Tenentismo à Aliança Nacional Libertadora, ou da intervenção dos generais em nome da democracia em 1955 à Revolta dos Sargentos em 1963. Coloco como campo da esquerda política a interpretação de Jacob Gorender, como todos aqueles que na década de 50 e 60 lutavam contra a desigualdade e a favor da ampliação de direitos.[46]

Este é um outro ponto de análise, que é colocar as hierarquias subalternas do exército, como cabos, soldados e sargentos, como atores políticos próprios de reivindicações e identificação com um projeto de sociedade diferente da oficialidade

44 Idem. p. 20.
45 MARTINS, João Roberto. In: Rouquie, Alain(coord). *Os Partidos militares no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, p. 99.
46 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira:* das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p. 282.

majoritária e próxima das bandeiras populares. A revolta dos sargentos em 1963 é um exemplo de como as influências democráticas, nacionalistas e de esquerda chegaram a se tornar instrumentos das reivindicações desta camada. A inserção destas camadas subalternas no processo eleitoral de 1962 significou a possibilidade de uma maior democratização das forças armadas e ampliação das lutas no país "para além dos limites corporativistas, integrando a luta dos subalternos à luta popular mais geral"[47].

O nacionalismo popular passou a ser o principal contraponto não só no questionamento da hierarquia ou disciplina, pois os sargentos e cabos entendiam que o oficialato conspirava contra as chamadas reformas de base no período Goulart abertamente e nas escuras, onde o clima de golpe era intenso e previsto;

> As demandas dos sargentos pela 'democratização das forças armadas', ou seja, crítica ao sistema hierárquico e às discriminações vividas no interior das instituições militares, faziam parte da plataforma eleitoral dos sargentos, juntamente com reivindicações a favor da reforma agrária urgente, da extensão das leis trabalhistas ao campo; da eliminação do capital estrangeiro nos setores básicos e serviços públicos; da taxação dos lucros extraordinários e da participação dos operários nos lucros das empresas; do monopólio estatal das fontes básicas de energia; da política externa independente; e de uma distribuição mais justa da riqueza nacional – bandeiras que igualmente integravam as reivindicações dos setores populares nacionalistas.[48]

Apontado estes conflitos dentro do seio das forças armadas, neste trabalho procuramos entender a formação da hegemonia militar das forças que assaltaram o poder em 1964. A construção desta hegemonia para a implementação da DSN ocorreu em várias etapas, a aglutinação das forças militares para o desfecho do golpe e a manutenção da unidade do aparelho repressivo em torno dos objetivos a serem alcançados teve determinantes imprescindíveis para a continuação do projeto implantado. Momentos antes do Golpe de 64 o General Castelo Branco então chefe do Estado Maior do Exército (EME), lança um documento com as linhas de ação a serem seguidas:

> São evidentes duas ameaças: o advento de uma constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As forças armadas são invocadas em apoio a tais propósitos (mas devem estar prontas) para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a

47 Idem.
48 DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda em abril*. Ed. José Alváro, RJ, 1964.

> ditadura e a constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pela CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das forças armadas (…) A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo uma ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não.[49]

Irei focar mais adiante os discursos do General Castelo Branco e as implicações políticas destes, porém se observarmos esta passagem compreenderemos o temor explícito com as forças populares e o projeto que poderia romper com os interesses da elite nacional e internacional associadas ao capital.

2. Questão econômica

O liberalismo econômico no Brasil e na América Latina é alvo de muitos estudos com diferentes ênfases e linhas teóricas. O que nos diz respeito neste capítulo é como o liberalismo foi implementado pelos militares com vistas à superação da crise econômica e social no Brasil, como parte preponderante do projeto de poder.

O pensador cubano Jorge Luis Acanda mostra essa dicotomia entre o liberalismo e a tentativa da criação do projeto de hegemonia que existe nas forças da sociedade civil:

> Conta-se que um dia Tallyerand fez uma advertência a Napoleão: 'Sir, pode-se fazer muitas coisas com as baionetas, menos sentar-se nelas'. Com isso, alertava o imperador, empenhado em estender seu dominio sobre toda a Europa, para o fato de que o poder não pode ser exercido só pela força, mas precisa apoiar-se na legitimidade outorgada pelo consenso. E o consenso deve ser produzido pela sociedade, pelo povo sobre o qual se exercerá o poder[50].

O liberalismo como um conceito mais abrangente do que o econômico não possui validade coerente, excluindo a iniciativa da sociedade civil pelo poder das armas, pois como coloca o autor:

> O liberalismo clássico pensou que a racionalidade emanada do mercado, e expressa em regras jurídico-políticas também racionais, seria suficiente para garantir a ordem e a integração social numa sociedade entendida como civil society(...) A racionalidade liberal não demonstrou uma racionalidade política suficiente para construir uma forma de Estado que encontrasse sua legitimidade no consenso. Esse foi o grande problema com

49 Idem. p.79
50 ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006, p. 115.

que o liberalismo se deparou.[51]

O grande problema encontrado no projeto liberal mencionado é que as formas societárias não correspondem diretamente com as tentativas de absorção pelo mercado alinhado com o Estado. Desta forma são necessários outros métodos para sua implementação, e dentro deles a força militar-policial representa uma saída.

Mas como bem coloca Acanda, não existe um projeto unitário para o que chamamos de sociedade civil, pois mesmo em um regime totalitário é possível que alguns setores interajam com o Estado como parte do mesmo projeto. Havia assim um esforço para que as ditaduras militares da região buscassem selecionar e eleminar algumas associações independentes do regime, mas apenas algumas delas – mais precisamente, as organizações que expressavam os interesses dos setores mais pobres e os que mobilizavam em suas lutas. Contudo, houve setores da sociedade civil que não apenas não foram eliminados, mas que, inclusive, se fortaleceram; as associações empresariais continuavam existindo livremente, do mesmo modo que os poderosos meios de comunicação, concentrados nas mãos da grande burguesia. A sociedade civil das classes dominantes não foi destruída. A atuação repressiva das ditaduras militares estabeleceu uma nítida diferença entre a sociedade civil 'popular' e a sociedade civil 'burguesa'[52].

O 'credo liberal' abraçado pelos militares provinha com uma nova roupagem modernizante em conflito com o projeto de reformas de base. Para isto a base teórica e prática deste liberalismo ainda estava em andamento, e hoje podemos tirar tal interpretação deste projeto:

> Sua atualidade provém então do fato de que seus preceitos fundamentais – império do mercado, desmantelamento do Estado de bem-estar e contenção dos avanços democráticos – foram os principios racionalizadores de conhecidas tentativas conservadoras que, com maior ou menor grau de violência, foram ensaiadas nas mais diversas latitudes.[53]

A aliança autoritária com o monetarismo liberal apenas se tornou possível com a instauração das ditaduras militares no Cone Sul. Como coloca Atilio Boron, existe uma dualidade, na realidade o reverso do liberalismo econômico é o despotismo político, e a história contemporânea produz evidências irrebatíveis a esse respeito. O monetarismo

51 Idem. p. 116.
52 Idem. p. 39.
53 BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina.* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994, p. 50.

desemboca, mais cedo ou mais tarde, de forma mais ou menos violenta, na restauração reacionária.[54]

Atilio Boron faz um comparativo das ditaduras militares com a figura do *Leviatã* de Hobbes, a supremacia do estado e a obediência irrestrita do povo. Desta maneira é preciso observar a influência que o pensamento da Escola de Chicago, com Milton Friedman, gerou na formação dos quadros para a implementação do projeto liberal pelas ditaduras civis-militares, seu pensamento que está no centro do debate contemporâneo é sua influência prática como ideologia burguesa em uma situação de crise e de recomposição autoritária e conservadora do capitalismo.[55]

O debate sobre a influência da Escola de Chicago e o pensamento de Milton Friedman traz à tona as raízes das diretrizes liberais e suas consequências em larga escala nos países que a adotaram. A autora jornalista Naomi Klein em sua obra *A doutrina do choque: a ascenção do capitalismo de desastre*[56], descreve como as experiências de métodos de psiquiatria do dr. Ewen Cameron financiado pela CIA (Agência Central de Inteligência) poderia em paralelo também ser utilizado em países e povos inteiros, tendo como instrumento a economia e a política.

> Como os países ficam chocados - por causa das guerras, ataques terroristas, golpes de estado e desastres naturais. E depois como sofrem novos choques – com as corporações e os políticos, que exploram o medo e a desorientação do primeiro impacto para impor uma terapia do choque econômico. Em seguida, como as pessoas que se atrevem a resistir ao choque político são colocadas em choque uma terceira vez, se necessário – pela polícia, pelos soldados e pelos interrogatórios na prisão.[57]

Ou seja, esta leitura nos leva a ver a relação direta das experiências autoritárias que tornavam viável o projeto de Friedman. Mesmo nos EUA, onde o keynesianismo era muito forte, como coloca a autora, e que por esse motivo, os membros de Chicago não viam os marxistas como os seus verdadeiros inimigos. A origem autêntica dos problemas deveria ser buscada nas idéias do keynesianos nos Estados Unidos, dos social-democratas na Europa e dos desenvolvimentistas no assim chamado Terceiro Mundo.[58]

---

54 Idem. p. 81.
55 Idem. p. 50.
56 KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascenção do capitalismo de desastre.* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.
57 Idem. p. 38.
58 Idem. p.69.

Na década de 50 e 60 a expansão capitalista passava por sua idade de ouro, a industrialização na América Latina e a possibilidade de reformas mesmo dentro do marco capitalista com o nacional-desenvolvimentismo. Era possível vislumbrar uma diminuição para as desigualdades sociais:

> Para tornar os produtos mais acessíveis, os políticos impunham controle de preços; para diminuir a exploração dos trabalhadores, fixavam um salário mínimo; para garantir que todos tivessem acesso à educação, deixavam-na nas mãos do Estado. Para Friedman e seus colegas, essas medidas, que pareciam ajudar as pessoas, na verdade causavam um grave mal ao equilíbrio do mercado e à capacidade de seus vários agentes de se comunicarem uns com os outros. A missão da Escola de Chicago, portanto, era de purificação – despir o mercado de todas as interferências e deixar o livre mercado cantar.[59]

Esta declaração de guerra contra o desenvolvimentismo latino-americano feito pela escola de Chicago intencionava a quebra de um modelo econômico e o fim do planejamento nas mãos do Estado com certa participação popular e as corporações norte-americanas e europeias que tinham negócios na América Latina também começaram a expressar queixas similares aos seus governantes: seus produtos eram barrados nas fronteiras, seus trabalhadores exigiam maiores salários e, o que mais preocupava, havia boatos de que tudo pertencia a estrangeiros, de minas a bancos, poderia ser nacionalizado para financiar o sonho latino-americano de independência econômica.[60]

No contexto da guerra fria não havia uma determinada lógica de autonomia dos países latino-americanos frente ao poderio americano e das empresas multinacionais, o 'pacto de classes' que havia constituído a base do desenvolvimentismo brasileiro aos poucos era minado pela bipolarização do mundo em termos políticos e de acumulação do capital, a forma interpretativa da escola de Chicago passava a ser “Não se deixem enganar pelo verniz democrático e moderado, esses falcões advertiram: o nacionalismo do Terceiro Mundo é o primeiro passo rumo ao totalitarismo comunista e deve ser cortado na raiz.”[61]

A fim de impulsionar seu projeto, a Escola de Chicago apostaria na formação de estudantes da América Latina. E mesmo sendo uma Universidade sem muito prestígio entre as outras nos EUA, teve um papel preponderante na formação ideológica dos

59 Idem.
60 Idem. p. 75.
61 Idem.

economistas:

> Lançado oficialmente em 1956, o projeto financiou cem estudantes chilenos que buscaram titulação na Universidade de Chicago, de 1957 a 1970, com suas anuidades e despesas pagas pelos contribuintes e pelas fundações dos Estados Unidos. Em 1965, o programa foi ampliado para incluir estudantes de toda a América Latina, com participações especialmente significativas de Argentina, Brasil e México[62].

A estratégia então estava desenhada para atingir de forma qualificada o destino das nações latino-americanas. O golpe civil-militar de 1964 lançou a primeira experiência que a Escola de Chicago precisaria para impor seus ideários, e encontrou no governo Castelo Branco o terreno fértil para ser implementado, não em sua completude, porém já com os principais elementos de experimentação para outros países.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, o programa econômico do Governo Castelo Branco foi um dos elementos de instauração do novo regime:

> Os três principais fatores de estruturação do Estado de Segurança Nacional no primeiro ano foram a criação do Serviço Nacional de Informações(SNI), as reformas administrativas do primeiro Programa de Ação Econômica do Governo(PAEG) e as diretrizes de controle salarial. A constituição do novo Estado implicava a institucionalização da rede de informações necessária ao controle do 'inimigo interno' e o assentamento das bases do modelo econômico.[63]

O programa econômico liberal instaurado pelos militares estava intrinsecamente ligado ao projeto de repressão sistemática e ao controle da sociedade e suas reivindicações populares com suas representatividades, peças da engrenagem que distorciam o funcionamento do sistema. Desta forma a classe trabalhadora foi progressivamente perdendo sua voz no destino do país. "Os principais objetivos eram, com toda evidência, a atração de capitais multinacionais e estabelecimento de uma política de controle salarial que maximizasse a exploração e com isso aumentasse os lucros."[64]

Os "nossos" representantes formados pela Escola de Chicago eram o ministro da Fazenda Octávio Gouvea de Bulhões e o Ministro do Planejamento Roberto Campos. Ao colocar em suas memórias décadas depois, as bases que orientaram nos primeiros anos do Governo Castelo Branco, descreve:

---

62 Idem. p.77.
63 Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* São Paulo: Edusc, 2004, p.71.
64 Idem. p.79.

> O receituário das reformas brasileiras em meados da década dos 60 era surpreendentemente semelhante ao modelo dos tigres asiáticos. Havia observância das duas regras de ouro: juros reais positivos e taxa cambial realista. A política monetária e fiscal era ortodoxa, em ambos os casos. Admitia-se um importante papel para o Estado na fixação da estratégia do crescimento e na criação de condições para a modernização capitalista. Entretanto, a distribuição de renda era bastante melhor nos tigres asiáticos. Geralmente, isso se atribui a quatro fatores: (1) a reforma agrária do pós-guerra, que diminuiu a pobreza rural e atenuou a concentração do poder político nas zonas urbanas; (2) o maciço esforço de educação, derivado em parte da tradição confuciana e em parte do esforço governamental deliberado de educação básica, sem o beletrismo latino; (3) a priorização das indústrias intensivas de mão-de-obra, orientadas para exportação; (4) a implantação (exceto emTaiwan) de programas de planejamento familiar. Alguns desses elementos, mas não todos, figuravam nas propostas do governo Castello Branco [sic].[65]

Os impactos dessa política no Nordeste foram sentidas de diferentes formas. A possibilidade da reforma agrária e ampliação para os direitos dos trabalhadores urbanos foram rapidamente anulados pelo governo a fim de desarticular a recomposição das forças populares, como por exemplo a promulgação da Lei de greve (n. 4.330). Assim as propostas iniciais que davam suporte a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) privilegiavam um programa de reestruturação e modernização das indústrias têxteis nordestinas, financiando a substituição dos seus equipamentos obsoletos e a renovação das suas práticas de organização e administração; a criação de condições especialmente favoráveis para a importação de equipamentos, isenção de taxas e de impostos, recomendação ou aval para a obtenção de empréstimos e também um assessoramento técnico para aquelas empresas que fossem consideradas como prioritárias ou relevantes para o desenvolvimento regional; a elaboração de anteprojetos industriais e de esquemas que atraíssem empresários e empréstimos governamentais e também algumas medidas de apoio indireto, necessárias à industrialização.[66]

Foram suprimidas as bases da SUDENE, e o economista e seu idealizador Celso Furtado perseguido e expurgado do cargo:

> Essa intervenção institucionalizou um novo padrão de dominação e acumulação na sociedade brasileira, com a destruição do aparato nacional populista, com o domínio do aparelho estatal e o seu controle mais direto pela cúpula militar e tecnocrata de orientação internacionalizante e modernizadora, com a repressão

65 CAMPOS, R.O. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p.339.

66 CARVALHO, Inaia Maria Moreira. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e pratica do planejamento regional.* São Paulo: Hucitec, 1987, p.69.

> aos interesses, organizações e manifestações das classes populares e com a viabilização de um novo projeto de desenvolvimento.[67]

Para destruir esta base, era de interesse da cúpula militar reformular não só na administração, mas no conteúdo político-ideológico das instituições:

> Adaptando-se aos novos tempos e orientações da ação governamental, a SUDENE relegou demandas sociais, aliou-se à grande burguesia associada e aos capitais internacionais, e passou a ser mais conhecida por ações como apoio financeiro e técnico a projetos de reestruturação administrativa das burocracias públicas estaduais e, sobretudo, pela criação de condições necessárias ao avanço de um processo de industrialização que favorecia, fundamentalmente, os interesses privados e as grandes corporações.[68]

3. Conspiração política

A elite orgânica, como define René Dreyfuss, com um caráter político-ideológico abrangeu setores empresariais, latifundiários e das forças armadas (principalmente ligados à ESG) no intuito de organizar melhor o projeto desta elite. A organização que teve essa capacidade de aglutinar estes setores em uma perspectiva estratégica foi o complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Para este complexo conspirador o alvo estratégico da elite orgânica consistia em se estabelecer no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados no IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe 'para si'[69]

O novo bloco que a elite orgânica formava atuava em diversas áreas de interesse onde objetivava tanto desestabilizar o Governo Goulart quanto desestruturar os instrumentos da classe trabalhadora, com base principal nos quadros militares que não se limitavam as atividades conspirativas, mas também projetavam o futuro Estado autoritário com os melhores quadros civis-militares nos espaços estratégicos da

67 Idem. p.85.
68 Idem. p.91.
69 DREYFUSS, Rene A. *1964 : a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe - 3.ed. / 1981*. Petropólis: Vozes, 1981, p.281.

administração. Porém para que isto fosse concretizado:

> Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar às clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a 'massa de manobra' da própria elite orgânica.[70]

Ao eclodir o golpe civil-militar os quadros militares e técnicos-empresários do complexo IPES/IBAD foram para dentro da estrutura do Estado do "novo" regime. Esta marcha protagonizou uma das maiores mudanças dentro do Estado brasileiro desde Vargas no Estado Novo de 1937. Mesmo com um Congresso "biônico" modificado pela Operação Limpeza e seus inúmeros IPMs (Inquéritos Policiais Militares), o planejamento político-administrativo já se punha em marcha principalmente no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, com o economista Roberto Campos sendo a cabeça da mudança da política-econômica do regime, com ligação direta com outro "monstro", o Serviço Nacional de Informações.

Esta relação entre o IPES e os militares, a aliança dos poderes estratégicos econômicos e das forças armadas, gerou um outro patamar no setor militar;

> O intercâmbio mais profícuo talvez tenha sido o que os líderes do IPES conseguiram desenvolver com as Forças Armadas através do estabelecimento do complexo militar-industrial brasileiro, que posteriormente se transformou em um elemento-chave na economia do país e em um fator político de influência. Um agente significativo na constituição do complexo militar industrial foi o Grupo Permanente de Mobilização Industrial. O GPMI, cuja estrutura e objetivos haviam sido desenvolvidos pelos empresários do IPES com militares da Escola Superior de Guerra, foi importante aspecto na evolução de ligações entre o poder político e econômico, por um lado, e o poder militar, por outro.[71]

O modelo Ipesiano de conspiração serviu de inspiração para outras experiências de golpes militares na América Latina. "'A receita existe', e o bolo pode ser assado a qualquer hora"[72], era ressaltado pelo Ipesiano Glycon de Paiva. Estes modelos e quadros do IPES serviram tanto no Chile, para a derrubada do governo de Salvador Allende, e na Bolívia na tomada do poder em 1971 pelos militares com o General Hugo Banzer.

---

70 Idem. p.281.
71 Idem. p.453.
72 Idem. p. 424.

Para se manter no poder e retirar as forças populares das decisões políticas do país, os militares tiveram que agir rápido na perseguição jurídica, nas prisões, sequestros, assassinatos e desaparecimentos. Desta maneira a repressão no Nordeste teve que ser mais brutal pelo fato de que as tensões sociais e radicalização da luta já faziam parte do cotidiano no campo e na cidade. As organizações camponesas e de trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas e Sindicatos rurais, despontavam na disputa pela terra e por direitos trabalhistas com os donos de terra e usineiros. Já na cidade, o movimento estudantil, os sindicatos e partidos políticos pressionavam para aquisição de mais direitos.

Thomas Skidmore menciona a repressão em Pernambuco como uma das mais marcantes após o golpe.

> A repressão foi especialmente severa no Nordeste. Nem era de surpreender, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da SUDENE Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das ligas camponesas, e o velho Grégorio Bezerra, ativista do Partido Comunista no Brasil. Aliás, o Estado de Pernambuco servira de abrigo para um dos maiores centros de atividade do Partido Comunista no Brasil, embora modesto em números absolutos[73].

Não era de se estranhar, como coloca Skidmore, que logo a repercussão das torturas nos jornais (que ainda não tinham sido fechados) e mortes no Nordeste terem tido conhecimento nacional, tendo o Presidente Castelo Branco indicado o chefe da Casa Civil Ernesto Geisel para as principais capitais do Brasil a fim de verificar as denúncias, e no Recife se admitem os "excessos" praticados não só pelas forças militares, mas também paramilitares a mando do latifúndio e de usineiros.

As versões contemporâneas começam a dar espaço para relatos de oficiais que colocam os abusos e torturas como prática dentro dos quartéis, assim como relata Carlos Fico:

> Assim, quase todos os depoimentos deixados pelo militares negam a responsabilidade dos oficiais-generais pelos crimes e assassinato político, como se a alta hierarquia houvesse sido surpreendida pelos escalões inferiores, que se 'excediam' nos interrogatórios. Essa versão cínica, porém, vai aos poucos dando lugar a interpretações mais realistas(embora cruéis), como a do ex-presidente Ernesto Geisel, que admitiu a tortura como um 'mal menor'.[74]

---

73 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, p.57.

74 FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: O Brasil republicano 4: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século

Os dois primeiros anos do governo Castelo Branco foram anos de forte turbulência, principalmente no que diz respeito a três questões: primeiro, de tentar destruir o bloco histórico nacional-popular e a esquerda do governo, e desmontar as entidades de representação popular; segundo, de dar resposta a própria burguesia nacional, pois mesmo tendo o discurso, era preciso colocar o projeto de acumulação do capital na prática, implantando o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) e construindo a base monetarista do regime; e por último, controlar as variadas forças partidárias de direita, e da linha dura do exército.

O segundo ato institucional (AI-2) serviu para exemplificar a tomada de decisão ao endurecimento do regime pelas forças militares. A disputa dentro do próprio bloco burguês-militar começava a se restringir a *manu militari*, e segundo Carlos Fico, torna-se incoerente a interpretação sobre a "moderação" do Governo Castelo Branco;

> Reiteradamente caracterizado como "legalista" e "moderado", o perfil de Castelo Branco serviu até mesmo para adjetivar um conjunto de militares que com ele partilhariam uma formação intelectual mais refinada (diferentemente dos troupiers, propensos a ações práticas e métodos violentos), um apego às normas legais e uma forma mais branda de tratar os inimigos da "revolução". Atributos tão atraentes parecem derivar muito mais da benevolência dos biógrafos que o beneficiaram do que propriamente de uma análise do desempenho do primeiro general-presidente.[75]

A sucessão de decisões que foram conduzidas durante o Governo Castelo Branco esboçaria a divisão em sua própria base de apoio, principalmente a civil, enquanto o discurso do governo apontava a retomada da lei constitucional, após uma cirúrgica operação limpeza. Mas que na realidade, a rapidez dos sucessivos IPMs e desmantelamento das forças populares, se complementaria com a radicalização da pauta política e econômica do regime, ou seja que durante o seu governo Castelo Branco não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições "revolucionárias"; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de "guerra interna"; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se

---

XX. Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 2009, p.171.

75 FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, 2004, p.33.

que a tortura só se tornaria frequente no pós-68).[76]

Partindo da afirmativa do próprio Skidmore de que o projeto econômico do governo Castelo Branco reagia bem melhor do que o político, no sentido de que havia uma diferença entre o projeto do grupo da Sorbone e a "linha dura", não conseguiu fazer o sucessor. A política econômica trouxe marcas para a classe trabalhadora atingindo diretamente nos empregos, custo de vida, salários e segurança no trabalho.

Como a base do projeto era identificada pelo monetarismo com a crença da captação de capitais estrangeiros, os primeiros impactos desta política econômica já poderia ser observada nos primeiros anos do governo segundo Skidmore;

> Dentre outras coisas, porque as medidas anti-inflacionárias provocaram severa recessão industrial. A combinação de fraca demanda e política monetária apertada, especialmente após os últimos meses de 1965, associada à menor proteção contra as importações estrangeiras, levou muitos empreendimentos brasileiros à beira da falência. E não pode ser negado que por causa de sua forte dependência de crédito, agora sob rigoroso controle, muitas firmas locais financeiramente deprimidas foram compradas por empresas estrangeiras (que tinham acesso ao crédito fornecido por suas matrizes no exterior). O setor privado sofreu muito, e diversos homens de negócios não pouparam o governo de violentas críticas.[77]

Desta maneira, a classe trabalhadora teve uma perda de 25% no valor real do salário mínimo, a verdadeira 'estabilização' se tornou o arrocho salarial. Sabemos que a investida contra o sindicalismo partiu de várias frentes, pode-se se dizer que os sindicatos eram um dos setores mais organizados, e quando vinculados às lutas populares tornavam-se a base dos partidos políticos brasileiros, seja do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As investidas feitas pelo governo Castelo Branco não se limitavam a perseguição à política e encarceramento, mas era sobretudo jurídica, na tentativa de desmantelar a legislação e deixar a classe trabalhadora sem mecanismos de defesa, pois a base do PAEG era controlar a massa salarial deixando com que o mercado se ajustasse à nova conjuntura de abertura para o capital estrangeiro.

> Se trabalhou no ataque direto às entidades, castrando-as de forma imediata, a ditadura também atacou em longo prazo, atuando sobre a legislação. O governo passa, por meio de uma série de

76 Idem. p.33.
77 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988. p.130.

> medidas, a reforçar o caráter de controle sobre o movimento sindical, presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estabelece regras estritas para a ocupação do espaço sindical, com candidatos sujeitos à avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política, e restringe o uso e o acesso aos recursos dos institutos de previdência, agora centralizados pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), cuja direção não se faria mais parcialmente sob o controle dos trabalhadores, como nos antigos institutos, e sim com a indicação direta pelo governo.[78]

Mais ainda de acordo com a LSN (Lei de Segurança Nacional):

> No que diz respeito às mobilizações, apesar de uma suposta regulamentação e garantia do direito de greve, o que se deu de fato foi a proibição do que seriam as greves políticas e de solidariedade, quase que limitando a possibilidade de greves à cobrança de salários atrasados...Outro pólo de ataques dos governos militares fo a tentativa de contenção da inflação via uma política de arrocho salarial. Essa política foi estabelecida aos poucos, quebrando a resistência encontrada entre setores da Justiça do Trabalho.[79]

O golpe de 64 em Pernambuco e os anos posteriores ao golpe pode ser traduzido como um dos mais violentos e repressivos que houve no país. Ações do exército, parte da polícia militar e grupos civis paramilitares foram a força imediata para a detenção, mortes e sequestros, no mais das vezes sem base judicial ou inquéritos de nenhuma natureza.

Como bem relatam Fernando Coelho (2004) e Paulo Cavalcanti (1980), autores que vivenciaram os anos da ditadura civil-militar, o clima de medo e perseguição se abateu no Estado durante anos. Por ser o Estado com uma atuação ativa dos setores populares, do operariado urbano ao campesinato, fora preciso uma ação coordenada e enérgica dos setores conservadores para desmantelar os vários setores organizados da classe trabalhadora. Sem dúvida, a candidatura de Miguel Arraes para governo do estado colocava um ingrediente a mais para acirrar as contradições no quadro político daquele período.

O núcleo golpista por parte dos militares que pertenciam ao IV Exército e à 7º região militar eram os coronéis e tenentes coronéis Antônio Bandeira, Hélio Ibiapina de Lima, Dutra de Castilho, Ivan Rui de Oliveira e o major Darcy Viloeq Viana. O estado também serviria de uma das bases de atuação mais ativa do IBAD (Instituto Brasileiro de

78 SANTANA, Marcos Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Ed. Boitempo, UFRJ, 2001, p.144.
79 Idem. p.144.

Ação Democrática), principalmente no financiamento da campanha contra Miguel Arraes. E, sobretudo, a atuação da CIA a partir do consulado americano, com seus 16 vices-cônsules em Recife, e segundo o ex-embaixador Lincoln Gordon cerca de 40 mil agentes e soldados antes do golpe.[80]

Ao tratar da repressão no estado, Fernando Coelho aponta quais foram seus principais instrumentos:

> Cumprindo as determinações dos comandos militares, mas permeável, também, às pressões locais, a repressão política em Pernambuco foi mais violenta e generalizada que no restante do país. Sua execução não coube apenas às Forças Armadas, à Polícia Militar e à Polícia Civil – como na maioria dos Estados. Ao lado delas, recebendo seu apoio mas agindo de forma independente, bandos civis armados por adversários de Miguel Arraes, alguns usineiros e senhores de engenho, ajudaram a espalhar o terror na zona da mata – onde as mudanças haviam sido mais profundas e a radicalização atingiria maior intensidade.[81]

A forma com que se agilizava o processo repressivo no estado possuía agora um outro centro de comando para tais ações, o IV Exército. Mesmo com uma aparente dispersão das formas de repressão, o IV Exército se dirigia como um aparelho de segurança de maior envergadura de ação, submetendo todos os outros poderes estatais de segurança ao seu serviço de ordem de comando, e, a partir daí, foi sendo executada a Operação Limpeza em Pernambuco:

> Enquanto o governo dava seus primeiros passos, as prisões se multiplicavam, passando de milhares. Cerca de três mil em Pernambuco e quarenta mil no país. Os quartéis, as penitenciárias do Estado, algumas cadeias públicas e as dependências da SSP não eram suficientes para amontoar o grande número de pessoas detidas. Sem flagrante, sem culpa formada e sem ordem judicial. Trabalhadores, profissionais liberais, políticos em desgraça por não haverem aderido à nova ordem, funcionários públicos, escritores, jornalistas, integrantes de todos os segmentos sociais, superlotavam celas improvisadas na falta de outros espaços.[82]

O discurso proferido pelos militares sobre a potencialidade do perigo vermelho armado em Pernambuco, realmente não tinha nenhuma base eficaz. Mesmo as forças "guerrilheiras" que defendiam a legalidade do governo Miguel Arraes chegavam a um

80 COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita Volver: o golpe de 64 em Pernambuco.* Recife: Ed. Bagaço, 2004.
81 Idem. p.189.
82 Idem. p.200.

efetivo de 4.000 policiais militares, onde o efetivo do Exército era de 20.000 militares. No relato do major Hango Trench evidencia-se o quanto não havia de preparo militar contra alguma investida da direita: "O povo não estava armado, não tinha preparação de luta nem a gente estava pensando fazer uma revolução armada. Estava-se pensando em fazer uma revolução social, uma modificação das estruturas básicas do País, das bases econômicas, do processo político[83]".

A leitura que as obras de Fernando Coelho *"Direita, Volver - O golpe de 1964 em Pernambuco"*, e de Paulo Cavalvanti, *"O caso eu conto, como o caso foi"*, sobre os momentos do golpe e pós-golpe, corresponde ao estado de medo que foi instalado logo após a investida militar. Os fortes traços da repressão realizavam seu golpe mais duro, no máximo de setores que poderia atingir para não haver qualquer resistência. Em ambos verificamos a escalada de terror acompanhada de prisões, cassações e mortes, que dariam o ritmo do regime nos anos seguintes.

Paulo Cavalcanti traz este clima de medo estampado nos principais jornais do estado, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commércio;*

> - Apreendidos pelo Exército 10 mil uniformes de guerrilheiros de Arraes!
> – Diretor de loterias do estado foge com 60 milhões.
> – Material subversivo encontrado nos veículos do Movimento de Cultura Popular.
> – O exército prende 8 estrangeiros que atuavam no campo.
> – Inúmeros democratas seriam fuzilados pelos comunistas.
> – Dólares falsos trazidos por chineses iriam custear a Revolução comunista.
> – Cem veículos da SUDENE foram usados pelos comunistas transportando armas para o campo.
> – Cédulas com a foice e o martelo seriam usados como dinheiro pelos comunistas.

A articulação dos golpistas do 14º Regimento de Infantaria e o VI Exército sob o comando do General Castilho e General Justino Alves Bastos se apressou junto com outros Coronéis do exército a realizar a captura dos integrantes do governo Arraes e desmantelar o comando da Polícia Militar.

83 "O coronel que quis resistir ao golpe", Jornal do Commércio, Recife, 24.12.1995.

Capítulo II

1. O Serviço Secreto

A história da formação do serviço secreto brasileiro possui características próprias, estando intrinsecamente ligado de acordo com a política interna e externa dos sucessivos governos que se instalaram no país. Para entendermos melhor o processo brasileiro é preciso observar quais eram as bases gerais que influenciavam nas decisões dos países para a formação de seus serviços secretos.

As pretensões relativas à guerra e a diplomacia estiveram associadas à criação dos serviços secretos em vários países no contexto internacional. Estes aparatos passavam a estar presente nos processos de conflitos entre as nações e ter ações preponderantes no que diz respeito a política interna ou externa de um país, assim como assinala Cepik:

> Dada a trajetória de afirmação do Estado moderno descrita por Charles Tilly, proposições adicionais sobre a natureza das novas organizações de inteligência deveriam considerar não apenas sua função primária (prover informações), mas também as funções secundárias associadas ao uso dessas informações para a dominação e maximização de poder em diferentes períodos e contextos nacionais[84].

Observamos então que sua formação se coaduna com as linhas traçadas pela política que cada nação adota para conter os agentes e conflitos sociais internos e externos, no que diz respeito à ordem presente para a manutenção do poder do Estado, seja qual for o regime que o sustenta.

As ações e interesses que o Estado moderno passa a exercer na virada do século XIX e XX, pela complexidade do sistema industrial e capitalista, faz com que o poder executivo dos países ocidentais avançados na Europa (França, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Rússia e outros) e os Estados Unidos da América (EUA), investiam maciçamente na construção de aparatos conhecidos como serviços secretos, que sirvam de aparelhos que investiguem outros Estados e suas intenções relativa a política, economia, diplomacia e guerra.

84 CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual. Dados, Vol.46. Num. 1. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2003. p. 79.

A história da formação dos serviços secretos compreende também fundamentalmente o papel dos interesses militares relativo à segurança interna e externa dos países. Desta forma, a influência das forças militares nestes aparatos do Estado se diferencia de um país para o outro, de acordo com momento histórico experimentado:

> Os serviços de inteligência exterior são "clássicos", pois têm como característica comum o fato de serem os principais responsáveis pela espionagem propriamente dita e também pela coleta de informações a partir de fontes ostensivas fora do território nacional. Eles diferem bastante de um país para outro em termos organizacionais, na escala de operações e na composição predominantemente civil ou militar de seus oficiais de inteligência[85].

Na obra do antigo oficial nazista do exército alemão Reinhard Gehlen, *O Serviço Secreto*[86], livro traduzido pela biblioteca do exército brasileiro e admirado pelos oficiais brasileiros na década de 70, relata a forma com que o exército alemão e o serviço secreto se organizavam para colher informações sobre o exército vermelho da URSS. Nesta obra, o oficial explica que havia grupos que faziam projeções econômicas e sociais sobre a população russa e estudos sobre a capacidade de enfraquecimento do exército vermelho, mas o que mais surpreende era que a base das investigações girava em torno dos depoimentos que os soldados e oficiais russos prestavam nas sessões de interrogatórios. Ou seja, a prática da tortura frente aos prisioneiros de guerra era a forma mais utilizada dos serviços secretos para alcançar seus objetivos.

Diante do contexto pós II Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria, os serviços secretos passam a ser entendidos então como serviços de inteligência por terem suas funções mais amplas no contexto de controle que a elite política passa a ter do Estado e da sociedade. A contenção das informações sobre os vários setores da sociedade e a influência deste aparato passa a ter um lugar privilegiado dentro da estrutura do Estado. Tantos nos blocos dos países ocidentais capitalistas com seus serviços de inteligência (CIA dos EUA, MI-5 na Inglaterra, DST- da França) e dos países socialistas (KGB da URSS, STASI da Alemanha Oriental) se destacam entre outros por serem aparelhos que exercem um poder sigiloso, pois sua relação com o poder e investigação da sociedade e de outros países estrangeiros está restrito ao alcance de uma fatia de governantes e oficiais militares, passa a ser misterioso por se posicionar como uma instância de poder

85 Idem. p. 86.
86 GEHLEN, Reinhard. O Serviço Secreto. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1972.

pararalela.

No caso das ditaduras militares e civis, os serviços de informações passam a ter um papel na repressão política quase como uma *"polícia política"*, porém com prerrogativas de poder e controle social que são exteriores do controle da sociedade por exatamente ficaram a serviço de uma restrita elite política.

2. *O Caso Brasileiro*

As movimentações sociais e conturbações políticas por parte da sociedade brasileira fizeram com que o Estado refizesse durante anos sua política de segurança frente aos perigos que pudessem desestabilizar o poder central.

A criação do Conselho de Segurança Nacional (CDN) em 1927 pelo Presidente Washington Luis pode ser considerado o "modo embrionário" da atividade de inteligência do Brasil, por se tratar que este conselho coordenaria as informações sobre vários temas de importância estratégica nacional. Não é por acaso que o conselho foi criado logo após a Coluna Prestes percorrer quase todo o país propagandeando a derrubada do Presidente e a defesa dos interesses nacionais. Também é neste período que ocorre o aprofundamento das relações Brasil-EUA visando estabelecer uma maior cooperação perante o perigo que as influências dos ideais da III Internacional Comunista pudessem causar no movimento dos trabalhadores nos respectivos países.

No período do presidente Getúlio Vargas foi criado inicialmente em 1934 o Conselho Superior de Defesa Social. O fator diferenciado da criação deste conselho reside no fato de que foram criadas as Seções de Defesa Social para cada ministério. Segundo Roberto Numeriano:

> Estas seções, criadas para estudar os problemas de interesse nacional na esfera de atividade de ministério, podem ser consideradas como protótipos das futuras Divisões de Segurança e Informações (DSIs), na prática, os olhos da espionagem política em nível federal, sobretudo com a instauração do regime militar, em 1964[87].

87 NUMERIANO, Roberto. *Serviços Secretos:* a sobrevivência dos legados autoritário. Recife: Editora Universitária, 2011, p. 69.

Logo após o golpe que instaurou o Estado Novo em 1937, Vargas além de decretar uma nova Constituição cria também o Conselho de Segurança Nacional (CSN), com a mesma estrutura do Conselho de Segurança Americano[88].

Na conjuntura após a II Guerra Mundial as Forças Armadas e o Estado brasileiro passam a se preocupar com os novos desafios devido aos conflitos que se apontavam no cenário internacional. As instituições deveriam se remodelar para alcançar a eficácia da repressão em várias frentes, desde de forma ideológica até operacional policial. Segundo a autora Priscila Antunes Brandão, *os órgãos de inteligência também se tornaram responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas*[89].

Em 1946 ocorre uma reformulação do Conselho de Segurança Nacional (CSN) no governo Gaspar Dutra, ampliando suas prerrogativas sobre a segurança nacional, dividindo a Secretaria Geral em três seções, e criando numa delas criando o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI). Este foi o primeiro órgão responsável pela contra-informação e contra-espionagem, pela propaganda e contra-propaganda no plano exterior e pela organização da defesa do sistema econômico brasileiro.

Na realidade o SFICI só sairia do papel doze anos depois, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek em 1956, por pressão do governo americano e canalizada pelos generais Rubem Denys e Humberto Melo:

> Haveria um compromisso do governo brasileiro com o governo americano de se criar um serviço nos moldes da CIA (Central Intelligence Agency). A criação de uma agência de informações fazia parte de uma estratégia de fortalecimento das estruturas dos estados integrantes das OEA (Organização dos Estados Americanos) que era de extremo interesse para o governo americano. Este além de prestigiar sua criação, teria dado todo o apoio e assistência necessários à construção da agência no Brasil.[90]

Sabemos da influência norte-americana na formação dos militares brasileiros, assim como sua influência na elite nacional, atestando assim que uma das origens da

88 Entrevista General Rubens Bayna Denys, 1998. IN: ANTUNES, Priscila. SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
89 Idem. p. 44.
90 Idem. p. 46.

criação do SFICI estava determinadamente ligada aos preceitos que a política externa norte americana desejava para alcançar sua hegemonia perante os governos latino-americanos.

Havia um setor específico do SFICI para investigar os setores da esquerda organizada no país, a Subseção de Segurança Interna (SSI), que era a responsável em coletar informações sobre os movimentos populares, sindicatos, partidos de esquerda e organizações sociais e de classe, cabendo-lhe assim o papel de assessorar a Secretaria Geral do CSN na tentativa de frear as iniciativas de levantes populares.

O combate ao comunismo passou a ser o foco tático e estratégico da formação dos militares brasileiros e, consequentemente, da criação do serviço secreto. A influência dos militares franceses esteve bastante presente na formação do SFICI e da Escola Superior de Guerra (ESG), por se tratar de um país que sofrera derrotas em suas ex-colônias de movimentos com inspiração comunista e com práticas de guerrilha no Vietnã e posteriormente na Argélia. Na Escola Superior de Guerra em Paris trabalhava-se com o conceito de guerra revolucionária, repassando aos militares latino-americanos as formas e práticas que esta guerra em particular estava desenvolvendo ao redor do mundo.

O ensino das práticas da tortura foi amplamente disseminado pela formação dos militares franceses, e isto era desenvolvido de acordo com um objetivo de conseguir informações dos inimigos ideológicos até a sua exaustão. Segundo Samantha Quadrat, era de fundamental importância apontar os setores da sociedade para realizar a guerra psicológica contra a subversão:

> A guerra psicológica, um dos pontos mais destacados pelos militares em reuniões de treinamentos, especialmente porque para os militares a ação psicológica era a principal arma do comunismo internacional, foi estabelecida. Por meio dela a ação das Forças Armadas atingia os campos escolhidos pelo inimigo: os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação, a Igreja[91].

O serviço secreto que primeiro se estruturou no país e que teve um papel preponderante após o golpe de 1964, foi o serviço secreto da Marinha. Conhecido inicialmente como Serviço de Informações da Marinha (SIM) criado em 1955, passou a

91 QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 39.

ter sua estrutura vinculada ao Estado Maior da Armada em 1957. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) ou 2ª seção da Marinha era considerado como o serviço secreto que tinha mais informações sobre o movimento comunista no país, *o CENIMAR se tornou um dos mais profundos conhecedores da doutrina e do funcionamento do PCB, conhecendo inclusive seus membros e suas divergências teóricas*[92]. Em relação ao Exército a Marinha era considera a mais fascista por se tratar da mais fechada e com maior número de oficiais de cor branca e de classe média. Até a abertura dos arquivos do Fundo da Divisão da Seção de Informações do Ministério da Justiça, não se tinha muitas informações sobre a atuação do CENIMAR.

O CENIMAR de acordo com as fontes que acessamos do Fundo DSI/MJ foi o serviço secreto de maior envolvimento e atuação na repressão em Pernambuco. Vários documentos que tratavam da perseguição e abertura de processo de investigação foi produzido pelo CENIMAR. A espionagem atingia principalmente o movimento estudantil e o sindical, assim como estrangeiros que levantassem alguma suspeita de oposição ao regime. Trabalharemos com algumas destas investigações no capítulo posterior.

Não há até o momento bases para se dizer sobre o exato papel que o SFICI teve na conspiração do golpe de 1964 contra o Presidente João Goulart. Há um relato de um militar que não se identifica no livro de Lucas Figueiredo, que descreve: *"na conturbada administração João Goulart, o SFICI levantou informações importantes sobre as conspirações dos golpistas*[93]*."*

Porém a influência do SFICI na formação do SNI foi além do um pequeno embrião, como descreve Lucas Figueiredo afirmando que no SFICI surgiu o núcleo duro do SNI com os generais Golbery de Couto e Silva, João Baptista Figueiredo, Newton Cruz e Octavio Medeiros. A estrutura do SFICI foi inteiramente repassada para o SNI, os seus arquivos, a Agência Central, os manuais, os métodos de funcionamento do serviço secreto, as informações sobre outros serviços pelo mundo, ou seja, a base da formação dos agentes secretos já tinha um ponto de partida.

Os documentos que temos acesso a partir das fontes do *Fundo O Informante*

92 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 64.

93 FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1924-2005). São Paulo: Editora Record, 2005. p. 133.

Militar X-9, nos traz alguns elementos sobre a formação dos agentes e a atuação frente ao PCB e ao movimento camponês.

Com a promulgação da lei nº 4.341 foi extinto o SFICI e nasce o Serviço Nacional de Informações (SNI). O serviço secreto já nascia com um aparato legal que não havia precedente na história brasileira, em comparação com outras agências internacionais como a CIA dos EUA ou a KGB da URSS.

O SNI respondia legalmente apenas ao presidente, nenhum órgão do executivo, legislativo, judiciário e Forças Armadas poderia ter interferência na forma de agir e controlá-lo. De acordo com Lucas Figueiredo, a autonomia financeira do órgão, a abundância de recursos, o status de ministro de Estado do chefe do SNI, interferia nos órgãos civis e militares; dispor de verba secreta e ausência de controle externo, fazia com que o SNI fosse uma *instituição única, com alcance e liberdade de atuação jamais vistos na história republicana*[94], sendo a própria materialização do conceito da Doutrina Nacional de Segurança (DSN).

Passados os primeiros meses do golpe civil-militar de 1964, com uma atuação brutal das forças militares, policiais e para-estatais, articulado com os meios de comunicação e com as elites locais e o Governo dos EUA, se iniciou então todo o preparo para a criação do SNI. Esta nova estrutura, o Serviço Nacional de Informações (SNI) encabeçou o processo de espionagem, coletagem e repasse das informações para outros órgãos, além de influenciar diretamente nas decisões políticas do Governo Castelo Branco, tornando-se um dos pilares principais na luta contra a "subversão".

O SNI já não responderia a ordem do comando do Conselho de Segurança Nacional (CSN), porém participava de suas reuniões e influenciava nas decisões políticas da ditadura militar. Os primeiros anos do SNI de 1964-1967 podem ser considerados como os anos de coleta de informações dos setores mais amplos da sociedade e do governo para consolidar as estruturas de repressão. Ele teria funções tanto internas como externas ao país e funcionaria primeiramente com a divisão de três setores: Seções de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações.

No Rio de Janeiro ficaria a Agência Central do SNI e controlaria as informações

94 FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1924-2005). São Paulo: Editora Record, 2005. p. 134.

das agências regionais, as (ARE) de cada Estado que deveriam coordenar as ações integradas com as forças de repressão local, e centralizada as informações na Agência Central.

As Seções de Segurança Nacional (SSN) dos Ministérios teriam um papel fundamental na composição de construção da rede de informações nos primeiros anos do regime. Descreveremos o seu modo de funcionamento mais detalhadamente no capítulo posterior, mas há de se ressaltar que estas SSNs fomentaram a transformação de uma forma mais ampla de investigação dos ministérios civis: a Divisão de Segurança Interna (DSI) e a Assessoria de Segurança Interna (ASI).

Desta forma foi possível a criação do Sistema Nacional de Segurança de Inteligência (SISNI) na década de 1970, e o SNI coordenaria os subsistemas de uma cadeia mais complexa do que aquela existente em 1964.

Houve dois momentos que se complementaram na formação do SNI, que interagem entre si na estruturação da rede de espionagem brasileira durante sua história: a preparação teórica com a atuação prática dos agentes de repressão da comunidade de informações, conduzida pelo antigo Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), e a articulação da rede de informações com outras estruturas já existentes da repressão brasileira, sendo o SNI a cabeça do sistema.

O preparo técnico e ideológico direcionava a formação doutrinária a determinados oficiais como quadros/agentes militares especializados nas ações de perseguição aos vários movimentos contestatórios, e, sobretudo, no discurso anticomunista desta formação.

Estes documentos se encontram no acervo do Arquivo Nacional, no Fundo O Informante do Regime Militar (conhecido por X-9). Apontamos dentro destes documentos o treinamento por que passaram esses agentes com base em manuais e textos, muitos desses compilados das forças armadas americanas da Agência Central de Informações (CIA). Desta forma esboçarei a continuidade desta formação, que começara anterior ao Golpe de 64, influenciando objetivamente na construção dos serviços de informações no país.

3. *A formação dos agentes*

A disposição da preparação dos quadros militares na área de inteligência e informações partiu da preocupação do alto oficialato militar brasileiro em adentrar de forma ideológica, com capacitação técnica, na disputa contra a influência dos governos populares, ideais comunistas e setores alinhados com a União Soviética na sociedade brasileira.

Para iniciar esta formação era preciso referências, e a principal delas era a Escola Nacional de Guerra (National War College), e a escola de oficiais em Fort Leavenworth com oficiais da inteligência americana. Essa formação como temos em nossas fontes, foi um processo de aliança com as forças armadas, e a partir de palestras, cursos, capacitações e intercâmbios entre os países que foi se realizando a concretude do planejamento dos órgãos de inteligência no Brasil.

O processo de formação dos serviços de inteligência no país teve por base o Serviço Federal de Informações e contra-informações (SFICI), o esboço do que chegaria a ser o SNI, e foi neste período que ocorreu um acúmulo teórico (1946-1964) na formação de agentes de espionagem.

Alguns documentos e passagens se destacam neste período, em grande parte pela natureza anticomunista exacerbada, a influência excessiva de análises de autores americanos e a paranoia da influência soviética no país.

A formação foi feita para os quadros militares e civis, no período de 1946-1975. Enfocando a formação de agentes desde o SFICI ao período do SNI, percebe-se a ação prática do agente contra organizações populares, e principalmente na perseguição ao PCB. A orientação desses agentes era que pudessem se infiltrar e acompanhar reuniões, seminários, manifestações e conferências. A prática desses agentes tem como cenário o Estado de Minas Gerais, sendo dessa forma, uma amostra de como foi feita a preparação e a ação dos instrumentos de informações no período pré e pós golpe civil-militar em todo o país.

O Brigadeiro João Mendes da Silva palestrou em uma conferência realizada na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1958 na abertura do curso Piloto de Informações. Na palestra ele coloca as bases da formação de agentes com dois principais objetivos;

> Estudar e experimentar a técnica de Planejamento das Informações Estratégicas com a finalidade de cooperar no estabelecimento da Doutrina de Segurança Nacional, habilitar civis e militares para dirigir e integrar os órgãos de direção e de planejamento das atividades relacionadas com as Informações Estratégicas.[95]

Esta seria a orientação básica para os agentes, havendo de imediato uma ligação intrínseca com o embrião da Doutrina de Segurança Nacional, onde estes agentes eram norteados pelos pilares das necessidades da Segurança Nacional,

> As procedentes do conhecimento das possibilidades e limitações do Poder Nacional; as procedentes do conhecimento do Poder e do Potencial dos outros Estados cujas ações podem interferir de qualquer modo na consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais; os produtos dos conhecimentos indispensáveis às atividades da segurança interna.[96]

Sem muito explicar o que seriam a "as atividade da segurança interna", é colocado que a prioridade dos agentes estão "nos campos técnico-científico e político"[97].

Neste mesmo período de 1954-64, encontra-se um texto chamado de "Preço da Liberdade"[98] que afirma o quanto é dispendiosa a atividade de informações para os cofres públicos, porém o preço pago é válido para se viver em liberdade, justificando desta forma, a união com empresas privadas como de grande necessidade para o "autofinanciamento" das atividades de inteligência, e para a aliança estratégica em defesa dos interesses político-econômicos nacionais.

Em 1963, o Ministério da Guerra e o Estado Maior do Exército lançam um documento intitulado *Ação Educativa contra a "Guerra Revolucionária",* com o tema abordado sobre a Mobilização de opinião pública – propaganda e boato, do Tenente Coronel Mário de Assis Nogueira.

Poderíamos nos indagar as razões sobre esse empenho do Estado Maior em realizar o preparo ideológico, de um grau já bastante avançado no apontamento das táticas realizadas, pelos supostos inimigos comunistas, frente a sua influência perante a população, em um período bastante agitado pelas mobilizações populares.

A visão dualista do mundo é permeada em todo o documento, de um lado o

94 BR AN, Rio.X9.0.TAI.2/4,p.9.
96 BR AN, Rio.X9.0.TAI.2/4,p.4.
97 BR AN, Rio.X9.0.TAI.2/4,p.5.
98 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/9,p.16.

ocidente (países capitalistas ocidentais), libertador e o oriente (países do leste europeu e asiáticos comunistas), opressor. Os conceitos, os objetivos, análises e modos de uso da propaganda da "guerra revolucionária", vêm alicerçados sobre o papel alienante da propaganda no oriente. Em uma de suas passagens:

> No ocidente, o emprego da propaganda é uma tentativa de influenciar a opinião pública e orientar a conduta da sociedade, de tal modo que os indivíduos se organizem, trocando a sua personalidade própria por uma 'alma coletiva das massas', com as características mencionadas por GUSTAVE LE BON, visando à adoção, de uma posição e uma atitude determinada.[99]

Por outro lado:

> O 'modus faciendi' de influenciar as massas é semelhante nos dois mundos - emprego de propaganda maciça - mas no ocidente a propaganda visa a sugestionar, deixando ao indivíduo a certeza de que ele decide pela melhor solução. No oriente, o indivíduo se exime do raciocínio, o grupo governante raciocina por ele e ele apoia a decisão do grupo governante. Ele se condiciona.[100]

Esta visão que o ocidente se encontra na esfera do "mundo livre", e que a ditadura e o totalitarismo são uma tendência do oriente (comunista) persiste em muitos documentos de treinamento do agente. Há uma a passagem que diz, "Lá, se o indivíduo não se condicionar, e se se mantiver inconversível, é eliminado, neutralizado ou afastado."[101]

O incentivo ao medo é colocado para o agente como uma força motriz no enfrentamento contra os "adoradores do comunismo", nesta apostila de estudo sobre a utilização da propaganda que tem em sua conclusão no primeiro capítulo um chamativo doutrinário que se repete em outros documentos:

> Se o ocidente não a utilizar (propaganda) com o mesmo volume, a mesma determinação, com técnicos e meios adequados, como o fazem os comunistas, estará condenado, irremediavelmente a ser tragado pela avalanche vermelha, que, em forma de propaganda e infiltração, já envolve e inunda o mundo, minando o espírito de luta dos povos livres.[102]

Logo após vem um apelo institucional;

> Iteramos, reiteramos e repetimos, ansiosamente, mais uma vez, e outras mais, o apelo: preparemos, já, nossos elementos de G. P.

99 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/16,p.9
100 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/16,p.6
101 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/16,p.7
102 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/16,p.33

> (Grupo de Propaganda), aos quais está intimamente ligada a Propaganda, enquanto é tempo.[103]

E por fim, a mensagem profética, "Urge a criação nas Forças Armadas das Seções de Guerra Psicológica, para o combate ao COMUNISMO."[104]

Nesta primeira apostila o documento nos parece alterado, ao fim da página tem as assinaturas dos militares, e logo após tem quatro assinaturas de caneta, e uma delas assinada com *Oficial do SNI*. Essa apostila datada de 1963, com uma assinatura de um Oficial do SNI, dá a interpretação que tenha sido alterada.

Na Unidade III desta apostila, consta um minucioso estudo sobre a Propaganda Soviética, dita como Agitação e Propaganda (Agitprop), sobre a China e o papel de Cuba. Como era de se esperar, a bibliografia em grande parte vem de materiais da informação americana.

Mas, o que torna mais contraditório os discursos utilizados nessas apostilas de formação para agentes, acompanhadas de perto pelo Estado Maior do exército, é a defesa da democracia, condenando todo tipo de ditadura:

> Alguns verdadeiros democratas ainda sentem constrangimento de receber o titulo de anticomunista, termo associado, habilmente, a retrógrado e reacionário. Tal título devia ser aceito como galardão de dignidade, em oposição aos adeptos da ditadura de classe essa, sim, **retrógrada como toda ditadura**, regime escravizador, corruptor, aplastador.[105]

Na conclusão das três unidades deste estudo vem o alerta para as Forças Armadas:

> Nossas Forças Armadas, poderosamente guarnecidas pelo pesado armamento de que dispõem, apropriado a uma guerra geral, estão quase desaparelhados material e espiritualmente, para a guerra que o inimigo trava contra nós, no interior do nosso país. É o inimigo interno apoiado pelo externo, ou externo apoiado pelo interno, intrometido no nosso país, pronto a desencadear a guerra revolucionária, por meio de guerrilhas e fazendo a GP.[106]

E posteriormente, aponta aonde se encontra o inimigo:

> Não está somente nos campos, está em toda parte: no governo, nas fabricas, nas indústrias, nas escolas, nos transportes e ate nas casas de famílias, pronto a desencadear o golpe final para tomada do poder. Ainda é possível evitar que os comunistas o façam, se

103 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/16,p.34
104 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/16,p.35.
105 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/21,p.4.
106 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/21,p.31.

> forem tomadas as medidas necessárias para esclarecimento do povo e se lhe for pedida a cooperação contra o inimigo comum.[107]

No decorrer do texto, descreve que este inimigo é o PC (não está redigido Partido Comunista Brasileiro), o qual na opinião do exército, não é um partido, e sim um aparelho subversivo, que se aproxima da administração pública a fim de objetivar a conquista do poder e desmantelar às Forças Armadas. Ao fim, coloca a necessidade do governo em aprovar a criação da Seção de Guerra Psicológica no Exército e nas demais Forças Armadas, e em tom de denúncia, relata que foi enviado esse projeto há dois anos (1961) e que até aquele momento não obteve nenhuma resposta do executivo.

No material de formação de agentes que nós encontramos no período a partir da criação do SNI em 1964, observamos algumas apostilas que prosseguem no preparo ideológico, mantendo a linha vinculada à influência americana nas forças armadas e no aparelho de inteligência. Estas apostilas, traduzidas por oficiais brasileiros para dar embasamento aos cursos de formação, permeiam a preocupação de uma formação continuada desde os tempos do antigo SFICI.

As apostilas, *Informações estratégicas e decisões nacionais*, de Roger Hilsman, e, *A tomada do poder: estudo sobre o papel da força e do consentimento popular*, de Andrews C. Janos, ambas datadas de 1966, para uso interno do SNI, produzidas pelo Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Princenton, EUA, reforçam esta influência.

O primeiro estudo, de Roger Hilsman, traz uma necessidade de aliar as doutrinas (em nosso caso a doutrina de segurança nacional - DSN), ou, nas palavras do autor, "um corpo de normas e princípios - aqui denominados doutrina, no sentido de que um recruta é doutrinado com elas", com a experiência prática do agente, fazendo dessa forma que a orientação teórica reja a ação prática.

E como essa tarefa tinha uma dimensão política, o autor ressalta:

> Descobrir esse corpo doutrinário não é fácil, pois normas dessa espécie nunca estão compiladas e só raramente são articuladas. Em consequência disso, elas devem ser procuradas em muitos lugares e com uma dose extra de sutileza, tantos nas linhas, como nas entrelinhas. Uma fonte da doutrina das informações é o corpo de leis, diretrizes e regulamentos que regem as diversas unidades

107 BR AN, Rio.X9.0.TAI.1/21,p.32.

> de pesquisa de informações e que, agora, governam suas relações com os órgãos de governo formuladores de política e encarregados de operações[108].

Já o texto de Andrews Janos, com uma dimensão mais política do que técnica, traz a visão de um novo período na luta contra a subversão, e de forma direta com suas próprias palavras, atesta que o objetivo desse estudo acompanha um problema real da atualidade:

> Tem prosperado nos últimos anos uma literatura sobre o papel da força na política, dando grande ênfase aos problemas estratégicos da guerrilha e da guerra psicológica. Essa literatura tem contribuído grandemente para a compreensão de vários aspectos da guerra não convencional, tanto do ponto de vista militar como político[109].

Este minucioso estudo, a partir, da literatura de autores marxistas visa demonstrar os vários tipos de intervenção política e militar que os comunistas podem se utilizar, de acordo com a experiência histórica das revoluções.

Sabemos que a formação de agentes foi algo mais profundo do que o colocado neste breve ponto, porém iniciamos esta abordagem para percebermos que as ações que se desencadearam deste tipo de formação política, com alto nível ideológico, produziram o caráter de classe que a ditadura militar brasileira passou a se moldar. E que o SNI reproduzia em seus agentes a defesa intransigente do regime, do anticomunismo, e da preservação do alinhamento do Brasil com os interesses norte-americanos.

[108] BR.AN.RIO.X9.0.TAI.2/8.
[109] BR.AN.RIO.X9.0.TAI.2/7.

Capítulo III

O Espião

Na pública luz das batalhas
Outros darão a sua vida à pátria
E recorda-os o mármore.
Eu vagueei, obscuro, por cidades que odeio.
Dei-lhe outras coisas.
Abjurei da minha honra
Traí quem me julgou seu amigo,
Comprei consciência,
Abominei o nome da minha pátria
Resignei-me à infâmia.

Jorge Luís Borges

1. Desvendando os arquivos

A análise desenvolvida neste capítulo é a parte central desta dissertação. Com base na recente abertura de parte dos arquivos do regime militar em posse do Estado brasileiro, somados ao momento político do país em se desafiar a entender o regime autoritário que compreende o período histórico da ditadura civil-militar (1964-1985), tentaremos fazer um resgate do cenário vivido no Estado de Pernambuco nos anos de 1964-1967, onde nos levam a partir de algumas fontes que nos ajudam, mesmo que de forma limitada, a correlacionar alguns fatos que até então não eram possíveis.

Sabemos que muitas dessas fontes foram e estão sendo destruídas nas mãos das Forças Armadas, e que tantas outras passam por um processo de burocratização (induzida por razões políticas), e ingerências pelos setores que as possuem, insistindo-se na recorrência de repetidos decretos a fim de obstruir a elucidação de muitos acontecimentos. A luta pela abertura dos arquivos da ditadura no Brasil vem desde o tempo das reivindicações pela Anistia dos presos políticos e o retorno dos direitos políticos em 1979.

Os documentos aos quais tivemos acesso estiveram momentaneamente disponíveis depois do decreto n. 2.134 do ano de 1997, na gestão do Ministro da Justiça Nelson Jobim, no governo Fernando Henrique Cardoso, regulamentando o artigo da lei n.

8.159, dando oportunidade para a pesquisa sobre a comunidade de informações. Porém, no fim deste mesmo governo, em dezembro de 2002, foi assinado o decreto nº 4.553, que colocava outra vez os documentos da Divisão de Segurança de Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) e tantos outros, na situação de mudança da classificação, ou seja, fora aumentado o período de anos e prerrogativas para o acesso. Este último decreto foi elaborado para que principalmente os documentos envolvendo o processo de privatização do período FHC (1994-2002) não pudessem ser acessados.

Apesar disto, após uma pressão histórica e persistente dos setores organizados da sociedade brasileira, apenas para elencar alguns, enfatizando os grupos de direitos humanos, como a Tortura Nunca Mais, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Associação de Anistiados Políticos do Brasil, vários Movimentos Sociais, intelectuais e clérigos, assim como grupos e organismos internacionais, tornou-se possível, no ano de 2012, o acesso a importantes documentos e processos que estão em mãos do Estado brasileiro. Correspondente a estes passos, foi atendida uma outra reivindicação, que tenta elucidar o passado e apontar os crimes do regime, no governo da presidente Dilma Rousseff (2010-), com a criação, mesmo que de forma limitada, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), grupo está sendo responsável por levantar a violação dos direitos humanos entre os anos 1946-1988.

Em muitos estados também foram criadas Comissões, a fim de levantar novos elementos das realidades locais para também contribuir com a CNV. Em Pernambuco foi criada a Comissão Estadual da Memória e Verdade com a tarefa de buscar elucidações sobre os assassinatos, perseguições e desaparecimentos de cidadãos que foram vítimas das ações arbitrárias do aparato repressivo que atuavam em solo Pernambucano.

Com base na lei n. 12.527/2011 de 18 de novembro, a Lei de acesso à informação, abriram-se portas jurídicas para o acesso aos documentos da ditadura militar, e com o decreto n. 7.724 de 16 de maio 2012, foi reforçada esta abertura com os editais redigidos pelo Arquivo Nacional, AN n. 1 de 17 de maio de 2012, AN n. 2 de 31 de 31 de maio 2012 e AN n. 3 de 29 de junho 2012.

De acordo com estes editais, pode-se neste momento ter acesso ao Sistema Nacional de Informações e Contrainformação – SISNI, aos conjuntos documentais da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e da Assessoria de

Segurança e Informações da TELEBRÁS, e aos documentos produzidos ou acumulados pelo extinto Estado Maior das Forças Armadas - EMFA entre 1946 e 1991, ou seja, o coração do sistema de repressão.

Desta forma, torna-se fundamental o trabalho do historiador a partir destes documentos elencados, que o momento histórico propicia analisar, fundamentar e produzir materiais que possam elucidar processos e o funcionamento da máquina de repressão do regime. Porém, repetimos que ainda existem inúmeros documentos em mãos das Forças Armadas que podem ir além das informações que acabam de ser abertas.

Assim, procuramos explanar sobre algumas ações do SNI em conjunto com seus braços de repressão em Pernambuco no período de 1964-1967, enfocando a participação de seus agentes (agências de informações) e quem foram seus principais atingidos. Buscamos construir este momento histórico a partir das fontes selecionadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro tendo por base os dados da Divisão de Segurança de Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), onde foi encontrado parte do material disponível sobre os serviços de informações. A partir destes processos dos órgãos vinculados ao SNI, foi possível desenvolver um pequeno balanço de como que estas ações no primeiro governo militar do general Castelo Branco, foram responsáveis pelo desmantelamento e perseguição de várias organizações populares, partidos (principalmente o PCB), intelectuais, estudantes, clérigos e estrangeiros.

2. Destruição dos arquivos da ditadura: Obra do Serviço Nacional de Informações (SNI)

No período do Ditador-Presidente Castelo Branco (1964-1967), mesmo em estado de exceção, ainda estava vigente a Constituição de 1946, assegurando também com restrições o acesso a documentos de acordo com sua classificação e nível de interesse do Estado.

O regime havia se preparado nos primeiros anos da ditadura após o golpe de 64

para pôr abaixo os sonhos pela redemocratização, acabando com as ilusões das forças progressistas numa possível volta da democracia ao país mesmo com vigilância direta do poder militar.

A consolidação do regime provara exatamente o contrário das expectativas, os oficiais militares ligados ao Ditador-Presidente Castelo Branco se apressaram em redigir uma nova Constituição (1967), assim como em elaborar vários decretos com o objetivo de endurecer a ditadura, restringir e blindar as áreas de interesse no campo econômico, aprovar a Constituição de 1967, realizando manobras a fim de limitar o poder do próximo Ditador-Presidente, o General Costa e Silva.

Um desses decretos foi redigido pelo próprio SNI, o decreto nº 60.417 de 11 de março de 1967, o chamado *Regulamento para Salvaguarda de Documentos Sigilosos*[110]. Documento elaborado pelo SNI, referendado pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional General Ernesto Geisel (futuro Ditador-Presidente) e aprovado pelo Ditador-Presidente Castelo Branco, exatamente no corrente ano de sua substituição. Este decreto revogava um outro decreto, o de nº 27.583 de 14 de dezembro de 1949, que estabelecia normas sobre o manuseio dos documentos.

Não era por falta de razões que este documento fora aprovado em tais circunstâncias, às ações e abusos perpetrados pelo regime em seus anos iniciais, e as informações contidas nas várias ações ilegais, não poderiam estar em mãos alheias de governos de diferentes naturezas que porventura pudessem se estabelecer, e muito menos nas mãos da sociedade, podendo abrir espaço para esclarecimentos que poderiam trazer consequências para os agentes do Estado responsáveis pelas arbitrariedades cometidas.

Este documento está dividido em seis capítulos: *Disposições Preliminares, Assuntos Sigilosos, Documentos Sigilosos, Criptografia e Codificação, Áreas Sigilosas e Material Sigiloso*.

Na parte *Disposições Preliminares* é possível auferir que a preocupação central reside em controlar o manuseio, a segurança e a difusão dos documentos sigilosos. Era preciso enfim estabelecer normas mais rígidas e restritivas, condicionar todos os órgãos do Estado, *Ministérios Civis e Militares, Secretaria Geral do Conselho de Segurança*

110 BR AN, RIO x9.0.TAI.3/12.

Nacional, Estado Maior das Forças Armadas, e o Serviço Nacional de Informações, a fim de atualizar suas normas e estabelecer a ordem do silêncio e da escuridão dos arquivos.

Os documentos *Ultrassecretos* têm por características a preservação dos assuntos sobre alianças político-militares, planos de guerra, descobertas científicas e informações sobre países estrangeiros de alto nível, ou seja, assuntos de ordem da política externa e relações internacionais no campo militar.

Os documentos classificados como *Secreto, Confidencial e Reservado*, em geral são aqueles que não devem estar à disposição do público em geral, pois somente agentes do Estado credenciados poderão ter acesso a tais acervos. Grande parte dos documentos sobre as perseguições aos cidadões brasileiros e estrangeiros estão enquadrados neste quadro de documentos.

O ponto que nos impressiona neste documento está no *capítulo III Documentos Sigilosos na seção 5 - Destruição*.

Temos indícios concretos que muitos documentos foram queimados indiscriminadamente durante a história brasileira. Um desses casos é atribuído ao respeitável Rui Barbosa, enquanto exercia o cargo de Ministro da Fazenda em 1889, que havia então emitido ordens para a destruição de documentos referentes à escravidão[111], com a justificativa de que somente a partir deste ato os senhores escravocratas não teriam base legal para serem ressarcidos pelo Estado pelas "perdas" causadas pela libertação dos escravos.

No caso dos documentos da ditadura, o caso recente mais emblemático foi a queima dos arquivos na base da Aeronáutica de Salvador em 2004. Entre os documentos que resistiram à queima criminosa nas investigações da Polícia Federal estão *"fichas, prontuários e relatórios da inteligência do Exército, Aeronáutica e Marinha sobre personagens e organismos da esquerda armada[112]"*, segundo o Jornal A Tarde.

Mais recentemente, no ano de 2009, tivemos a tramitação do projeto lei nº 600 do

111 BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
112 Jornal A Tarde. *Queima de arquivos da Base Aérea ainda sem respostas*. 26/12/2009.

senador José Sarney, onde esta inscrito em um de seus artigos que determina a destruição dos processos judiciais após 5 anos de sua conclusão depois de arquivados. Verificamos em plena atualidade as manobras que são sorrateiramente utilizadas pelos mandatários eleitos ou não, a fim de destruir o legado das fontes e apagá-las dos arquivos do Estado.

Voltando aos anos iniciais da consolidação da ditadura militar, notamos que o decreto elaborado pelo SNI assegurava a autoridade que produziu o documento sigiloso, ou o seu superior, a destruição do documento se julgar conveniente. Além disso, explica que normalmente (leia-se que não obrigatoriamente), estes documentos devem ser destruídos conjuntamente ao lado de *duas testemunhas categorizadas*.

A única responsabilidade que reside naquele que destruiu o documento está no fato que a ação de destruição será registrada em seu nome. Ou seja, caso estes registros não tenham sido também destruídos, eles devem existir. E neles poderemos verificar os responsáveis por este ato criminoso, contra nossa história. O interessante é que não é mencionado qual tipo de autoridade pode fazer a destruição, e, com isso, qualquer agente da comunidade de informações tem a liberdade (ou até mesmo o dever) de julgar o que pode ser destruído ou não. O agente e seu superior são os elaboradores, legisladores, executores, julgadores e camufladores, um verdadeiro poder paralelo institucionalizado.

3. O Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI)

A instância superior de decisões do regime girava em torno das deliberações do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Neste espaço onde residia de fato o poder, a ditadura militar discutia e deliberava as políticas sobre todos os assuntos de interesse do Estado, da política interna à externa: leis, atos institucionais e decretos; política financeira e industrial; concessões a empresas estrangeiras e contratos; relações diplomáticas e influência estrangeira.

As reuniões eram presididas pelo Presidente-Ditador Humberto Castelo Branco e,

pelo Secretário Geral do CSN, General Ernesto Geisel. Além dos Ministros Civis e Militares, com destaque aos Ministros de Planejamento, Roberto Campos, da Fazenda, Otávio Bulhões, da Justiça e Negócios Interiores, Milton Soares Campos; assim como representantes das Forças Armadas; parlamentares e diplomatas convidados; e o General Golbery de Couto e Silva, chefe do SNI.

O Conselho de Segurança Nacional foi criado em 1937 com o objetivo de assessorar a Presidência da República e de fazer estudos sobre a segurança nacional. Após o golpe de 64, além de assessoramento o CSN passou a ser o órgão responsável pela formulação e execução da política de segurança, ou seja, os temas de maior relevância passariam a ser determinados neste órgão, sendo regularizadas as suas funções apenas em 1969 pelo decreto lei-nº 900.

A primeira reunião do CSN na ditadura militar foi realizada no Palácio do Planalto em Brasília na data de 24 de abril de 1964, era a 23º sessão do CSN[113] desde sua criação em 1937. Na pauta estava a preocupação que o novo regime teria em se legitimar perante a comunidade internacional, e a exposição foi coordenada pelo então Ministro das Relações Exteriores Vasco Tristão da Cunha. Além das discussões sobre quais países que haviam declarado apoio e reconhecimento ao regime, estavam em pauta as relações com Cuba. O assunto toma conta de grande parte da reunião, com intervenções de verdadeira paranoia coletiva de discursos anticomunistas, a discussão gira em torno do rompimento ou não das relações com a ilha, e de que forma apresentar este rompimento, de forma coletiva com outros países da Organização dos Estados Americanos (OEA) ou unilateralmente.

Nestas sessões observamos que a política econômica elaborada pela dupla Roberto Campos e Otávio Bulhões tinha uma autonomia que se impunha perante os demais presentes, e que quando questionados rapidamente eram respaldados pelo Presidente Castelo Branco. Em uma dessas passagens, o Ministro da Guerra, General Costa e Silva, reclama pelo fato de receber os documentos da reunião momentos antes de ser iniciada, não tendo tempo de lê-los para intervir: *"Não desejaria voltar ao assunto de que a documentação nos foi entregue muito em cima da hora; acabo de receber agora, quando saía do meu gabinete*[114]*"*.

113 BR DF.AN.BSB,XX N8.0.ATA.2/7, .42-49.
114 BR DF.AN.BSB,XX N8.0.ATA.2/12, f.123-144.

Os conflitos nas sessões do CSN são perceptíveis para o leitor atento, a luta pelo poder nas reuniões faz com que os momentos de mediação mudem ora para encaminhamentos impostos pelo Presidente Castelo Branco ora revogando uma decisão. O conflito existente pelo conjunto de oficiais e Ministros ligados a Castelo Branco, como Geisel, Golbery, Campos e Figueiredo, se deparava com os interesses de oficiais ligados ao General Costa e Silva, as tensões começavam bem ali e se expandiam para os setores das Forças Armadas e outras esferas do poder ditatorial.

Em uma dessas sessões o assunto a ser deliberado dizia respeito sobre a viagem do Ministro do Planejamento Roberto Campos a Moscou-União Soviética (URSS), onde o Ministro expõe a importância do estabelecimento das relações puramente econômicas com a URSS e as vantagens que o Brasil teria em sua balança comercial. Sabemos que os termos da relação Brasil-URSS durante o período da ditadura militar[115] (1964-1985) eram dúbios, e que as trocas comerciais se desenvolveram progressivamente durante os sucessivos governos militares.

Há, no entanto, no documento um ponto proposto pelos Soviéticos onde apresentam a possibilidade de uma cooperação técnica entre as partes, abrindo espaço para que profissionais, como engenheiros e técnicos, possam trabalhar em convênios em solo brasileiro. Era evidente que este não era um ponto tranquilo para vários chefes das Forças Armadas ali presentes.

Após a exposição do Ministro Roberto Campos na qual enfatiza que: *"É possível – e é possível particularmente nesse Governo – separar-se cuidadosamente intensificação de relações comerciais de vulnerabilidade ideológica[116]".* Utiliza-se desses termos a fim de defender sua posição de aproximação com a URSS, pois assim dito, descreve que há uma crescente procura por parte do mercado soviético pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e que há uma saturação do mercado ocidental, abrindo assim espaço de ampliação do mercado do Brasil para com a URSS. O Ministro ainda critica as visões ideologicamente minimalistas sobre a natureza dessa relação, chamando-as de *"preconceituosas e utópicas[117]"*.

115 BACIGALUPO, Graciela Zubelzu de. *As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria*. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 59-86 [2000].
116 BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.2/12, f.123-144.
117 Idem.

O possível acordo é questionado pelos Ministros da Guerra, Costa e Silva, e da Marinha, Paulo Bosisio, com o argumento de que precisam de mais tempo para apreciá-lo, não concordando em referendar de imediato o acordo, pois precisariam acionar seus assessores das forças de segurança, focando os requisitos técnicos sobre o assunto.

Porém o que nos interessa neste documento é o encaminhamento dado por Castelo Branco ao assunto e sua confiança para com o SNI. O Presidente trata as advertências feitas pelos Ministros apenas como alertas e apelos, e aponta uma solução:

> Os meios militares, sem dúvida, vão concorrer para isto, como têm concorrido - quase até bem pouco tempo era o único elemento para tratar de averiguar a infiltração comunista. 0 Serviço Secreto das Forças Armadas, sem dúvida, irá contribuir / para isso e, mais ainda, o Serviço Nacional de Informações. Eu acredito que até o fim deste ano o Departamento de Segurança Federal tenha estabelecido estes estudos, as normas e os convênios e tenha entrado em íntimas relações com o Estado-Maior e cada uma das Forças, isto é, com o Serviço Secreto - e mais do que com o Serviço, com o SNI[118].

Esta colaboração seria regida pelos meios civis e militares, e para ele o país estava preparado para qualquer tipo de infiltração pretendida caso técnicos soviéticos estabelecessem trabalho de cooperação dentro do Brasil. E logo após ele conclui o seu entendimento sobre as relações multilaterais: *"apesar de admitir, como qualquer outro país, a servidão de ordem econômica de um para o outro[119]"*.

Nesta mesma sessão há um outro assunto, tão delicado quanto a relação com a URSS. Trata sobre a discussão da gravidade da relação, naquele momento, com a França, pois o Presidente-General Charles de Gaulle e a imprensa francesa se posicionavam abertamente contra o regime ditatorial no Brasil. É colocado aos presentes que o Serviço Secreto com o auxílio do Governador do Estado de Guanabara Carlos Lacerda, conhecido golpista, se infiltrou na Embaixada Francesa no Brasil onde havia conseguido um documento interno em que a representação francesa atacava o regime imposto: "*A Embaixada Francesa mandava dizer inverdades e configurava a situação brasileira como caótica e como absolutamente antidemocrática[120]".*

118 Idem.
119 Idem.
120 Idem.

Nesta mesma reunião Castelo Branco revela que as relações com a França estariam mudando após a visita do Presidente De Gaulle ao Brasil em outubro de 1964, e aparentemente a França achava que no Brasil havia um "G*ovêrno normal"*.

As implicações dessas ações de espionagem devem ser analisadas com seriedade perante este fato. As disputas políticas entre as nações tendem a direcionar a forma de agir dos serviços secretos de acordo com a área em disputa, e após o golpe de 64 o novo regime no Brasil pretendia ao máximo apresentar aos países do bloco ocidental capitalista defensores da democracia que aquele fora um ato conduzido por um movimento político democrático (revolucionário, assim se auto declaravam), e que estava salvando a nação contra o perigo vermelho.

A estrutura criada em volta do SNI tinha um horizonte político estabelecido, ou seja, lidar com um mundo onde as nações estavam inseridas em diferentes pólos ideológicos, e mais especificamente na conjuntura da Guerra Fria, entre países Ocidentais capitalistas e Orientais socialistas. O regime se apressou em colocar sua máquina de espionagem em direção a um antigo e importante aliado, a França. Aquele mesmo país que influenciou na formação dos militares brasileiros, porém nesta conjuntura de pós 64 passava a ser colocado como objeto de espionagem, pelo simples fato de que seu governo não apoiara de imediato o regime.

Estas ações de espionagem não se limitariam a este fato no caso com a França, de acordo com as fontes da pasta DSI/MJ, pois, em Pernambuco os funcionários do Consulado Francês foram também alvo de investigações. Um desses processos que encontramos sobre a atuação do Serviço Secreto em Pernambuco diz respeito à investigação feita pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)[121], denunciando a atuação de representantes diplomáticos em Recife (PE) e especificamente do cônsul francês Marcel Morin, que teria convidado para realizar curso de capacitação política na França o estudante Manoel da Silva Teodósio Neto, filho dos acusados de subversão Bianor da Silva Teodósio e Naíde Regueira Teodósio.

O cônsul francês Marcel Morin não era qualquer funcionário do corpo diplomático do General De Gaulle, o cônsul havia lutado na resistência francesa contra os nazistas na II Guerra Mundial, foi prisioneiro no campo de concentração em Dachau,

121 BR AN.RIO TT.0.MCP.PRO.66.

perdendo uma das pernas nesta guerra. Marcel Morin chegou ao Recife como cônsul em 1955, viveu e experimentou os momentos mais intensos do país. Em sua estadia em Pernambuco o cônsul passou a ter ligação política e pessoal com Miguel Arraes e sua família, como descreve o livro de Luiz Arraes, *Todo diálogo é possível – conversas com meu pai, Miguel Arraes*[122]. Tornando-se dessa maneira de imediato *persona non grata* para a ditadura militar.

Marcel Morin foi investigado pelo CENIMAR principalmente por causa de sua ligação com Arraes, permanecendo no cargo de cônsul até o ano de 1966 no Recife.

Quando Miguel Arraes foi exilado para a Argélia, foi-lhe dado um passaporte argelino que lhe possibilitava visitar a França sem grandes problemas no início, porém a conjuntura mudou, e o regime militar conseguiu convencer o governo Francês a barrar a entrada de Arraes temporariamente no país. Este fato levou ao cônsul Marcel Morin a articular-se com alguns senadores franceses, tendo então conseguido intermediar com o governo Francês pela entrada de Arraes no país, sem agravo para a diplomacia francesa.

As ramificações desse processo de perseguição política pelo regime são direcionadas pelo serviço secreto para além da relação com Miguel Arraes, o objetivo era atingir uma rede de pessoas e militantes que participavam do governo do estado de Pernambuco, e uma delas era a médica e militante Naíde Regueiro.

Além das implicações internacionais em espionar um representante de outro país, o cônsul Francês Marcel Morin, o que observamos neste processo é que o alvo da investigação ao que nos parece seria a médica, professora e filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Naíde Regueira Teodósio.

Naíde Teodósio atuou na administração de Miguel Arraes no Departamento de Serviço Social Contra o Mocambo trabalhando na assistência e educação nas comunidades pertencentes aos Centros Educativos Operários. Foi presa após o golpe de 64, encarcerada por sete meses, respondeu por três processos na justiça civil e na Auditoria militar, todos por causa de sua atuação e ligação ao governo Arraes. No momento do golpe já havia se desligado da função desde fevereiro de 64, mesmo assim, seu histórico na atuação na assistência e educação nas comunidades foram consideradas

122 ARRAES, Luiz. *Todo diálogo é possível – conversas com meu pai, Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2009.

provas contundentes de atitude subversivas para o regime.

Em depoimento ao Cehibra da Fundação Joaquim Nabuco, Naíde Teodósio relata como foram os primeiros momentos do golpe de 64 em Pernambuco:

> Na primeira etapa houve uma atuação persecutória que me parece indiscriminada, refletindo a meu ver uma falta absoluta de consciência política, mesmo os que fizeram as diretrizes desse grupo (golpistas). Acho que houve perseguições indiscriminadas, inteiramente desprovidas de incentivo patriótico para o desenvolvimento do país, haja vista o número de cérebros que tiveram que emigrar do Brasil para outros templos[123].

A militante também coloca que muitos de seus colegas de trabalho, pesquisadores, foram vítimas de perseguições injustificáveis, e muitas vezes por motivos pessoais, trazendo um grande prejuízo para o desenvolvimento científico do país, pois muitos tiveram que abandonar suas atividade no Brasil e buscar refúgio no estrangeiro.

No final a militante relata a atuação nos anos posteriores ao golpe:

> Bem depois do que me foi dado acerca do assunto, havia uma evidente posições de classes no sentido de massacrar demasiadamente aquelas pessoas de classe social mais baixa, que foram implicadas por terem participado do Governo anterior. (...) Entretanto, esta outra fase teve aspectos do ponto de vista do nível das perseguições e torturas, aspectos mais dramáticos porque essa forma de arrancar depoimentos assumiu um caráter muito mais técnico, e dirigido no sentido do que desejavam obter informações e que efetivamente prejudicaria tremendamente a rigidez psíquica e mental dos indivíduos que foram tragados nesse sistema de repressão[124].

A pesquisadora e militante neste relato faz uma das melhores observações sobre o sistema de repressão, a busca por informações do regime passou a ser uma diretriz política, esta rede sistemática que envolvia diversas estruturas, se apoderara do país.

Podemos então fazer algumas indagações sobre este processo. Será que o fato de um convite oferecido ao filho de Naíde seria interpretado como um ato de desagravo ao regime, mas por quê? Desagravo de quem? Dela, de seu filho ou do cônsul Marcel Morin? A França não era um país do bloco comunista e nem muito menos governado por

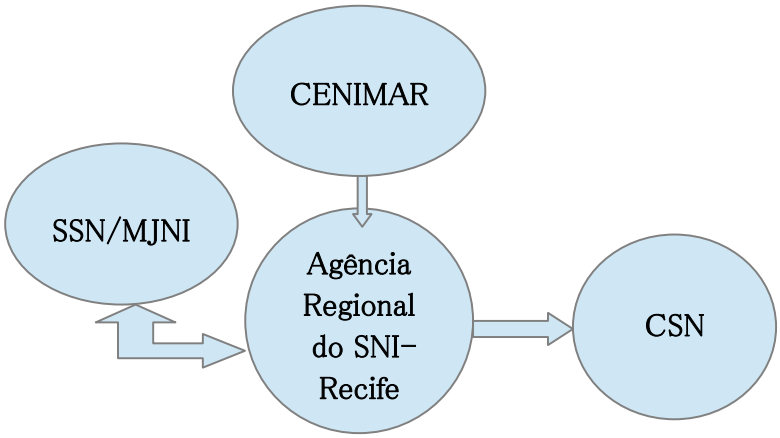
123 Depoimento de Naíde Regueiro Teodósio ao Cehibra, Fundação Joaquim Nabuco, 1983.
124 Idem.

um partido ou presidente de esquerda, então por quais motivos seriam restringidos a possibilidade de alguém estudar naquele país?

E, além disto, após a prisão de Naíde e Bianor, sua casa foi invadida, depredada e saqueada, seus filhos ficaram por conta da solidariedade de amigos. Não era por acaso que pretendia salvar a vida de seus filhos enviando-os para estudar no exterior, diante da situação de terror que os militares, por meios de ameaças, cotidianamente praticavam.

Parte das respostas que nos indagamos anteriormente talvez já tenhamos desenvolvido. O fato de serem acusados de subversão, Naíde e Bianor, e por terem ligação política e relação com Marcel Morin e Miguel Arraes já apontava em si para uma ação de desconfiança e desaprovação pelo regime. O passado condenava a todos que participavam como aliados ou funcionários daquele governo destituído, e o serviço secreto permaneceria alerta na movimentação seja de estrangeiros ou cidadãos brasileiros.

Neste um gráfico que elaboramos com base no processo do CENIMAR podemos perceber parte da construção da rede, ou seja, as informações do CENIMAR iam para a Agência Regional, e daí para o CSN e para o SSN/MJ a fim de transformar em processo, bem como o mesmo encaminhava informações para a Agência para circular as informações. Evidencia-se a capacidade do CENIMAR em obter e fornecer informações no caso de Pernambuco.



4. Estruturação da rede de espionagem em Pernambuco

A atuação do SNI em nível nacional foi realizada nas várias esferas do poder, podendo-se dizer que foi se constituindo simultaneamente, por fora do Estado, clandestinamente pelo complexo IPES/IBAD, até se instaurar por completo dentro do Estado brasileiro com base na formação realizada pela ESG (Escola Superior de Guerra) e nas estruturas de espionagem construídas pelo SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações), sem esquecermos, contudo, da gênese militar que estruturou o *Serviço,* alinhados à Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A partir dos estudos de Dreyfuss e de outros autores, apontamos que *"O SNI foi uma inovação fundamental introduzida pela administração pós-64*[125]*"* e, que, *"O SNI se propôs a tornar-se um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira*[126]*"*.

Como foi realizada a estruturação e a atuação do SNI na ditadura não é uma tarefa fácil, por dois principais motivos: poucos trabalhos publicados sobre o assunto, e principalmente, a falta de fontes. Uma das perguntas que fazemos sobre o assunto está em interrogar como um serviço secreto sem antecedentes em nossa história com dispositivos de poder de alcance nacional foi rapidamente ramificado nas estruturas do Estado brasileiro e na sociedade.

Após a sua criação pelo projeto lei nº 1.968, e baseado no decreto lei 4341 de 13 de junho de 1964, o SNI poderia a exercer o poder "infinito" e criar agências regionais onde fosse preciso. As primeiras agências foram instaladas em São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco, sendo a agência central (AC) no Rio de Janeiro.

É importante frisarmos que no processo de construção do SNI a articulação entre o poder central e as estruturas federais e regionais (e empresas privadas), colocavam em funcionamento uma rede de poder que, para além das trocas de informações entre si, agilizavam uma cadeia aonde se processava o quadro geral das perseguições e da vigilância aos setores contestadores do regime. Apenas podemos subentender a atuação

125 DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação Política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 1981, p. 421.
126 Idem, p. 422.

do SNI na compreensão de que a rede de espionagem estava inserida nas relações que as instituições passavam a operar no comando hierárquico reproduzido pela natureza de caráter militar do regime.

Ao analisarmos como esta atuação foi direcionada no Estado de Pernambuco entre os anos 1964-1967, durante o Governo Castelo Branco, procuramos ter acesso ao que neste momento é possível para os objetivos desta pesquisa. Ao fazermos essa procura sistemática a fim de esclarecer parte da atuação do regime militar em Pernambuco encontramos no acervo da Divisão de Segurança de Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) documentos que nos ajudam na análise que redigimos neste trabalho.

As estruturas das DSI'S foram criadas em 1967 após 3 anos da criação do SNI em 1964, nos últimos meses do governo Castelo Branco a fim de reestruturar a agência com novos meios de inserção política nas estruturas do Estado;

> Em julho de 1967 foi aprovado um novo regulamento para o SNI, que teve sua estrutura ampliada. O decreto transformou as antigas Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis – órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional – em Divisão de Segurança e Informações (DSI'S). As ASI's, Assessorias de Segurança e Informações, instaladas em diversas instituições públicas, e as DSI's, nos ministérios civis, ficaram como órgãos complementares que compunham o Serviço Nacional de Informações[127].

Podemos nos perguntar como então os documentos produzidos pelo SNI e suas filiais, no período de 1964-67, foram parar no DSI/MJ, observando que estes documentos foram levantados na fase inicial de estruturação do SNI. O historiador Carlos Fico explica esta aparente dispersão dos documentos da comunidade de informações de forma bem simples;

> Além da multiplicidade de assuntos abordados pela documentação, outra característica do acervo influenciou o perfil deste livro (Como eles agiam[128]): havia grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e de informações: as DSI dos diversos ministérios, o CIE (Centro de Informações do Exército), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o SNI (Serviço Nacional de Informações), a CGI (Comissão Geral de Investigações), as segundas seções das unidades militares, as delegacias de ordem política e social (DOPS) vinculadas às secretarias estaduais de segurança etc.

127 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001, p. 54.

128 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Com o recrudescimento do regime após 1968, seguido pelo Ato Institucional número 5 antecedido pela posse do general Costa e Silva em 1967, e o começo das ações de luta armada, com as guerrilhas no campo e na cidade, a operacionalidade e a máquina de guerra do regime sofrem alterações, alterando e diversificando de imediato as atribuições da comunidade de informações e do SNI. Desta forma, há muitos mais documentos que foram reproduzidos após este período, com a reestruturação do SNI.

Então, este material que coletamos, possibilita uma visão crítica sobre a sistematização da repressão em Pernambuco no período Castelo Branco, abordando uma amostragem das ações da comunidade de informações na perseguição aos sujeitos políticos, no período ditatorial.

A pasta DSI/MJ possui uma divisão de seu acervo em 5 partes; 1) Irregularidades político administrativas, 2) Justiça, 3) Movimentos Contestatórios, 4) Pessoal, e 5) Questões fundiárias. Observamos em uma pequena amostragem, que estas pastas continham uma investigação frequente em todos os níveis da comunidade de informações, em repassando informações para essa DSI.

Como a quantidade de material existente nesta pasta é algo para uma pesquisa de grandes proporções, escolhemos a pasta sobre os Movimentos Contestatórios. Não desmerecendo a quantidade e qualidade de informações importantes que há em outras pastas, havendo sim uma interligação com o tema trabalhado. Na pasta sobre Questões Fundiárias, por exemplo, há centenas de processos que ajudam a entender os conflitos do campo e a relação com as empresas fundiárias naquele período.

Feito o recorte para a produção desta pesquisa, há duas subdivisões na pasta sobre os Movimentos Contestatórios, os documentos Avulsos e os Processos. São milhares de documentos produzidos no período de 1964-1985, que atestam o alto nível de investigação que se chegou nestes órgãos.

Estas informações nos primeiros anos da ditadura eram enviadas para o SNI com o objetivo de acompanhar os passos dos inimigos do regime, que se apresentavam como perigosos para a manutenção da nova ordem. Com o passar dos anos, estas informações eram compartilhadas de acordo com a necessidade das investigações que iriam se processando.

Nestes processos, conseguimos acessar uma quantidade de 20 (vinte) casos

diversos, envolvendo a perseguição e investigação contra lideranças populares, partidárias, estudantes, operários, religiosos, e estrangeiros, acusados de inimigos do regime. Desta forma, é possível encontrar uma relação de registros com alguns fatos já conhecidos, porém, mais especificamente permitindo entender o modo de funcionalidade, o caráter e as ações que o regime foi moldando para o uso da comunidade de informações em seus primeiros anos, condicionando os perseguidos políticos a uma cadeia de interesses do poder, levando a investigações que resultavam, na maioria das vezes, em prisão, tortura, fuga do país, e ou a morte.

Fizemos, no entanto a explanação de alguns destes casos, que prioritariamente, como se coloca nos documentos, foram resultados diretos de investigação e perseguição, não somente do SNI, mas também do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), criando a interligação destes órgãos na circulação de informação até a "cabeça do sistema", o Conselho de Segurança Nacional e o Presidente.

Assim como outras capitais do Brasil, Recife foi uma das primeiras onde foi instalada uma Agência do SNI, porém sabemos que, por ser o Estado de Pernambuco um dos quais as mobilizações populares apresentavam maior grau de radicalismo, os desafios também eram enormes para cumprir as funções para que fosse criada. Desta forma, a agência agiu conjuntamente com as Forças Armadas e a Polícia Estadual, mas, sobretudo, com o CENIMAR, agência que tinha mais experiência de investigação aos comunistas e outros agentes.

Constatamos que dentre as tarefas que o SNI deveria fazer, eram prioritárias o desmantelamento das Ligas Camponesas, do PCB e dos sindicatos a ele vinculado, assim como o acompanhamento das atividades de alguns padres e sacerdotes da Igreja Católica, e, a perseguição aos antigos apoiadores do governador Miguel Arraes. As estruturas da agência então deveriam coletar dados de suas perseguições e fazer relatórios que produzissem processos jurídicos (IPMs) que fossem repassados aos outros órgãos de repressão, e ao CSN.

Nos documentos aos quais tivemos acesso, analisamos alguns casos que nos dão uma sequência de como decorriam os processos internamente nos órgãos de segurança, correlacionado com outras estruturas que davam suporte à repressão.

O *modus operandi* que observamos nos documentos consegue esclarecer algumas operações de investigações de caráter Secreto ou Confidencial Urgente (como eram

classificados os documentos) que eram direcionados, na maioria dos casos que observamos, de maneiras distintas, porém centralizadas.

A Agência Central do SNI criava seus tentáculos nos setores estatais a partir de três Seções: a Seção de Informações Estratégicas, a Seção de Segurança Interna e a Seção de Operações Especiais. Com a criação das Seções de Segurança Interna foi possível adentrar e controlar as atividades dos ministérios, possibilitando compreender em parte algumas dessas operações.

Observamos que as ações de investigações que eram realizadas em conjunto com os órgãos de repressão eram encaminhadas às Seções de Segurança Interna que, em parceria com a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, chegava ao SNI. Em outros documentos, identificamos investigações feitas pelo CENIMAR, encaminhadas para a Seção de Segurança do Ministério da Educação e reencaminhadas para o SNI, ou então, investigações perpetradas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco encaminhadas para o IV Exército, depois para a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, ou para outras Seções de Ministérios da Previdência ou dos Transportes, por exemplo.

Sabemos que o período de 1964-1967 foi a fase experimental deste sistema. A dinâmica desta cadeia tinha como principal objetivo fazer acelerar as informações primordiais para assessorar o SNI, qualificando a repressão e sua ordem de comando.

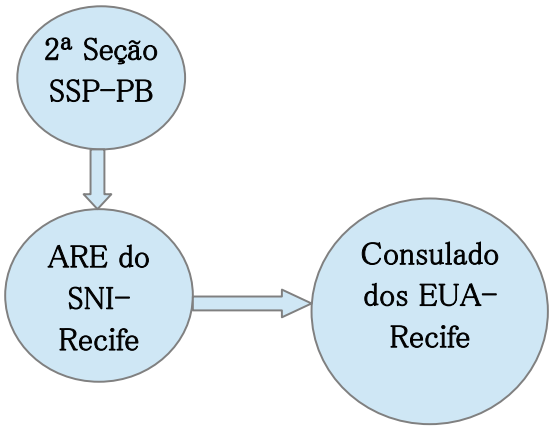
A Agência Regional (ARE) do SNI em Recife-PE ficava, segundo relatos, no prédio dos Correios na Avenida Guararapes. Nesta localidade central da cidade era possível (e mais prático) violar correspondências e realizar escutas clandestinas, grampos, na rede de telefonia envolvendo os suspeitos. Não era apenas uma mera estrutura física ou um mero departamento, era o epicentro do sistema que acabara de se estabelecer, com fome de informações sobre todas as movimentações que circulavam dentro e fora das estruturas do Estado, em seus âmbitos federal e estadual.

A Polícia, autarquias federais, ministérios, governos estaduais e municipais, exército, marinha, aeronáutica, universidade, promotoria, fórum, delegacia, repartições públicas do executivo, legislativo e judiciário; enfim, agora havia um epicentro criado para receber todas as movimentações concretas, suspeitas ou imagináveis dos opositores do regime. Era preciso fichar, processar e investigar tudo o quanto possível, criar a rede de informações, alimentar a fome do *monstro*, do Ministério do Silêncio, do SNI.

Recentemente, em maio de 2013, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba teve acesso a documentos do DOPS daquele estado, onde o serviço de informações da Secretaria de Segurança Pública fazia parte da rede de informações que tinha como principal ligação a Agência Regional do Recife do SNI. Além da ARE do SNI, o serviço secreto do estado mantinha ligações com mais de 44 instituições e órgãos públicos, e seus respectivos setores de informações, como as Divisões de Seção de Informações (DSI) e as Assessorias de Seção de Informações (ASI).

Neste documento é exposto o repasse de informações para o Consulado Americano no Recife com dados de cidadãos paraibanos. Ou seja, a ARE do SNI servia de entreposto para manter uma rede de informações com outro país aliado à ditadura militar. Talvez possamos supor que a cabeça do sistema de informações, o SNI, trabalhava conjuntamente com outra agência de inteligência estrangeira, reforçando a tese de que havia outro centro de captação de informações internacionalizada pela Agência Central de Informações (CIA) dos EUA.

Elaboramos um gráfico para melhor visualizarmos o esquema da rede de informações entre a 2ª seção de inteligência da SSP-PB e a ARE do SNI, descrito acima:



O SNI foi formado por militares e mantinha sua estrutura hierárquica como tal, então seriam os quadros das forças armadas que deveriam formar seu corpo funcional e seus agentes, porém o modo de operacionalidade e controle iria para além da formação do quartel.

De acordo com o histórico de alguns militares que atuaram em Pernambuco, podemos apontar alguns indícios com base em fontes e relatos, de que até a formação e

estruturação do SNI nos primeiros anos da ditadura, estes militares ajudaram de alguma forma na estruturação da comunidade de informações no Estado.

O primeiro chefe do extinto Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) foi o tenente-coronel Humberto de Souza Melo, oficial que atuou como Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar de Pernambuco assim como interventor federal após o golpe. Humberto de Souza fez parte do grupo seleto que criou as bases para a formação do SNI, frequentando cursos nos EUA, na CIA, e no serviço secreto inglês. Já como General, após seu período como interventor em Pernambuco, foi indicado por Castelo Branco para assumir a Comissão Geral de Inquéritos Policial-Militar, responsável pelos processos de punições e expurgos.

Com base no *Projeto Brasil: Nunca Mais*[129], encontramos alguns nomes de oficiais que atuaram em Pernambuco e que foram responsáveis por torturas, em seus históricos conseguimos observar a formação nos cursos de inteligência nos EUA.

O Coronel do Exército Hélio Lima Ibiapina, o conhecido e temido torturador da 7ª região militar em Recife, cursou a Escola das Américas, escola gerenciada pelo exército americano direcionada para a formação de militares latino-americanos para desempenharem a luta contra o comunismo em seus países. Segundo nos consta, Helio Ibiapina teve uma formação inicial como agente secreto, ainda como Tenente Coronel, em 1966, diplomando-se como "Millatry Intelligence Phase1" (Inteligência Militar fase 1).

Sobre o Major do Exército Bismark Baracuhy Amancio, há registros de sua atuação no Espirito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Há uma denúncia em Pernambuco no ano de 1965 que o coloca como participante de membro de escolta. Também foi aluno da Escola das Américas, em 1967, diplomando-se em "Military Intelligence – Phase II"(Inteligência Militar fase 2).

Os cursos não eram restritos apenas a militares, mas a membros das polícias militares também. É o caso do soldado da Polícia Militar de Pernambuco, José Gomes da Silva, que atuava como colaborador e informante. Foi aluno da Escola das Américas, em 1969, como 2° Sargento, diplomando-se em "Military Police"(Polícia Militar).

Estes são apenas alguns nomes que conseguimos elencar. A formação na área de

129 Brasil: Nunca mais – um relato para a história. Petrópolis: Editora Vozes, 9ª edição, 1985.

inteligência era vital para a consolidação do SNI, era preciso enfim profissionalizar a força militar para aperfeiçoar o *Serviço*. Percebemos, enfim, que muitos destes militares foram vitais para o sistema.

Segue-se então a sistematização dos processos de investigação que achamos viáveis de serem trabalhados, considerando estes como parte de um panorama sobre a forma de repressão, sistematizada e institucionalizada no aparelho de controle e vigilância instaurada com o objetivo de desmantelar setores da sociedade civil brasileira.

5. Ação integrada contra o sindicalismo combativo

O PCB (Partido Comunista Brasileiro) em Pernambuco chegou a ser um dos mais atuantes do país. Mesmo na ilegalidade, possuía uma significativa inserção em vários setores da sociedade, como sindicatos urbanos e rurais, estudantes, e setores do Governo Miguel Arraes. Ao iniciar a repressão mais rigorosa em 1964, o PCB entra numa crise por várias razões políticas. Muito já foi trabalhado sobre as leituras conjunturais que o PCB fazia sobre as razões do golpe de 64 e as ações que a organização teria que realizar a partir daquele momento. Deste fato nos preocupamos neste momento em relatar algumas leituras breves sobre estas implicações.

As resoluções do Comitê Central do PCB adotadas logo após o golpe indicam a leitura tida como equivocada feita pelos setores mais radicalizados da esquerda, do governo João Goulart e mesmo de dentro da organização. A conclusão tirada é que o partido foi direcionado a partir da tutela política com base na aliança tática com a burguesia nacional e o governo Goulart, assim chamada de "reboquismo". No documento do PCB então se relata:

> A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas mais sérias debilidades. Fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossa atividade nas novas condições criadas no País. Revelou-se falsa a confiança depositada no "dispositivo militar" de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e às massas, de uma vitória fácil e imediata. Nossas

> ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes. Cabe-nos analisar o processo que nos levou à semelhante situação[130].

E em outro ponto deste documento, abre-se a perspectiva que por meio das eleições, poderia se travar uma luta política para derrotar a ditadura:

> Nas circunstâncias atuais, a luta por eleições livres e nossa participação ativa em todas as campanhas eleitorais se revestem de enorme importância para fazer avançar a luta pelas liberdades democráticas e pela conquista de um novo governo. Com essa compreensão é que devemos participar de eleições estaduais deste ano, das eleições estaduais e federais de 1966, além das que se realizem nos municípios[131].

Após estas resoluções aconteceu uma das maiores divisões da esquerda brasileira: autores e militantes como Jacob Gorender, Caio Prado Júnior e Carlos Mariguela, intelectuais e dirigentes centrais do PCB, teorizaram suas diferenças com o Comitê Central, muitos se desligaram do partido, e partiram para construir outras organizações. Junto com Gorender, Mario Alves e Apolônio de Carvalho, fundaram o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), e Marighella com outros militantes, fundaram a ALN (Aliança Libertadora Nacional). Ambas as organizações partiram para a luta armada, discordantes da linha do PCB.

Os setores populares e as esquerdas depois do golpe de 64 e das resoluções do PCB, nunca mais seriam os mesmos, como coloca Marcelo Ridenti;

> Com o golpe, as esquerdas ficaram socialmente isoladas, disseminou-se uma crise sem precedentes de representação dos partidos tradicionais de esquerda, defensores da revolução dentro da ordem institucional. Era o caso especialmente do PCB – que era ilegal, porém atuava com relativa desenvoltura até 1964 -, também da esquerda católica, de outros grupos menores e ainda da corrente de esquerda nacionalista que integrava o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)[132].

Observamos que, logo após o golpe de 64, o aparato de repressão no estado não estava em seu ápice de organização, o SNI também não possuía estrutura, recursos e nem agentes suficientes para desenvolver a repressão, como aconteceria anos depois. Desta maneira, a velha estrutura pré-64 tomava os asfaltos e enrijecia o Estado, principalmente

130 CARONE, Edgar. *O PCB: 1964 a 1982*. São Paulo: Difel, 1982, p.24.
131 Idem.
132 RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel(org) Aarão. Revolução e democracia(1964-...). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p.27.

a partir das ações conjuntas entre a polícia estadual, o judiciário, as Forças Armadas, os setores das Seções de Segurança Nacional e suas Seções de Informações (SIs) dos Ministérios, forjando assim o aparato repressivo nos primeiros anos da ditadura.

A grande diferença é que nesta nova conjuntura a circulação de informações e a operacionalidade eram introduzidas numa outra lógica, a de um centro de comando político-militar, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), e a de um centro estratégico de absorção das informações prioritárias, que assessorava diretamente o General Presidente da República, o SNI.

Em ambos os casos de perseguição aos sindicalistas em Recife, o processo policial gerado nas delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado era apenas o começo de um longo processo que se articulava com a Seção de Informações (SI) do Ministério de Justiça e Negócios de Interiores, que repassava para outras Seções, como a SI do Ministério do Trabalho, e por fim, era enviada ao SNI.

A Polícia Militar se empenhava em várias frentes para ajudar o Exército e o SNI na missão de desmantelar o PCB. E umas dessas frentes era a repressão da organização sindical com influência dos comunistas. A região metropolitana do Recife com os municípios Jaboatão dos Guararapes e Paulista, possuía uma certa quantidade de fábricas e indústrias que possibilitavam a criação de sindicatos voltados para as lutas operárias e reivindicações da melhoria dos trabalhadores urbanos. Em Recife os setores dos servidores públicos, portuários, comerciários, gráficos, bancários e ferroviários eram os mais atuantes na luta econômica pela melhoria de salários.

Uma das principais organizações sindicais em que os comunistas se aglutinavam a fim de dar unidade aos vários setores de trabalhadores era o Conselho Sindical de Trabalhadores (CONSINTRA). O CONSINTRA participava além das greves e das lutas econômicas em geral, também das lutas políticas no país e no estado. Fato ocorrido foi sua posição pela defesa da legalidade e posse de João Goulart, em agosto 1961, quando o CONSINTRA decreta uma greve geral em apoio a Goulart e muitos dos seus líderes são presos.

No golpe de 64 em Pernambuco a Polícia Militar junto ao Exército fecharam várias sedes sindicais vinculadas ao CONSINTRA, e estes por sua vez não conseguiram resistir. A resistência popular desaguou frente a espera de armas que não chegaram e de

um comando que não houve[133]. Mesmo sem êxito na tentativa de uma greve geral puxada conjuntamente com a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), algumas greves setoriais foram lançadas, como a do Porto do Recife e da Rede Ferroviária.

Entre os processos encontrados o que nos chama mais atenção foram as investigações sobre o movimento sindical, e respectivamente, aos militantes do PCB que estavam inseridos nas atividades políticas dos sindicatos.

O que acreditamos ser *a primeira fase*, ou a fase de estruturação do SNI no Estado de Pernambuco entre os anos de 1964-67, compreendendo a fase de absorção das informações que havia nos setores já estruturados da repressão, a Polícia Militar e a Justiça, que exerceram um importante papel tanto no aprisionamento quanto no fichamento dos perseguidos políticos. Os delegados, promotores, juízes, despachavam seus processos direcionados para uma Seção de Informação (SI) e deste para o SNI.

Um destes processos diz respeito à denúncia sobre a atuação de Cícero Targino Dantas, Cícero Gomes da Silva e João Messias da Silva, militantes do Partido Comunista, nos movimentos grevistas do Recife (PE), com o apoio do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA) – 08/11/1965[134].

Este documento é elaborado com base nas investigações policiais e foi redigido pela Procuradoria Geral do Estado na 3º Promotoria Pública da Capital endereçado primeiramente ao Juiz da 3º Vara Criminal da Capital. O conteúdo deste processo resumidamente evidencia que os crimes que estes militantes mencionados praticaram era o crime de subversão com base na Lei de Segurança Nacional. Os militantes são indiciados tanto pelo histórico, quanto pelas atividades no Porto do Recife na organização de greves e no recebimento de dinheiro pelo CONSINTRA.

O que nos impressiona neste processo é o sentido abertamente ideológico anticomunista do Procurador do Estado, os argumentos utilizados é uma amostra da mentalidade conservadora que identificava os militantes comunistas como *"prosélitos do credo moscovita"* acrescentando *"daí, o inusitado interesse do marxismo em difundir a sua ideologia através das eficientes drogas manipuladas, com incomparável perícia,*

133 JACCOUD, 1990, p.14.
134 BR.AN,RIO.TT.0.MCP.15.

pelos exímios esculápios comunistas nos laboratórios bolchevistas[135]*”*.

Desta forma o Procurador do Estado, Ananias Tavares de Souza Campos, descreve as causas em que se baseia como atos criminosos:

> A doutrinação, a propaganda, o proselitismo, a difusão, a catequese, o convencimento, em suma, a vontade indisfarçável de pretender, através da propagação pública de ideologia marxista, substituir o regime democrático pelo regime comunista. Hão[sic] se venha, pois, argumentar que essa espécie de divulgação da idéia não constitui delito[136].

O crime então segundo o Procurador poderia ser comparado ao *“crime de aliciamento de menores”*. O processo destes três sindicalistas que foram presos e levados ao IV Exército em 64 seria concluído pelo Procurador em setembro de 65.

Há questões abertas neste processo que podemos indagar, como por exemplo, em que se baseava concretamente essa postura do judiciário, neste caso do Procurador, em elencar o sentido político com base nas razões ideológicas das ações dos operários. Isto por si só não se justificaria como crime, não podemos reconhecer isso como tal, pelo fato que não estar previsto na Constituição vigente em 1965. Constatamos assim a validade histórica em apresentar o caráter de regime de exceção praticado pelos agentes públicos do judiciário.

Outras impressionantes justificativas com base na postura política da qual se baseia o Promotor, reside na suposta conspiração mundial arquitetada pelos comunistas resultando assim na visão dualista do mundo. Para o Promotor, as campanhas realizada pelos comunistas como *A nacionalização do Petróleo, Reformas de base, Nacionalização dos transportes, Neutralização da política externa, Encampação das empresas estrangeiras,* são formas do comunismo internacional de realizar sua influência no Brasil. Argumenta que o mundo estava dividido em duas partes distintas e irreconciliáveis, o mundo cristão e o não cristão, atribuindo como falsas as palavras atribuída a Lênin sobre a conciliação entre o cristianismo e o comunismo. Um ataque sutil do Promotor a visão refletida do Concílio Vaticano II.

O histórico dos militantes é tido como primordial neste processo, baseando-se nas

135 Idem.
136 Idem.

datas de ingresso no PCB, nas ações que realizaram junto aos sindicatos, nas prisões anteriores, e nas viagens ao exterior, em especial a Cuba.

Cícero Targino foi dirigente do combativo Sindicato dos Portuários, que também junto a outros sindicatos faziam parte do CONSINTRA. O Sindicato dos Portuários de Pernambuco tinha uma base de 1.300 portuários; 1.600 servidores autárquicos; 1000 estivadores; 200 conferentes e 600 marítimos (foguistas, marinheiros, taifeiros e moços de bordo).

Na direção do sindicato, Cícero Targino junto com outros tiveram uma participação decisiva contra a tentativa de golpe militar após a renúncia de Jânio Quadros em 1961.

Os golpistas, liderados pelos chefes das Forças Armadas e alguns governadores de Estados, como Carlos Lacerda do Rio de Janeiro, haviam tido o apoio em Pernambuco do governador Cid Sampaio, todos eram contra a posse de João Goulart para a Presidência da República.

O Governador Cid Sampaio colocou a polícia na rua, para reprimir e realizar centenas de prisões contra aqueles que saíssem em defesa da legalidade. A polícia militar invadiu o Sindicato dos Bancários, prendeu os dirigentes José Raimundo da Silva e Gilberto Azevedo e outros que estavam presentes. A polícia também encarcerou sindicalistas como David Capistrano do PCB sendo levado depois ao IV Exército, assim como outros ligados ao CONSINTRA e ao Sindicato dos Comerciários. Houve cerco a Faculdade de Direito foi fechada a sede da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP).

Houve resistências por toda parte no Recife, os estudantes saíram às ruas para panfletar, fazer pichações e realizar comícios relâmpagos a favor da legalidade. O CONSINTRA junto com a UEP organizaram comícios na avenida Dantas Barreto, e convocaram greve geral a favor da Constituição e das liberdades democráticas.

Os portuários realizaram uma grande greve de tempo indeterminado, assustando as forças conservadoras do Estado e parando a circulação de mercadorias. Sob a liderança de Cícero Targino, os portuários e estivadores informaram ao comando do IV Exército a reivindicação de liberdade aos presos políticos, a única condição para que voltassem ao trabalho. A reivindicação foi atendida e muitos líderes sindicais foram recebidos nos

sindicatos pelos trabalhadores.

Segundo o que consta no processo do procurador, Cícero Targino era o 3ª secretario do comitê distrital do Porto, sendo responsável pela organização de base da estiva, das docas, dos arrumadores, dos marítimos e do moinho Recife. Viajou a Cuba em 1961 e fazia parte da fração parlamentar do PCB.

Na complexa conjuntura política dos anos 60 em Pernambuco, o PCB rompe com o Governador Cid Sampaio, e lança apoio a candidatura de Miguel Arraes para o Governo do Estado. Esta conjuntura permitiu uma ampla aliança intitulada Frente do Recife, possibilitando às representações dos trabalhadores de influenciar nas decisões da política estadual.

Cícero Targino foi candidato a deputado estadual pelo PST (Partido Social Trabalhista) - informações que o Procurador omite – apoiado pelo PCB, tanto ele quanto Gilberto Azevedo, dirigente do Sindicato dos Bancários. O candidato próprio do PCB era David Capistrano. Após o golpe de 64, cerca de 25 deputados tiveram seus mandatos cassados por ordem do Coronel Helio Ibiapina. O nome de Cícero Targino aparece em terceiro dos perseguidos e processados pelo regime, atrás de Miguel Arraes e Francisco Julião.

Já Cícero Gomes foi preso por se membro do PCB, sendo reincidente de outra prisão em 1956 por agitações na fábrica da Macaxeira. João Messias era portuário e fazia parte da organização de base.

Sobre o Procurador, as informações que temos são de que Ananias Tavares lançou então um livro de memórias, *Micro Memórias de um Octagenário Procurador de Justiça*[137] onde relata seus feitos heróicos como funcionário da justiça.

A aparência de um processo legal com conteúdo abertamente ideológico nos faz observar como se iniciava o longo caminho que a rede de informações tinha para ir se ramificando. Este documento depois que direcionado ao juiz, foi encaminhado ao chefe da Seção de Informações do Ministério da Justiça e Negócio Interiores (SI - MJNI), Odila Passos. O documento de conteúdo secreto, prontamente foi enviado ao Chefe da Agência

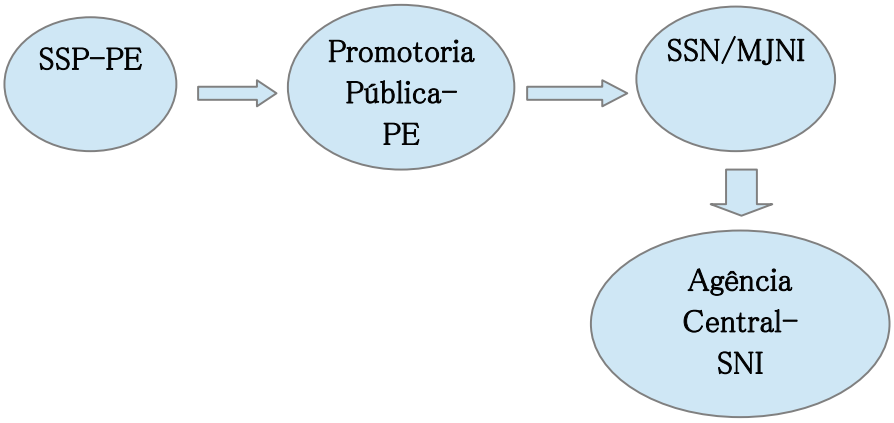
137 CAMPOS, Ananias Tavares de Souza. *Micro Memórias de um Octagenário Procurador de Justiça.* Olinda: 2001.

Central do Rio de Janeiro do SNI, Coronel Golbery de Couto e Silva.

Encontramos as referências de Cícero Targino até no Arquivo Público do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de Minas Gerais, pedidos feitos pelo comando da 7ª Região Militar daquele Estado.

Em junho de 2012, o mandato de deputado estadual de Cícero Targino e de outros 25 deputados cassados foram restituídos ao cargo da legislatura simbolicamente, após 40 anos de espera.

Podemos interpretar a construção da rede de tal forma:



Outra investigação similar é feita sobre a participação dos bancários José Raimundo da Silva, Gilberto Azevedo, Aécio Flávio Correia, Ladário de Souza Filho, Rinaldo Claudino de Barros, Amaro Quintino Ferreira, Dirceu de Siqueira Cabral, Domicio Martiniano do Carmo, Antônio Tenório Marques e Joel Regueira Teodósio, na rearticulação do Comitê Bancário do Partido Comunista Brasileiro – Seção de Pernambuco, em Recife – 08/11/1965[138].

Neste processo de 1965 produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (SSP-PE) observamos a troca de informações direta com o restante da comunidade de informações. Esta movimentação agora se daria entre a SSP-PE, a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (SSN-NIMJ) e a

138 BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.16.

Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social (SSN-MTPS). Estes dois últimos órgãos são consultados sobre as informações complementares que poderiam ter sobre os sindicalistas presos.

Os sindicalistas perseguidos eram considerados sob a liderança dos bancários José Raimundo da Silva e Gilberto Azevedo. O primeiro se encontrava foragido e o segundo preso, são acusados de tentar reorganizar as bases do sindicato aproveitando-se da *impunidade* vigente. Segundo palavras do delegado Álvaros Gonçalves da Costa Lima, o documento inicia-se justificando os métodos utilizados pela polícia:

> Com os depoimentos prestados pelos bancários que integram o grupo acima, depoimentos estes prestados de forma espontânea, natural, e detalhada, sem qualquer ameaça de torturas, métodos que não usamos, e quando invocados pelas defesas, já não impressionam, fácil é aquilatar-se o poder de penetração e persuasão dos comunistas[139].

A prática da tortura durante os anos iniciais da ditadura em Pernambuco foi o método violento e desumano utilizado não apenas para conseguir informações sobre os opositores do regime, mas, sobretudo como descreveu o ex-deputado Márcio Moreira Alves[140], era a "tortura pela tortura", um sentimento de sadismo, inescrupulosidade e covardia, esta prática era conduzida pela vontade de poder em humilhar o opositor física e psicologicamente.

O ditador Castelo Branco por pressão de alguns setores da imprensa, que ainda não haviam sido fechados, e da Camara de Deputados, que ainda não havia cassado tantos, criou uma Comissão de Investigação presidida pelo general Ernesto Geisel para ouvir os casos de "excessos" cometidos pelos agentes do Estado. Em Pernambuco, Geisel permaneceu por mais de 10 dias coletando os processos que porventura pudessem ter acontecido. Ouviu os opositores que estavam na prisão e apenas estes, e não os que já haviam sido torturados e soltos.

O ex-deputado Márcio Moreira entregou à Comissão de Investigação um relatório com mais de 30 casos de torturas apontando os torturados e torturadores, denunciando os vários agentes sob o comando do chefe da seção de inteligência do exército o coronel Antônio Bandeira, coronel Hélio Ibiapina, coronel Darcy Villocq, capitão Bismark,

---

139 Idem.

140 ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e Torturados.* Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1966.

general Antônio Carlos Murici, e principalmente o delegado auxiliar Álvaro Costa *"antigo torturador do Estado Novo e hoje responsável por servícias terríveis infligidas, sobretudo aos camponeses e trabalhadores*[141]*"*, como os responsáveis pelos atos de tortura.

Seu livro *Torturas e Torturados*[142], trata em um de seus capítulos *Nas prisões de Recife*, sobre as entrevistas e denúncias que realizou e a permanência do estado de terror que foi instalado em Pernambuco. Relata sobre os policiais presos no quartel do Derby, sobre os sindicalistas e trabalhadores rurais que foram torturados nas delegacias, no IV Exército, na base da Marinha e na Aeronáutica, sobre os que foram jogados no Manicômio Judiciário. Reafirma seu relato a partir do texto produzido pela Comissão Civil de Investigação e pela Denúncia Coletiva dos Presos da Detenção de Recife.

Parte destas denúncias Geisel apresenta em um resumo com 23 laudas sobre as investigações de tortura em Pernambuco. Castelo Branco prontamente arquiva o documento e carimba como documento secreto. As denúncias de tortura serviram para reverter os fatos contra os próprios torturados, como consta no artigo do general Lyra Tavares do IV Exército do Recife:

> Os teóricos da guerra revolucionária que pretendem explorar a credulidade pública atribuindo a elementos das forças armadas arbitrariedade e abusos de autoridade incompatíveis com a dignidade da função militar e do sentimento humano (Jornal da Manhã, 1967).

Esta foi a forma como o regime achou em mascarar a realidade dos presos políticos e da prática de tortura no país. Ao negar a sua existência transformava o denunciante como um inimigo aliado aos esquerdistas, tudo inserido na lógica da *"guerra psicológica"* aprendida nos manuais de formação militar.

O relato do delegado e torturador Álvaro Costa Lima está dentro desta perspectiva, preocupa-se em redigir nos processos contra os militantes a ausência da prática da tortura, formalizando assim a distorção institucional do regime contra os direitos humanos.

> O apagamento da memória coletiva das referências à tortura, bem como sua banalização, potencialmente

141 ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e Torturados.* Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1966, p. 65-106.
142 Idem.

> reforçam as chances de naturalizá-la e ignorar a intensidade de seu impacto. O esquecimento é, nesse sentido, em si, uma catástrofe coletiva[143].

Segundo o processo, Airton Alves recebia ordens sob orientação de José Raimundo para arregimentar jovens com a finalidade de reorganizar os comunistas no Sindicato dos Bancários. Com base em investigações onde perseguiam os militantes em praças e edifícios, se atesta que nestes lugares se realizavam reuniões com tais pretextos.

Algo similar observamos nos relatos do delegado em relação com o processo do procurador Ananias Tavares. O caráter ideológico de suas posições. A partir de premissas e conceitos abertamente anticomunistas, o delegado caracteriza as posições dos acusados, sobretudo pelas suas supostas aspirações conspirativas para derrubar o Movimento Revolucionário de 31 de março.

> Diz-se, enfaticamente: ser comunista não é crime. A Constituição o permite. Certo. Mas, será que existe comunista para méro deleito pessoal, para uso estritamento interno? O que toda gente sabe e vê, é o comunista procurar de toda forma por em funcionamento as diretrizes do Partido Comunista: ajudá-los com serviço ou dinheiro, ostensiva ou clandestinamente, principalmente clandestinamente; fazer propaganda de seus princípios; distribuir panfletos tipo Combater; incitar as classes sociais à luta pela violência; endeusar os países socialistas[144].

Segue-se após as considerações iniciais do delegado com suas opiniões políticas engajadas, os depoimentos de Rinaldo Claudino de Barros, Amaro Quintino Pereira, Dirceu de Siqueira Cabral, Ladário de Souza Filho, Domicio Martiniano do Carmo.

Podemos elencar tais pontos nos depoimentos dos 5(cinco) sindicalistas presos. Os relatos perpassam sobre vários acontecimentos, do tipo de envolvimento dos acusados com o PCB e quanto tempo atuaram em seus sindicatos. Alguns dos acusados tiveram participação no grupo literário Monteiro Lobato, enfatizado na interpretação do delegado como o meio que os comunistas iniciaram a propagandeação a partir dos encontros de leitura e da cultura literária. Eram funcionários do Banco do Brasil, e entre os anos de 1963-64 tiveram contato com o PCB, participando dos encontros no sindicato quando chamados.

---

143 SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Editora Boi Tempo, 2010. p. 149.

144 BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.16.

Mas os objetivos centrais dos depoimentos eram: coletar mais nomes de dirigentes ligados ao PCB; reconhecer os membros do PCB que participaram do encontro municipal do partido nas matas de Camaragibe; e principalmente, o envolvimento dos dirigentes Gilberto Azevedo e José Raimundo dentro do sindicato e no partido.

Gilberto Azevedo era um dos dirigentes de maior relevância e reconhecimento pela sua atuação na organização sindical de Pernambuco entre os fins dos anos 50 e começo dos anos 60. Iniciando sua atuação na categoria foi o dirigente fundamental nas lutas de unidade com outras categorias sindicais, participou da criação do CONSINTRA (Conselho Sindical dos Trabalhadores), esteve como assessor no governo Miguel Arraes, e foi eleito deputado estadual pelo PST (Partido Social Trabalhista).

Ao voltar de Cuba em 1961, já como integrante do PCB, Gilberto Azevedo atuou na campanha pela legalidade, a favor da posse de João Goulart como Presidente e contra a tentativa de golpe por parte dos militares e alguns governadores golpistas. Uma forte mobilização havia se iniciado nas ruas do Recife. Junto com outros tantos sindicalistas dirigentes e estudantes foram presos por propagandear o direito de sucessão previsto na Constituição. Gilberto Azevedo e outros companheiros de sindicato, como José Raimundo (bancário e do PCB), Aluísio Falcão (Presidente do Sindicato dos Jornalistas) foram presos pelo Exército e levados para o Quartel das Cinco Pontas, logo depois, foram enviados para a prisão em Fernando de Noronha.

Em entrevista ao Cehibra, Gilberto Azevedo[145] relata que no momento de sua prisão foi acompanhado por um oficial o qual ele reconhece como membro do Serviço Secreto do Exército. Podemos auferir algumas coisas sobre esta parte do depoimento de Azevedo. Ao dizer que conhecia o integrante do Serviço Secreto, naquela época então poderia ser membro do Serviço de Federal de Informações e Contra Informações (SFICI), ou da 2ª Seção do Exército – E2. Por mais de uma passagem Azevedo se refere a esse oficial.

Azevedo e outros dirigentes foram soltos no mesmo ano de 1961 no dia de 7 de setembro, sendo recebidos pelos sindicalistas portuários e por milhares de trabalhadores, onde haviam realizado uma greve geral para o retorno dos presos políticos e da legalidade constitucional. Como observa Azevedo, aqueles momentos de tensão e perseguição foram um ensaio do que iria acontecer em 1964, com uma intensidade e brutalidade bem maior

145 Entrevista realizada pelo Cehibra da Fundação Joaquim Nabuco, 1986.

por parte dos militares.

Ao ser preso pela segunda vez após o golpe de 64, de ter tido cassado o mandato como deputado estadual e ter permanecido por mais de um ano na cadeia sendo solto por um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal (STF), Azevedo faz um desabafo para o Coronel Ferdinando de Carvalho e o Major Amarante que o prenderam:

> Olha coronel, quero dizer o seguinte, estou com habeas corpus expedido pelo Supremo Tribunal Federal e fui preso outra vez. Quero lhe informar o seguinte: eu estava como deputado, quem fez o movimento subversivo não fomos nós, foi o Exército. Fui preso na Assembleia Legislativa, fui cercado. Não fugi. Fui para Fernando de Noronha, onde fiquei seis meses sem ter visitas. O IV Exercito mandou um ofício para essa delegacia exigindo que fosse cassado o meu mandato e ele foi cassado por cinquenta e quatro votos a um, foi o Almany Sampaio, que por isso teve o mandato cassado pelo Presidente da República. Fui demitido do Banco do Brasil. O Coronel Ibiapina fazia com que minha mulher saísse de casa, meia noite, uma hora, para entregar cartas e, às vezes, não entregava, rasgava diante dela. Então, estou solto agora e quero ver se reconstruo a minha vida, quer dizer, trabalhar e os senhores não me deixam. Então quero saber o seguinte: o que os senhores estão pretendendo de mim[146]?

Podemos então avaliar o tipo de relação que havia entre o judiciário e o exército, uma relação que beirava a sobreposição de poder, a anulação da esfera do judiciário sob o executivo-militar, a ilegalidade constitucional e o estado de exceção.

Ao relatar sobre o CONSINTRA durante a entrevista, Azevedo explica como que esta entidade pertencente e criada pela necessidade de defesa dos interesses da classe trabalhadora em nível estadual, articulando-se com outras organizações em nível regional Nordeste e nacional, desempenhava um papel fundamental na unidade das lutas no estado de Pernambuco.

O CONSINTRA foi fundado em 1959 a partir do I Congresso dos Trabalhadores do Norte e Nordeste. Havia outras organizações intersindicais no estado como o Conselho Consultivo dos Trabalhadores de Pernambuco e o Pacto Intersindical dos Trabalhadores de Pernambuco. O objetivo principal de ambas estas organizações era para além de agregar os vários setores e categorias dos trabalhadores para o debate, o estudo e defesa das reivindicações conjuntas, servia para unificar a posição frente às autoridades e ao legislativo. O CONSINTRA servira de contraponto, tanto para que os sindicatos a ela filiada não fossem engessados pela intersindical burocratizada que era o Conselho

146 Idem.

Consultivo dos Trabalhadores, quanto para coordenar uma oposição frente à entidade patronal, o Conselho Superior das Classes Produtoras, a CONCLAP.

O principio da solidariedade entre as categorias era a base da atuação da organização, não apenas solidariedade perante os sindicatos e movimentos urbanos, mas também junto ao movimento camponês como as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, e aos estudantes, era um ensaio de uma aliança entre o campo e a cidade. Quando havia um despejo de terra por parte dos usineiros ou da polícia, quadros do sindicato se dirigiam até o lugar para ajudar os camponeses. Havia uma ajuda nas mobilizações e a experiência da resistência ao golpe de 1961 foi parte disso.

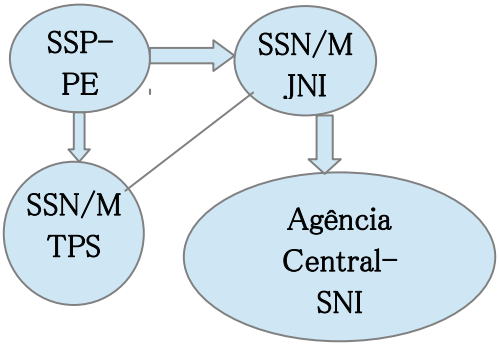
Porém quando eclode o golpe de 1964 em 31 de março, Azevedo coloca que havia uma confusão de informações que vinham por parte do governo federal, de Jango, e da imprensa. Os sindicatos rurais de Palmares e Goiana, e os sindicatos filiados ao CONSINTRA tentavam juntar forças com Miguel Arraes e as tropas policiais que não aderiram ao chamado golpista, porém o tempo de articulação foi curto e a voz de comando não viera.

O outro líder sindical que aparece como fugitivo e perigoso dirigente comunista, José Raimundo da Silva, ingressou desde muito cedo nas fileiras do PCB, em 1950. Militando conjuntamente com Gilberto Azevedo teve intensa participação nas lutas sociais em Pernambuco, dentro do sindicato dos bancários contribuiu para a construção da Federação dos Bancários Norte e Nordeste, Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC, e o CONSINTRA.

Foi preso e enviado a ilha de Fernando de Noronha após a resistência ao golpe em 1961 junto com outros sindicalistas, após o golpe de 64 ficou na clandestinidade por anos, até ser preso e torturado no DOI/CODI do Rio de Janeiro em 1970. Foi solto em 1973 mesmo tendo sido condenado a 10 anos de prisão. Continuou atuando na organização sindical e na reconstrução do PCB, José Raimundo nos deixa esse mundo no momento em que este trabalho esta sendo redigido – 30 de abril de 2013[147].

Desta forma podemos interpretar a construção da rede:

[147] Central Única dos Trabalhadores – Rio de Janeiro (CUT). WWW.cutrj.org.br. Morre José Raimundo, bancário, militante e dirigente histórico da luta pelo socialismo. 02.10.2011.



6. O CENIMAR vigia os estudantes

Na fase de estruturação da Agência Regional do SNI (ARE) em Recife, suas ações iam ampliando o campo de investigações dos setores organizados da sociedade. Era preciso estruturar a rede com o auxílio de todos os envolvidos da repressão, inclusive com o serviço secreto da marinha - CENIMAR – a fim de produzir seus relatórios de espionagem sobre a conjuntura dos movimentos subversivos no estado.

O movimento sindical e outros setores da sociedade civil organizada que defendiam as reformas de bases sofreram um forte golpe contra suas lideranças, estrutura e organização após o golpe de 64. Como se tratava de organizações mais sólidas, no sentido de que eram entidades mais abertas, pela própria natureza que a luta econômica exige das entidades representativas dos trabalhadores, os sindicatos se viam cercados pelos agentes da repressão. Para o SNI e a comunidade de informações, o trabalho de patrulha e espionagem da polícia militar, da 2ª seção do exército, e do CENIMAR, conseguiram desmantelar e prender os principais dirigentes, pelo próprio histórico que possuíam das lutas anteriores ao golpe de 64.

Sobrecaiu ao movimento estudantil a esperança de resistência contra o regime. Após as distensões e rachas na esquerda, a conjuntura nacional apontava para divisões dentro das táticas a serem utilizadas pelas forças populares, e isto influenciava na unidade das lutas nacionais, repercutindo nas organizações juvenis.

A intervenção da ditadura nas entidades representativas estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), e as entidades estaduais como a União Estadual dos Estudantes (UEE) e os Diretórios Central dos Estudantes (DCE) das Universidades

Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco (UCP), dificultava a rearticulação do movimento, principalmente após promulgação da Lei Suplicy, aprovada em 9 de novembro de 1964.

As organizações que resistiam e que possuíam maior referência no movimento estudantil eram a Ação Popular (AP) e o PCB. O regime temia o reascenso das lutas estudantis e como reação endurecia a vigilância, colocava seus agentes para acompanhar as movimentações e lutas reivindicatórias por mais pontuais que fossem. A radicalização do movimento estudantil era percebida nos programas políticos das organizações e nas ações de mobilizações e enfrentamento contra a ditadura militar.

Em março de 1967, a ARE do SNI produz um breve relatório com preocupações sobre as movimentações estudantis neste período. Com o título de Informes, o SNI aponta a influência política da AP e do PCB como formas de expandir a subversão para outros setores dentro e fora da universidade. E pelo fato de que as movimentações estavam conseguindo ter espaço nos meios de comunicação, principalmente pelos jornais de grande circulação no estado, o sentido de alerta aumentava, pois só o fato de serem relatada as manifestações ou prisões de estudantes já poderia se subentender uma forma de propaganda não favorável ao regime e uma prova de insatisfação popular.

Outro processo que nos chama a atenção diz sobre a atuação do serviço secreto feita pela Central de Informações da Marinha (CENIMAR), uma das mais atuantes agências de informações em Pernambuco nos primeiros anos do golpe, decorre este processo de denúncia sobre a venda do jornal "Luta", ligado ao Partido Comunista, por Amaro José da Silva, em Recife; relaciona também os financiadores do jornal, Enéas Chaves Filho e Moacir Souto Maior – 11/11/1965[148].

O grau de intriga que observamos neste processo datado de 8 de novembro de 1965, nos faz entender o quanto que se fabricava de suspeitas ou supostas ligações entre os envolvidos. Com um conteúdo simplório o relatório do CENIMAR dimensiona a atuação dos investigados. As lacunas e variações de sentido no relatório apontam para um círculo de denuncismo característico dos aparatos de repressão da ditadura militar.

Para começar, o agente secreto que persegue o estudante secundarista Amaro José atesta que o estudante é filho de um conhecido major da polícia militar (não menciona o

148 BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.21.

nome do pai), comprovadamente anticomunista, e que rotineiramente circula por uma sapataria. O fato se torna grave em outro momento, pois descreve que o dono desta sapataria "ao que parece" trabalhava há anos para José Leite. O militante comunista José Leite atuava no sindicato dos comerciários, e foi eleito deputado estadual junto com David Capistrano nas eleições de 1946 no breve período de legalização do PCB. Foi preso e espancado na cadeia pelo coronel Ibiapina após o golpe de 64, teve sua casa e escritório arrombados e assaltados enquanto estava na prisão.

O estudante, como relata o agente, esperava nas livrarias recursos vindos até do exterior para financiar o jornal, todavia o que aponta neste processo é a participação dos dois promotores públicos do estado de Pernambuco como responsáveis pela manutenção e financiamento do jornal a Luta.

Este jornal, pelo o que tivemos acesso, se encontra no prontuário do DOPS, e em seu conteúdo aborda os temas das lutas e reivindicações cotidianas pelo movimento estudantil na universidade.

Ao analisar o documento podemos ter uma resumida compreensão de que a vigilância do CENIMAR se especializava em produzir informações de caráter secreto aonde a nosso ver este processo objetiva, sobretudo incriminar os dois magistrados Enéas Chaves Filho e Moacir Souto Maior.

Repetindo o modu de operação da comunidade de informação que observamos em outro processo, o CENIMAR envia uma cópia do processo para as sessões de inteligência do Exército e da Aeronáutica (2ª SEC Ex e AER), para a sessão de informações do Ministério da Justiça (SSN/MJRI), e para a Agência Central do SNI no Rio de Janeiro.

Outros estudantes foram investigados e presos por panfletar jornais e propagandear textos de caráter político. É o caso do processo contra quatro estudantes universitários pernambucanos, Lácio Túlio de Oliveira, Célia Maria Uchôa, Geraldo Nascimento Aguiar e Paulo Roberto Pereira. Estes foram acusados com base na Lei de Segurança Nacional apenas por distribuir panfletos de caráter subversivo.

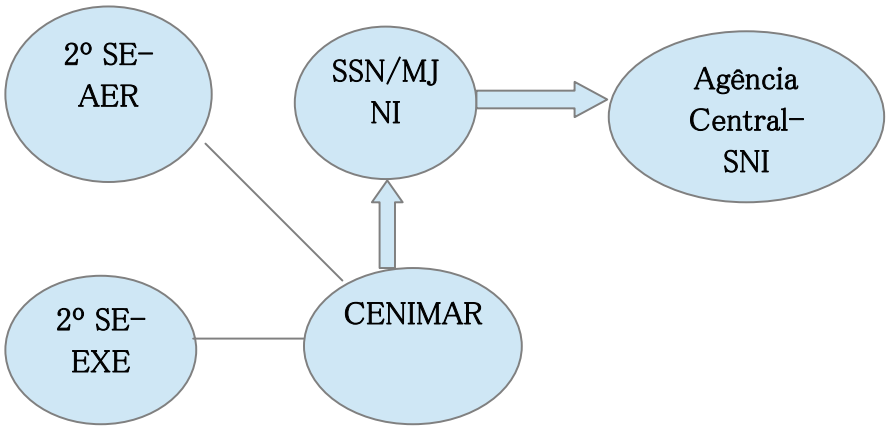
As projeções do SNI[149] para o ano de 1967 estavam se concretizando. Segundo a historiadora Simone Tenório Rocha e Silva[150], em 1967 foram registradas várias

[149] Informação nº. 352/SNI/ARE. In*: Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, Nº. 6122.
[150] SILVA, Simone Tenório Rocha e. *Em busca da Utopia* – As manifestações estudantis em Pernambuco

manifestações e atos públicos pelas ruas do centro do Recife, com pautas de reivindicações que iam desde a denúncia de falta de estrutura nas universidades, e falta de transparência e organização nos processos seletivos de vestibular. Atos foram realizados na Assembléia Legislativa na luta pelo retorno aos direitos democráticos denunciando veementemente as prisões arbitrarias de estudantes.

O medo que havia da penetração de agentes soviéticos no Brasil se tornara uma paranóia frequente nos meios da repressão política, e, sobretudo, quando estudantes poderiam ter contato com as terras gélidas da União Soviética, tornando possível assim uma conversão para agir enquanto agente infiltrado por Moscou.

A atuação do CENIMAR neste processo pode-se ser observada desta maneira:



O próprio CENIMAR encaminhou investigações para a Agência Central do SNI no Rio de Janeiro, sobre um grupo de estudantes, que teria completado cursos em Moscou, com base nas matérias dos jornais "Diário de Pernambuco" e "Jornal do Comércio" - 10/11/1965[151].

Na realidade essa investigação parte de um artigo do delegado auxiliar Álvaro da Costa Lima para os jornais citados, mencionamos em outros processos neste texto como era a atuação do delegado com os presos políticos. O delegado afirma que recebeu um documento da embaixada brasileira em Moscou com os nomes de brasileiros que estudam nas universidades da Rússia, e que um estudante pernambucano, Lindoval Alves da Silva teria sido desaparecido e encontrado morto por causas ainda desconhecidas. Segundo o

(1964-1968). Recife: UFPE, 2002.

151 BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.19.

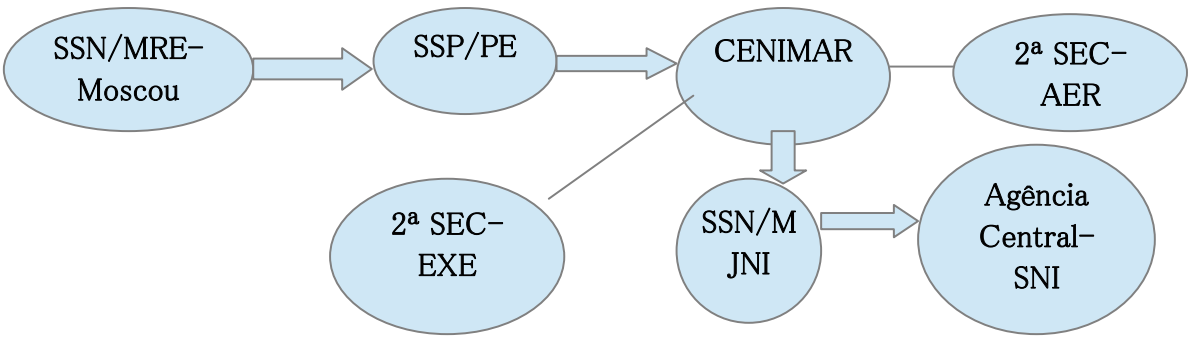
informe da embaixada brasileira, o estudante teria se desiludido com o regime socialista da URSS.

Os jornais apontam uma lista de estudantes nordestinos, dos estados de Alagoas, Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Segundo o delegado, em um intervalo de quatro anos muitos estudantes nordestinos foram estudar na Rússia, e que a maioria de seus integrantes não eram estudantes, eram operários, envolvidos em algum sindicato de classe, vindo das fábricas, dos bancários, e dos têxteis. Os alunos eram selecionados pelo PCB e enviados para determinados cursos estratégicos para a organização, a universidade poderia ser a Universidade Patrice Lumumba, ou o Instituto de Ciências Sociais de Moscou.

Os objetivos dos estudos na Rússia segundo o delegado, iam para além da formação ideológica. O curso de treinamento de guerrilhas fazia parte do currículo, e era "o mais frequentado". E sua finalidade seria a de retornar e treinar no Brasil outros partidários para lutar contra a ditadura.

Em outra passagem desta reportagem, é redigida a uma transcrição de uma nota do PCB escrita no jornal Combater. Na nota critica-se o papel do delegado denunciando-o como colaborador financiado por um centro anticomunista em Washington, e estes conspiram contra uma possível retomada das relações Brasil e URSS. Já descrevemos neste texto que havia uma predisposição da equipe econômica de Castelo Branco para aprofundar as relações econômicas entre os dois países. O que impressiona nesta nota é a repercussão aberta que existia sobre este tema. Na nota o PCB também critica o delegado pois este aterrorizava a família do estudante Lindoval.

A construção da rede com a participação da embaixada brasileira em Moscou, de acordo com o relato do delegado e o que consta no processo desenvolvido pelo CENIMAR pode ser vista de tal forma:



7. O SNI nos passos de Francisco Julião

Outra investigação que trabalhamos é o processo do SNI sobre o pedido de concessão, pela embaixada do México, de asilo diplomático ao líder camponês Francisco Julião[152]. Esses foram os momentos dramáticos de Julião em busca do asilo para a sua própria sobrevivência. O SNI dispôs de todos os seus meios para prejudicar a saída de Julião ao país.

Sabemos que, a perseguição ao líder das Ligas Camponesas em nível nacional era prioridade dos sucessivos governos, e vinha desde os tempos da extinta SFICI, e, como coloca o jornalista Lucas Figueiredo, já era "uma das fichas mais robustas do *Serviço"* com menos de um ano de funcionamento. Com base nos documentos produzidos por outras agências e serviço secreto, o histórico de atuação de Julião nas Ligas alertava ao SNI para agir de imediato e acompanhar seus passos, priorizando tais objetivos; eliminar sua influência no campo e nos setores de esquerda, destruir o legado das Ligas na organização do campesinato e dos trabalhadores rurais.

Pelo que observamos a ficha de Julião era bem vasta, e seu histórico muito bem detalhado no banco de dados do SNI. São quase 50 páginas com várias passagens de sua vida e atuação política no país e no estrangeiro. O fichário que temos em mão inicia-se no ano de 1949 e vai até o ano de 1965, sendo concluído ou armazenado (pelo menos no que consta nesse documento) em 1966. E dentro das informações que obtivemos percebemos que o asilo político fora do país, no México, foi o único caminho que Julião encontrou para se manter vivo, após quase um ano de cadeia, e vários pedidos de habeas corpus rejeitados pela justiça.

O levantamento do SNI nos traz alguns elementos sobre a fixação deste órgão em ter as informações precisas sobre a vida e atuação política de Francisco Julião. O formato deste levantamento é pontual, a partir de ano, mês e dia, e atividade correlacionada, feito em grande parte com base em fontes da própria imprensa, sendo que as outras fontes não são citadas. Sua trajetória é relacionada como um elemento comunista, apoiador e militante ativo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), se inserindo posteriormente no PSB (Partido Socialista Brasileiro) para poder ter espaço na legalidade utilizando-se das

152 BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.18

eleições para se eleger na legislatura com o apoio do campesinato.

Grande parte dos dados é detalhando as cidades por onde percorreu com a intenção de “aliciar ostensivamente” os camponeses, de arregimentar de trabalhadores rurais, de contribuir em manifestações, a fim de perturbar a ordem pública em várias cidades do interior de Pernambuco, sendo preso em algumas delas. Mas o fato mais marcante é a fundação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco em Vitória de Santo Antão, passando a ser conhecida pela história como Ligas Camponesas, que para o SNI era simplesmente “uma organização do PC, de caráter legal, orientada pela 'Comissão do Campo', do CR (Comitê Regional) de Pernambuco (caráter legal)”.

A partir deste instante, a história de Julião se confundia com a das Ligas Camponesas, e o serviço de inteligência enfatiza em sua lista, todas as atividades possíveis realizadas por Julião dentro e fora do país, profetizando a reforma agrária e participando de congressos e encontros, em sindicatos, universidades e assembleias de trabalhadores.

A principal preocupação decorria, como repetidamente aparece nas fontes, de que Julião passasse a ser o “novo Fidel”. Vemos o temor que há nos documentos, que atesta as manifestações massivas de camponeses em Recife e João Pessoa, e que, com a sua liderança, o Brasil poderia se tornar uma nova Cuba, uma imagem aterrorizante para os militares e para a nossa elite.

Segundo essas informações, como deputado estadual e federal, Julião passa a ter influência nacional junto a outros líderes, como João Goulart, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes. Foi um ativo apoiador dos candidatos progressistas desde a campanha Lott-Jango em 1960, e principal defensor do governo Goulart, sem perder o foco na pressão social frente ao governo. Sua ligação com o jornalista Clodomir de Moraes, militante comunista do PCB, o acompanha por quase toda sua trajetória política, trabalhando juntos em reuniões, atos e organizando as Ligas, destacando-se em atividades “subversivas”.

As viagens pelo bloco dos países socialistas muitas são detalhadamente registradas. Moscou, Sofia, Polônia, China e Cuba, seu fichário enfoca a sua raiz comunista por influência dos governos destes países, como integrante da conspiração internacional de Fidel Castro para a América Latina. Aliás, a relação entre Julião e Cuba

são pontos frequentes em seu histórico. Desde o ato em Recife de 1960 em solidariedade à Revolução Cubana, sua ficha alonga-se nos anos como a figura chave desta grande conspiração. Talvez este ato tenha sido uma das primeiras grandes discordâncias entre Julião e a cúpula do PCB, onde centenas de camponeses se manifestaram a favor da tomada do poder pela guerrilha e a derrubada da ditadura de Batista. Já o PCB via como amadorismo tal ato, pois o partido apoiava o Marechal Lott para presidente, e não queria se aproximar naquele momento de uma visão radical proporcionada pela Revolução Cubana.

Na maioria dos relatos de seu histórico aparece essa relação como defensor de Cuba, sendo o responsável pelo envio de estudantes e camponeses a este país, a fim de realizar cursos políticos e treinamento para a formação da guerrilha, e procurar armar os trabalhadores rurais para atacar os latifundiários com os recursos da ilha. Pela riqueza de alguns detalhes, parece realmente que havia um agente ao lado observando-o em Cuba.

Mesmo com uma forte influência da Revolução Cubana nas Ligas, Julião relata que quem provocou o crescimento das Ligas não foi Fidel Castro, mas Juscelino Kubitschek. O projeto desenvolvimentista empurrava as massas para as fábricas e as grandes obras, a necessidade de um mercado interno encontrava no tema da reforma agrária um tema que a sociedade brasileira começava a debater com maior profundidade e em outros espaços, inclusive na Camara de Deputados.

Os discursos bombásticos de Julião são grifados, para melhor caracterizar sua personalidade e sua visão radicalizada sobre a política no país, como neste relato que é tirado dos jornais (não identificados) da cidade de Goiana;

> O que queria de verdade não era a revolução, mas a transplantação dos regimes de Cuba e da Rússia para o Brasil, pois lá os camponeses tem vez, pois foram extintos os latifúndios. Por enquanto propago uma revolução pacífica, mas não garanto o que possa acontecer, se as coisas não saírem como nós queremos[153].

O que observamos como uma das características deste fichamento do SNI é a contínua desqualificação de Julião, perceber as contradições no corpo do texto é fundamental para se fazer uma leitura correta. Em uma parte com marcação de caneta, descreve-se que Julião não tem tanto prestígio em Pernambuco como se tem no Sul do país, que sua imagem está desgastada, afirmando assim que *"o prestígio do marginado*

153 Idem.

declinou”.

Mas sem dúvida, um dos relatos históricos mais interessantes deste documento, está em uma reunião realizada em 16.5.1962 em Jaboatão dos Guararapes, no bairro de Cavaleiro, cidade conhecida como “Moscouzinho” na época. Nesta reunião estavam presentes David Capistrano (militante do PCB, desaparecido político), Amaro Valentim, Athos Vasconcelos, Clodomir Moraes, José Lira Alves Sobrinho e outros. Neste encontro é colocado no documento que Julião propõe o imediato começo da revolução armada, pois caso a reforma agrária fosse feita pelo governo, os camponeses iriam perder o ânimo de lutar. Tirando o apoio de Clodomir Moraes, o restante todo foi contra, havendo assim um “quase” rompimento de Julião com o PCB. Classificando a proposta da luta armada como “suicídio em massa”, David Caspritano repassa o assunto desta reunião para as instâncias do PCB, proposta que é totalmente recusada por Luis Carlos Prestes e pelo PCB em Pernambuco.

A veracidade das informações é algo discutível em todos os processos da comunidade de informações, pois tanto o SFICI, e depois, o SNI, manipulavam informações com objetivos políticos nos processos de criminalização dos militantes de esquerda.

Sabemos que a linha política do PCB refutava a luta armada tanto antes, quanto após o golpe de 64, posicionando-se como defensor da luta política por dentro da institucionalidade. Como também temos relatos com base histórica que as relações entre Julião e a cúpula do PCB nem sempre foram concordantes, havendo no campo suas principais discordâncias sobre o papel dos sindicatos no meio rural e a atuação das Ligas Camponesas.

As diferenças se davam no campo político e organizativo. No campo político por causa do entendimento sobre os caminhos da revolução brasileira, as Ligas iam se distinguindo da visão etapista e gradual do PCB, formulando uma visão radicalizada dentro da esquerda brasileira. Sobre a questão organizativa, Julião temia a instrumentalização das Ligas pelo PCB, podendo gerar o engessamento do movimento social, e também sua perda de poder. Após a criação da Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil) em 1954 e do I Congresso dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas, em 1961 em Belo Horizonte, fica claro que a orientação das Ligas para a realização da Reforma Agrária era defendida a partir da mudança das

estruturas do país, e que só com um programa de Reforma Agrária radical poderia alcançar uma sociedade mais justa.

A Ultab voltava-se para o sindicalismo rural e o pequeno agricultor, haviam poucos sindicatos rurais no país, daí o PCB compreender que esta era a alternativa para influenciar na organização dos trabalhadores rurais e se expandir pelo interior. Julião discordava dessa posição e de que os sindicatos rurais abalaram a influência das Ligas. Segundo ele o que houve foi o contrário, as Ligas foram para dentro dos sindicatos, fazendo-os mais combativos e autônomos perante o Ministério do Trabalho e as delegacias do trabalho.

Julião sempre negou que fez parte do PCB por temer perder a autonomia política que tanto as Ligas Camponesas e o PSB proporcionavam. Mesmo havendo convites por parte do PCB para que fizesse parte de suas fileiras, Julião[154] relata que em várias conversas com Prestes discordava do método e da linha política do partido. Relata Julião que Prestes queria uma fusão entre as Ligas e a Ultab, direcionada pelo PCB, no entanto, Julião coloca que o movimento social não pode estar sobre direção do partido porque perderia sua capacidade de organização de massa. Estes relatos são exatamente o contrário que traz no relatório do SNI, onde se faz uma repetição exaustiva de participação de Julião no PCB.

Neste mesmo relato do documento, observamos o nível de infiltração do serviço de inteligência, com várias informações produzidas para falsear os fatos e o momento histórico. Nesta mesma passagem são relatadas as consequências da discordância de Julião com o PCB, gerando um grupo de dissidentes; Grabois, Ângelo Arroio, João Amazonas, Carlos Danieli. Este grupo estava alinhado ao "marginado" Julião, que juntos preparavam em Cuba a *Frente de Libertação Nacional* "organização que será o centro da campanha revolucionária, visando à derrubada do governo constitucional e a implantação de um Governo Popular Nacional e Revolucionário[155]".

O "racha" destes dirigentes junto com outros, foi na realidade o princípio da criação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), seguindo a linha política mais próxima da China Popular, tendo por base o pensamento de Mao Tse-Tung. Até o

[154] Entrevista realizada pelo CEHIBRA com Dr. Francisco Julião. 21/09/1982.
[155] BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.18.

momento presente, não tem veracidade que a figura de Julião foi o responsável direto desta dissidência, e que a fundação desta *Frente* em Cuba pode ter sido confundido com a criação de outra organização, diferente da relatada pelo serviço secreto brasileiro.

Creio que esta parte do documento nos traz um vazio sobre este episódio sobre a suposta criação da *Frente*, ou simplesmente uma falta de relação com outro fato, com a influência direta de Julião, que seria a criação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) em 1962. Esse "esboço de guerrilha", como coloca Ridenti, teve um breve período de existência, sendo desmantelada em pouco tempo;

> Com respaldo das Ligas dos Camponeses e de seu principal líder, Francisco Julião, foi fundado o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em abril de 1962. Apoiado pelos cubanos, o MRT designou militantes para treinamento guerrilheiro em algumas fazendas, aproveitando trabalho anterior de pequenos e ultrassecretos dispositivos militares das Ligas Camponesas. Um campo de treinamento foi descoberto pelos órgãos de segurança em Dianópolis, Goiás, em dezembro de 1962. Assim, o projeto liderado por militantes como Clodomir dos Santos Morais, Tarzan de Castro e Carlos Montarroyo foi abortado pela intervenção policial, embora haja indícios de existência de outros campos de treinamento e de que havia pequenos grupos do MRT e das Ligas que continuavam articulando secretamente eventual luta armada, que nunca tiveram condições de desencadear[156].

Ao que nos parece, o *Serviço* pode ter se confundido com a nomenclatura da organização, mas as datas e a influência cubana na estruturação do embrião desta organização são prováveis, porém o que é de se estranhar foi que o desmantelamento desta organização não consta nos relatos. Outra passagem em que o banco de dados responsabiliza Julião, foi à criação da POLOP, o que é uma afirmação sem consistência, para o SNI as ações de Julião se tornava onipresente em todos os espaços no campo da esquerda, seja em partidos, movimentos sociais ou guerrilhas armadas.

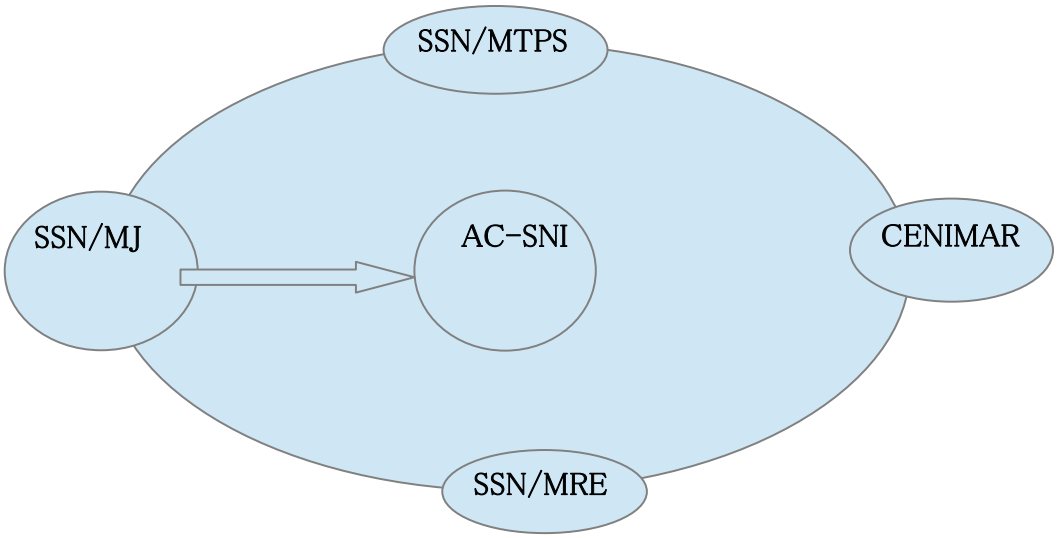
Julião entendia que muitos militantes que vieram do PCB queriam repetir a experiência cubana na tese do foquismo. Em alguns estados como Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso foram criados focos de guerrilha. Porém Julião coloca que era contra esta opção, pois ainda havia no país uma conjuntura favorável para a organização popular entre 1962-64. Desta forma, segundo seu relato, o

156 RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970.* FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. In: Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.26.

Serviço de Inteligência do Exército - a 2ª sessão, desmantelou todas as bases criadas pela organização guerrilheira. Julião também relatou que estes militantes foram trazidos por ele para Pernambuco para ajudar na campanha dele e de Arraes de 1962.

Após o golpe de 64, Julião foi preso e teve seus direitos políticos cassados. Uma enxurrada de processos de todas as partes do país acusavam-no de agitador comunista perigoso, o que tornava sua soltura uma tarefa quase impossível diante do novo regime. Porém, no dia 14.10.65, o Superior Tribunal de Justiça concede habeas corpus e, rapidamente, Julião procura a embaixada do México para se asilar neste país.

Podemos pegar o exemplo deste processo contra Julião e entender a construção da rede de tal forma:



Considerações Finais

Compreendemos que no processo de consolidação do SNI entre os anos de 1964-1967 havia o foco político na disputa de poder para estabilizar o papel da hegemonia das forças conservadoras do país, servindo de instrumento fundamental para o projeto que as Forças Armadas e setores da elite brasileira pudessem concretizar os programas econômicos sem reformas sociais estruturantes que abrangessem os setores populares e de esquerda de nossa sociedade.

No contexto dos anos do governo Castelo Branco em 1964-1967, o SNI serviria como centro aglutinador das informações que eram coletadas pelas estruturas mais diversas do Estado e parte das empresas privadas que apoiaram o golpe de 1964.

Ao substituir o SFICI, o SNI disseminava a sua forma de operação, sujeitando principalmente os ministérios civis, as forças armadas, e as forças de repressão estaduais a uma lógica de centralidade do poder ao acesso à informação.

Ao considerar as fontes que apresentamos neste trabalho analisamos que tanto o CENIMAR como a Polícia Militar de Pernambuco exerceram nos primeiros anos da repressão a principal via de informações para o SNI. E que as Seções de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, Educação e Trabalho complementavam as informações que eram exigidas pela Agência Central do SNI no Rio de Janeiro.

Ou seja, a repressão nos primeiros anos de 1964-1967 tinha por base a estrutura montada pelo Estado brasileiro antes do golpe de 1964. As Seções de Segurança Nacional criadas em 1937 no governo Vargas e reformuladas em 1946 pelo governo Dutra foram as que deram suporte ao centro do sistema após 1964, o SNI.

Em Pernambuco, de acordo com as fontes que obtivemos, a Agência Regional do Recife é mencionada em apenas um processo sobre o movimento estudantil. A maioria dos documentos e processos produzidos pela Polícia, CENIMAR e Justiça eram enviados diretamante para Agência Central do SNI no Rio de Janeiro. E os documentos que acessamos pelo Ministério da Justiça em Brasília aponta para uma maior atuação da ARE do Recife do SNI após a reestruturação no governo Costa e Silva em 1967.

A repressão a partir daí passou a ter uma maior atuação do Centro de Informações do Exército (CIE) criada em 1967, e da Aeronáutica, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) criada em 1968. Não é que não havia uma inteligência e serviço secreto do Exército e da Aeronáutica anterior a 1968, havia as 2ºs seções que funcionavam como aparatos vinculados aos altos comandos, demonstrando mais ainda a importância que tinham os aparelhos de repressão anteriores a 1964.

As forças de repressão que prenderam militantes e perseguiram lideranças na tentativa de golpe em 1961 também foram as mesmas que com intensidade maior de força e organização estavam na linha de frente do golpe de 1964.

O SNI se instala neste momento para reorganizar a circulação de informações em nível estadual, nacional e internacional dos interesses da ditadura militar, incorporando embaixadas e consulados na rede que estava se formando.

Outros estudos poderão surgir para rever a atuação da ARE do Recife e do SNI nos anos 1964-1967, pois muitos destes arquivos ainda estão nas mãos das forças armadas, sendo de acesso restrito até à Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Referências

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparatos ideológicos do Estado, Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Graal editora, 1985.

ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e Torturados.* Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci*. Barcelona: Ed. Fontamata, 1981.

ANTUNES, Priscila Brandão. *SNI & ABIN:* Entre a teoria e a prática. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ARRUDA, Antônio de. *A ESG-História de sua doutrina*. São Paulo: GRD: Instituto Nacional do Livro: Fundação Nacional Pró-memória, 1983.

BACIGALUPO, Graciela Zubelzu de. *As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria*. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 59-86, 2000.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina.* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.

_____. Teoria Política Marxista ou Teoria Marxista da Política. In: *A Teoria Marxista hoje:* problemas e perspectivas. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina(org). Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006.

BRASIL: Nunca mais – um relato para a história. Petrópolis: Editora Vozes, 9ª edição, 1985.

CAMPOS, Ananias Tavares de Souza. *Micro Memórias de um Octagenário Procurador de justiça.*

CAMPOS, *R.O. A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAMPOS, Roberto; SIMOSEN, Mario Henrique. *A nova economia brasileira.* Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editora, 1976.

CARONE, Edgar. *O PCB: 1964 a 1982*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Inaia Maria Moreira. *O Nordeste e o regime autoritário:* discurso e pratica do planejamento regional. São Paulo: Hucitec,1987.

CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual. *Dados*, Vol.46. Num. 1. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita Volver: o golpe de 64 em Pernambuco*. Recife: Ed. Bagaço, 2004.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1980.

D' ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe. A memória militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda em abril.* Rio de Janeiro: Ed. José Álvaro, 1964.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam* - Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

_____. *Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.* Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

_____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano 4*: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, 2004.

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. *O Serviço nacional de informações.* Rio de Janeiro: ESG, 1965.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio:* A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula- 1927-2005. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós - "milagre".* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GEHLEN, Reinhard. *O Serviço Secreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1972.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira:* das ilusões perdidas à luta armada.São Paulo: Ed. Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HTTP://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/SNI.pdf.

IANNI, Otavio. As estratégias de desenvolvimento. In: TOLEDO, Caio Navarro. *1964:* visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Estado e planejamento econômico do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco – 1955-1968*. Recife: Editora Massangana, 1990.

JORNAL A Tarde. *Queima de arquivos da Base Aérea ainda sem respostas*. 26/12/2009.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2008.

LENIN, V. I. *Obras Escogidas – 2 tomo. Resolucion sobre la guerra*. Moscou: Editorial Progresso, 1981, p. 112.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

Manual Básico/ESG – Ed Rev. Rio de Janeiro, 1983.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte.* São Paulo: Ed. Boi tempo, 2011.

MÉSZAROS, Istvan. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Ed. Boi tempo, 2004.

NETO, José Paulo. *Marxismo Impenitente:* contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

NUMERIANO, Roberto. *Serviços Secretos:* a sobrevivência dos legados autoritário. Recife: Editora Universitária, 2011.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Forcas Armadas*: politica e ideologia no Brasil, (1964-1969). Petropolis: Ed. Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência perfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Dilemas* e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro. *1964*: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

PLATT, Washington. *A produção de informações estratégicas.* Rio e Janeiro: Biblioteca do exército, 1967.

QUADRAT, Samantha Viz. *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).* Belo Horizonte: Varia História,v. 28, nº 47.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá(orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004).* Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Imagens da Revolução* – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel (org) Aarão. Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

RIZZO, Eliezer. *As forças armadas no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Espaço e tempo, 1987.

ROUQUIE, Alain (coord). *Os Partidos militares no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Editora Boi Tempo, 2010.

SANTANA, Marcos Aurélio. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional*: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1967.

_____. *Geopolitica do Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. J. Olimpio, 1967.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Verdade sobre o ISEB.* Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1978.

_____. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1987.

_____. *História Militar do Brasil*. In: ARRAES, Luiz. *Todo diálogo é possível – conversas com meu pai, Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB:* fábrica de ideologias. São Paulo: Ed. Unicamp, 1977.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio-OBAN-DOI/CODI/29 set. 70-23 jan. 74*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

Fontes

Arquivo Nacional de Brasília.

- Acervo do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação - SISNI

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- Fundo Divisão de Segurança de Informações/Ministério da Justiça e Negócios Interiores (DSI/MJ).

  - BR.AN,RIO.TT.0.MCP.15.
  - BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.16.
  - BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.18
  - BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.21.
  - BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.19.
  - BR AN.RIO TT.0.MCP.PRO.66.

- Fundo O Informante Militar X-9.

  - BR.AN.RIO.X9.0.TAI.

- Conselho de Segurança Nacional (CSN).

  - BR DF.AN.BSB,XX N8.0.ATA.

Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira – Cehibra.

- Entrevista com Naíde Regueiro Teodósio.
- Entrevista com Francisco Julião.
- Entrevista com Cícero Targino.
- Entrevista com Gilberto Azevedo.
- Entrevista com Hango Trench.

ANEXOS

Anexo I – Conselho de Segurança Nacional

SECRETO

N.º 42

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO
DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às quinze horas e dez minutos, nesta cidade de BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, no PALÁCIO DO PLANALTO, realizou-se a vigésima terceira sessão do Conselho de Segurança Nacional, / sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, Presidente da República, e com a presença / dos seguintes membros: Professor MILTON SOARES CAMPOS, Ministro da Justiça e Negócios Interiores; Vice-Almirante ERNESTO DE MELLO BAPTISTA, Ministro da Marinha; General de Exército ARTHUR DA COSTA E SILVA, Ministro da Guerra; Embaixador VASCO TRISTÃO LEITÃO DA CUNHA, Ministro das Relações Exteriores; Doutor OCTAVIO GOUVEIA DE / BULHÕES, Ministro da Fazenda; Marechal JUAREZ DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA, Ministro da Viação e Obras Públicas; Professor OSCAR THOMPSON FILHO, Ministro da Agricultura; Doutor FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA, Ministro da Educação e Cultura; Professor ARNALDO LOPES / SUSSEKIND, Ministro do Trabalho e Previdência Social; Major-Brigadeiro NELSON LAVANÈRE WANDERLEY, Ministro da Aeronáutica; Doutor / RAYMUNDO DE MOURA BRITO, Ministro da Saúde; DANIEL AGOSTINHO FARACO, Ministro da Indústria e do Comércio; Engenheiro MÁRIO THIBAU , Ministro de Minas e Energia; Embaixador ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS, Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica; Doutor LUIZ VIANA FILHO, Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil; General de Exército PERY CONSTANT BEVILAC - QUA, Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas; Vice-Almirante LEVY PENNA AARÃO REIS, Chefe do Estado-Maior da Armada; General de Divisão EMÍLIO MAURELL FILHO, Chefe do Estado-Maior do Exército e Tenente-Brigadeiro HENRIQUE FLEIUSS, Chefe do Estado-Maior da Aero - náutica. Esteve ainda presente à sessão o General de Brigada ERNESTO GEISEL, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República declarou aberta a / sessão e se dirigiu aos senhores membros do Conselho de Segurança/ Nacional declarando que a sessão teria por finalidade a apreciação de um caso internacional localizado no hemisfério, e dizendo s e r dispensável qualquer apreciação inicial, pois que o relatório que seria apresentado pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores /

SECRETO

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

Anexo II – Processo de Francisco Julião – SNI

BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.17

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
34646 -8 NOV 65
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Carimbo do S. C.

OF/64/922.31(23)(42)8.11.65/DEP/ASS/JUR/MRE/
FRANCISCO JULIÃO ARRUDA DE PAULA
SOLICITA INFORMAÇÕES SÔBRE ASILADO POLÍTICO

Autuação

Anexos:

Distribuição

SEC/GAB/8.11.65 P/M.
[illegible] 8/11/65
[illegible] 10/11/65
[illegible]
Secr. de Seg. Nac. do
M J N I 17/1/66
SJ
[illegible] 1/3/66

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Departamento de Imprensa Nacional — 17.565

Capa de processo — D. M. J. 838

P. nº

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

NOME - FRANCISCO JULIÃO ARRUDA DE PAULA

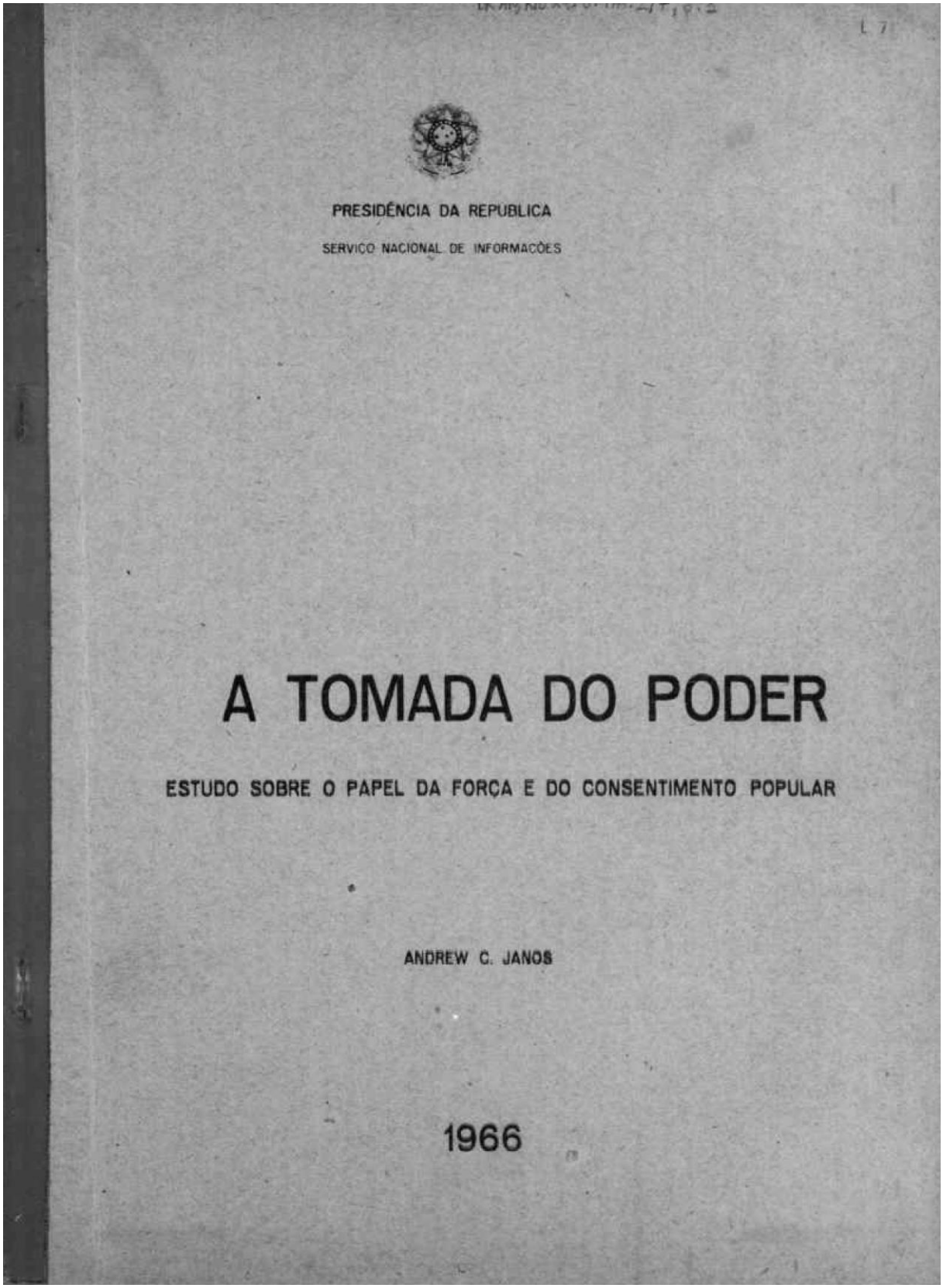
FILIAÇÃO - ADAUTO BARBOSA DE PAULA e MARIA LIDIA ARRUDA DE PAULA

NATURAL DE - PERNAMBUCO Nasc. em 16.02.1915

PROFISSÃO - ADVOGADO

DATA	FONTE	HISTÓRICO
29.07.49		PERNAMBUCO- COMUNISTA - ADVOGADO Ligado às atividades do Partido Comunista em RECIFE. Assinou, com outros, um manifesto dirigido ao povo pernambucano, dando seu apoio ao Congresso Continental Americano pela Paz, a realizar-se no MÉXICO, em 5.9.49.
02.10.49		Como representante da Associação / Recifense de Defesa da Paz e da Cultura, comunicou ao Exmo Sr Secretário da Segurança Pública, que seria realizado na data à margem, um comício no Parque 13 de maio.
07.05.50		Publicou um artigo na FOLHA DO POVO, intitulado: "Opor à Paz a Bomba Atomica; Ajudando a Imprensa Popular".
07.07.50	IMPRENSA Fôlha do Povo	Exerce o cargo de Presidente de Ajuda à Imprensa Popular.
12.03.51		Um dos cabeças do "MOVIMENTO DE AJUDA À IMPRENSA POPULAR", de PERNAMBUCO.
31.07.51		Exerce o cargo de Vice-Pres. do Movimento Pernambucano da Paz.
24.09.53		Figura como Pres. da Comissão Promotora da Campanha dos 15 milhões de cruzeiros para a Imprensa Popular, que será empossada em 28.9.53, no Salão Nobre da Câmara Municipal.
21.11.53		Recebeu carta de JORGE AMADO, referente à campanha dos 15 milhões.
03.10.54		Eleito Deputado Estadual, pelo Partido Socialista Brasileiro-PSB.
16.11.54		Forneceu a elementos comunistas, cartões de apresentação, quando da realização / da 1a Conferência Estadual dos Plantadores de Algodão de Pernambuco, na cidade de LIMOEIRO.
29.12.54		Advogado. Proclamado candidato vitorioso, no pleito de 3.10.54
11.01.55		Os comunistas estão alvoroçados pelo seu nome nas eleições suplementares do dia 7/16.
27.01.55		Eleito pelo PSB, com 480 (?) votos.
29.01.55		Foi um dos deputados aplaudidos pe-

Anexo III – Capa da apostila de Curso de Formação do SNI



PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

A TOMADA DO PODER

ESTUDO SOBRE O PAPEL DA FORÇA E DO CONSENTIMENTO POPULAR

ANDREW C. JANOS

1966